



DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DE ACONSELHAMENTO
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
“LUÍS DE CAMÕES”

**ORIENTAÇÃO DA DOMINÂNCIA SOCIAL DE PAIS E FILHOS NA SEGUNDA
INFÂNCIA**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica e de Aconselhamento

Autora: Joana Roberta Rosa de Figueiredo

Orientadora: Professora Doutora Mónica Rute Taveira Pires

Número da candidata: 30002338

Setembro de 2025

Lisboa

Agradecimentos

Foi com grande entusiasmo que iniciei e dediquei-me a este percurso de aprendizagem ao longo dos últimos anos, e que agora chega ao fim com um misto de emoções. Foi uma jornada onde não só pude adquirir conhecimento e desenvolver competências, mas também um caminho de crescimento que me enriqueceu enquanto pessoa. Foi um caminho desafiante, complexo e gratificante. Por vezes fácil, por vezes muito exigente. Foi tal como a vida o é, muitas coisas, tornando difícil descrevê-lo em poucas palavras.

Este processo não teria sido possível sem o apoio, o incentivo e a inspiração de muitas pessoas e instituições, às quais dedico a minha mais sincera gratidão. Agradeço à Universidade Autónoma de Lisboa e a todos os professores que me acompanharam e estimularam a procura pelo conhecimento e pela reflexão. À Exma. Professora Doutora Mónica Pires, expressei em especial a minha profunda gratidão pela orientação, pela paciência e contribuições valiosas ao longo do desenvolvimento deste trabalho, e ao longo dos anos académicos que se antecederam.

Uma profunda gratidão ao meu querido Pai e à minha querida Mãe, que sempre apoiaram o meu percurso universitário, e que por vários motivos foram uma influência para mim, além de exemplos de resiliência e criatividade. Às minhas grandes companheiras e amigas, Inês e Rafaela, um enorme abraço e um agradecimento sentido pelo apoio, carinho e presença em horas de felicidade, assim como em dias de maior desânimo. Às amigas que permanecem ao longo do tempo e da distância, e que continuam a encher o meu caminho com risos, memórias e afetos, deixo também o meu muito obrigada.

Não poderia deixar de agradecer a gentileza e a disponibilidade das instituições e dos participantes que se dispuseram a colaborar neste trabalho, dedicando seu tempo e contribuindo para a construção dos resultados aqui apresentados. E por fim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma deixaram a sua marca no meu percurso académico e pessoal.

Resumo

A Orientação da Dominância Social (ODS) é um constructo psicológico com implicações para o comportamento social, sendo associada na literatura a atitudes preconceituosas, ao autoritarismo e a comportamentos agressivos. Embora amplamente estudada em adultos, o desenvolvimento da ODS em fases precoces da vida permanece pouco explorado, sendo relevante para compreender as relações entre o desenvolvimento e transformações sociais. Este estudo exploratório misto de corte transversal, tem como principal objetivo analisar a ODS na segunda infância e a sua relação com a ODS dos pais. Nomeadamente, (a) verificar diferenças segundo o sexo e a idade da criança, e o estatuto socioeconómico dos pais, (b) verificar a relação com a ODS dos pais, e (c) compreender os fatores associados à ODS nesta fase precoce do desenvolvimento. A amostra do estudo é composta por 89 díades pais-filhos ($N = 178$), proveniente de jardins de infância do distrito de Lisboa. As crianças, de ambos os sexos (51.7% do sexo feminino e 48.3% do sexo masculino), têm idades entre os 3 e os 6 anos ($M = 3.98$; $DP = .89$) e frequentam o jardim de infância. Os progenitores, maioritariamente do sexo feminino (86.5%), têm idades compreendidas entre os 23 e os 57 anos ($M = 37.35$; $DP = 6.50$), na sua maioria casados ou a viver em união de facto (84.3%) responderam ao questionário demográfico e à versão portuguesa do *Social Dominance Orientation Scale* (SDO). As crianças participaram numa Situação Experimental Estandarizada (SEE), na qual cada criança é exposta a estímulos digitais (fotografias de rostos), em cenários que refletiam uma relação implícita de dominância. A abordagem qualitativa focou-se na análise das verbalizações espontâneas e justificações de preferências de dominância social das crianças durante a SEE. Os resultados não revelaram diferenças estatisticamente significativas na ODS em função do sexo da criança. No entanto, foram observadas diferenças significativas em função da idade da criança, rendimento económico e escolaridade dos pais. As crianças a partir dos cinco anos, de famílias com menor rendimento e menor escolaridade apresentam níveis mais elevados de ODS em comparação com os restantes grupos. Contrariamente ao esperado, não verificámos correlações estatisticamente significativas entre a ODS das crianças e a dos pais. Da análise qualitativa lexical e de conteúdo, emergem seis categorias de motivações subjacentes às preferências sociais das crianças: aparência física; apreciação; recursos; desejo de interação; competição; identificação. Estas observações sugerem que algumas crianças são motivadas com base em perceções e inferências de dominância, no entanto, também parecem valorizar aspetos emocionais, relacionais e estéticos, como a atratividade, o desejo de interação ou a identificação com características

familiares nas suas escolhas. O estudo visa contribuir para uma melhor compreensão da ODS e fatores contributivos para o desenvolvimento infantil, oferecendo implicações para futuras investigações, intervenções psico-educativas ao nível da parentalidade e infância e apoio a profissionais na promoção da saúde, bem-estar social e familiar, bem como para a prevenção de comportamentos antissociais futuros.

Palavras-chave: Orientação da Dominância Social; Segunda Infância; Desenvolvimento Infantil; Parentalidade; Metodologia Mista; Díades Pai/Mãe-Filho(a).

Abstract

Social Dominance Orientation (SDO) is a psychological construct with implications for social behavior, being associated in literature with prejudiced attitudes, authoritarianism, and aggressive behaviors. Although widely studied in adults, the development of SDO in early stages of life remains underexplored, making it relevant to understand the links between individual development and social transformations. This mixed-method, cross-sectional exploratory study aims to analyze SDO in early childhood and its relationship with parental SDO. Specifically, the study sought to: (a) examine differences according to the child's sex and age, as well as the parents' socioeconomic status, (b) assess the relationship with parental SDO, and (c) identify factors linked to SDO in this early developmental stage. The study sample consisted of 89 parent-child dyads ($N = 178$) from kindergartens in the Lisbon district. The children, of both sexes (51.7% female and 48.3% male), are aged between 3 and 6 years ($M = 3.98$; $SD = .89$) and attend kindergarten. Parents, mostly female (86.5%), aged between 23 and 57 ($M = 37.35$; $SD = 6.50$), predominantly married or in a civil union (84.3%), completed a demographic questionnaire and the Portuguese version of the Social Dominance Orientation Scale (SDO). Children participated in a Standardized Experimental Situation (SES), where they were exposed to digital stimuli (photographs of faces) in scenarios reflecting implicit dominance relations. The qualitative approach focused on analyzing children's spontaneous verbalizations and justifications of their social dominance preferences during the SES. Results showed no significant differences in children's SDO as a function of sex. However, significant differences emerged in relation to age, family income, and parental education. Children aged five and above, from families with lower income and education, displayed higher levels of SDO compared to other groups. Contrary to expectations, no significant correlations were found between children's and parents' SDO. Lexical and content analyses identified six categories underlying children's social preferences: physical appearance, appreciation, resources, desire for interaction, competition, and identification. These findings suggest that while some children are motivated by perceptions and inferences of dominance, they also value emotional, relational, and aesthetic aspects, such as attractiveness, desire for interaction, or identification with familiar characteristics in their choices. This study contributes to a deeper understanding of SDO and its developmental correlates in childhood, offering implications for future research, psycho-educational interventions in parenting and early childhood, and support for professionals in promoting health, social and family well-being, as well as preventing future antisocial behaviors.

Keywords: Social Dominance Orientation; Early Childhood; Child Development; Parenting; Mixed Methods; Parent–Child Dyads.

Résumé

L'Orientation de Dominance Sociale (ODS) est un construit psychologique ayant des implications pour le comportement social, étant associée dans la littérature à des attitudes préjudiciables, à l'autoritarisme et à des comportements agressifs. Bien qu'elle ait été largement étudiée chez les adultes, le développement de l'ODS aux premiers stades de la vie reste peu exploré, ce qui en fait un domaine pertinent pour comprendre les liens entre développement individuel et transformations sociales. Cette étude exploratoire transversale, à méthodologie mixte, vise à analyser l'ODS chez les enfants en deuxième enfance et sa relation avec l'ODS des parents. Plus précisément, l'étude s'est attachée à: (a) examiner les différences en fonction du sexe et de l'âge de l'enfant, ainsi que du statut socioéconomique des parents, (b) analyser la relation avec l'ODS des parents, et (c) identifier les facteurs associés à l'ODS à ce stade précoce du développement. L'échantillon était composé de 89 dyades parent-enfant ($N = 178$), recrutées dans des jardins d'enfants du district de Lisbonne. Les enfants, des deux sexes (51.7% filles, 48.3% garçons), âgés de 3 à 6 ans ($M = 3.98$; $ET = .89$), fréquentaient des établissements préscolaires. Les parents, majoritairement des femmes (86.5 %), âgés de 23 à 57 ans ($M = 37.35$; $ET = 6.50$), en majorité mariés ou vivant en union libre (84.3 %), ont répondu à un questionnaire démographique et à la version portugaise de l'échelle d'Orientation de Dominance Sociale (SDO). Les enfants ont participé à une Situation Expérimentale Standardisée (SEE), où ils ont été exposés à des stimuli numériques (photographies de visages) dans des scénarios reflétant une relation implicite de dominance. L'approche qualitative s'est centrée sur l'analyse des verbalisations spontanées et des justifications des préférences de dominance sociale des enfants durant la SEE. Les résultats n'ont montré aucune différence significative de l'ODS des enfants en fonction du sexe. Toutefois, des différences significatives ont été observées en fonction de l'âge, du revenu familial et du niveau de scolarité des parents. Les enfants âgés de cinq ans et plus, issus de familles à revenu et scolarité plus faibles, ont présenté des niveaux plus élevés d'ODS que les autres groupes. Contrairement aux attentes, aucune corrélation significative n'a été trouvée entre l'ODS des enfants et celle des parents. L'analyse lexicale et de contenu a fait émerger six catégories de motivations sous-jacentes aux préférences sociales des enfants : apparence physique, appréciation, ressources, désir d'interaction, compétition et identification. Ces résultats suggèrent que certaines motivations des enfants reposent sur des perceptions et inférences de dominance, mais qu'ils valorisent également des aspects émotionnels, relationnels et esthétiques, tels que l'attractivité, le désir d'interaction ou l'identification à des caractéristiques familiales dans leurs choix. Cette étude contribue à une meilleure

compréhension de l'ODS et des facteurs qui participent au développement de l'enfant, et offre des pistes pour de futures recherches, des interventions psycho-éducatives dans le domaine de la parentalité et de la petite enfance, ainsi que pour l'accompagnement des professionnels dans la promotion de la santé, du bien-être social et familial, et dans la prévention de futurs comportements antisociaux.

Mots-clés: Orientation de Dominance Sociale; Petite Enfance; Développement de l'Enfant; Parentalité; Méthodologie Mixte; Dyades Parent–Enfant.

Índice

Introdução.....	14
I PARTE - REVISÃO DE LITERATURA	17
1.1 Teoria da Dominância Social	18
1.1.2 Orientação da Dominância Social	23
1.1.3 Etiologia da Orientação para a Dominância Social	27
1.2. Família.....	29
1.2.1 Parentalidade	31
1.2.2 Desenvolvimento Psicossocial na Segunda Infância	32
1.3 Dominância Social e Infância.....	33
1.3.1 Orientação da Dominância Social de Pais e Filhos	38
1.4 Definição do Problema, Pertinência e Objetivos.....	40
II PARTE – METODOLOGIA.....	43
2.1 Delineamento do Estudo	44
2.2 Participantes	49
2.3 Instrumentos.....	52
2.3.1 Questionário Sociodemográfico	53
2.3.2 <i>Social Dominance Orientation Scale</i> (SDO).....	54
2.3.3 Situação Experimental Estandarizada (SEE).....	55
2.3.4 AntConc.....	56
2.4 Procedimentos	57

2.4.1 Procedimentos de Análise de Dados.....	59
III PARTE - RESULTADOS	62
3.1 Estatística descritiva	63
3.2 Resultados	64
3.2.1. Comparação estatística da ODS das crianças em função do sexo	64
3.2.2 Comparação estatística da ODS das crianças em função da idade	65
3.2.3 Comparação estatística da ODS das crianças em função do rendimento familiar dos pais	67
3.2.4 Comparação estatística da ODS das crianças em função da escolaridade dos pais.....	68
3.2.5 Correlação estatística entre a ODS das crianças e a ODS dos pais	69
3.2.6 Análise Lexical	70
3.2.7 Análise de Conteúdo.....	74
IV PARTE – DISCUSSÃO	75
4.1 ODS na segunda infância segundo o sexo, idade, e o estatuto socioeconómico dos pais..	76
4.2 Relação entre a ODS de pais e filhos na segunda infância	79
4.3 Motivações gerais subjacentes à ODS na segunda infância.....	80
V PARTE - CONCLUSÃO	84
5.1 Contribuições, limitações e sugestões	86
Referências bibliográficas	88
Anexos.....	108
Anexo A – Consentimento Informado	109
Anexo B – Questionário Sociodemográfico.....	110

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Operacionalização das variáveis em estudo	46
Tabela 2 - Características Sociodemográficas do subgrupo de pais (N = 89).....	50
Tabela 3 - Características Sociodemográficas do subgrupo de crianças (N = 89)	51
Tabela 4 - Valores de Consistência Interna dos Instrumentos com os coeficientes Alpha de Cronbach (α) e Ômega de McDonald (ω)	57
Tabela 5 - Estatística Descritiva e Consistência Interna das Subescalas da SDO com Exclusão de Itens, na Subamostra de Pais (N = 89)	63
Tabela 6 - Estatística Descritiva e Consistência Interna da SEE com Exclusão de Itens, na Subamostra de Crianças (N = 89)	64
Tabela 7 - Comparação estatística da ODS das crianças em função do sexo (N = 89).....	65
Tabela 8 - Comparação estatística da ODS das crianças em função da idade (N = 89).....	66
Tabela 9 - Comparação estatística da ODS das crianças entre os diferentes grupos etários (N = 89).....	66
Tabela 10 - Comparação estatística da ODS das crianças em função do rendimento familiar (N = 84)	67
Tabela 11 - Comparação estatística da ODS em função da escolaridade dos pais (N = 89)...	68
Tabela 12 - Correlação estatística entre a ODS de pais (N = 89) e a ODS de crianças (N = 89)	69
Tabela 13 - Categorias emergenciais nas respostas das crianças	74

Índice de Figuras

Figura 1 - Síntese do Presente Estudo.....	16
Figura 2 - Delineamento da Primeira Fase do Presente Estudo	45
Figura 3 - Distribuição da subamostra de filhos pelas salas dos jardins de infância segundo o sexo.....	52
Figura 4 - Frequência de palavras que compõe o corpus de texto a partir de todas as respostas das crianças (N = 89).....	71
Figura 5 - Frequência de palavras que compõe o corpus de texto, a partir das respostas de crianças com preferência pela figura submissa (N = 89)	72
Figura 6 - Frequência de palavras que compõe o corpus de texto, a partir das respostas de crianças com preferência pela figura dominante (N = 89)	73

Lista de Siglas e Abreviaturas

TDS – Teoria da Dominância Social

RH – Forças contra balançantes que reforçam a hierarquia

AH – Forças contra balançantes que atenuam a hierarquia

ODS – Orientação da Dominância Social

SDO – *Social Dominance Orientation Scale*

SEE – Situação Experimental Estandardizada

SDO-D – Orientação para a Dominância Social

SDO-I – Oposição à Igualdade

CIP – Centro de Investigação em Psicologia

UAL – Universidade Autónoma de Lisboa

IPSS's – Instituições Particulares de Solidariedade Social

RGPD – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

RWA – Right Wing Authoritarianism (Autoritarismo de direita)

LPNC – *Laboratoire de Psychologie et Neurocognition Université de Grenoble Alpes*

KWIC – *KeyWord in Context* (Palavra-chave em contexto)

Introdução

As dinâmicas de poder, opressão e desigualdade têm sido uma constante ao longo da história da humanidade, observando-se de forma sistemática em diferentes sociedades, culturas e períodos históricos (Pratto et al., 1994). Estas realidades continuam a ser manifestadas na contemporaneidade, num cenário sociopolítico global cada vez mais marcado pelo crescimento de atitudes intolerantes, pela ascensão de movimentos políticos extremistas e pela intensificação da polarização intergrupal (Pantucci & Ong, 2021; Pethö-Kiss & Gunaratna, 2024).

Neste contexto, a Teoria da Dominância Social (TDS), desenvolvida por Sidanius e Pratto (1999) propôs que as sociedades humanas tendem a organizar-se segundo estruturas hierárquicas em que determinados grupos detêm maior poder e acesso privilegiado a recursos desejáveis, materiais ou simbólicos, do que outros. A TDS sugere que essas estruturas são mantidas e legitimadas por forças contrapostas que operam mediante mecanismos psicossociais, e podem contribuir para o reforço ou atenuação da hierarquia (Sidanius & Pratto, 1999). Um dos mecanismos centrais propostos pela TDS é a Orientação da Dominância Social (ODS), um constructo psicológico correspondente à preferência individual por hierarquias e pela desigualdade social entre grupos (Duckitt, 2001; Pratto et al., 1994; Sidanius & Pratto, 1999).

Nas últimas décadas, a ODS tem sido objeto de vasta investigação, sendo identificada como um preditor robusto de preconceitos e comportamentos discriminatórios (e.g. Cantal et al., 2015; Duckitt & Sibley, 2017; Foster, 2021; Holt e Sweitzer, 2020; Lampropoulos et al., 2018), relacionada a ideologias políticas autoritárias, extremistas e repressivas (e.g. Duriez et al., 2005; Jost et al., 2003; Passini, 2008;; Pratto & Glasford, 2008; Van Assche et al., 2018), em oposição a políticas de igualdade social (Duckitt, 2006). Além disso, a ODS associa-se à rejeição de evidências científicas que desafiam hierarquias estabelecidas ou o *status quo* socioeconómico (Azevedo & Jost, 2021), bem como à legitimação de discursos de ódio que reforçam estruturas de poder desiguais (Bilewicz et al., 2017). Em idades mais jovens, a ODS correlaciona-se positivamente a comportamentos desviantes como a delinquência juvenil (Oosterhoff et al., 2017) e à prática de *bullying* em idade escolar (Pan et al., 2023; Pan et al., 2020; Pellegrini & Long, 2002).

Apesar da vasta literatura desenvolvida ao longo dos anos devido às suas implicações individuais e sociais, principalmente em adultos e adolescentes, a ODS permanece insuficientemente explorada na infância. Estudos recentes apontam que a ODS pode ter tanto

uma base biológica, relacionada a mecanismos de sobrevivência e adaptação evolutiva da espécie (Kleppestø et al., 2021; Sibley & Duckitt, 2021), quanto uma componente educativa, influenciada por fatores contextuais e sociais, nomeadamente pelo processo de socialização (Cichocka et al., 2017; Duriez et al., 2007; Schmitt & Wirth, 2009).

Compreender a ODS em estágios iniciais do desenvolvimento revela-se essencial, particularmente na segunda infância, uma fase do desenvolvimento durante o qual decorre a formação de valores, crenças e atitudes sociais (Cole & Cole, 2004; Papalia & Feldman, 2013). Segundo Reifen-Tagar e Cimpian (2022), as crianças já demonstram predisposições ideológicas rudimentares em fases precoces do desenvolvimento, o que reforça a importância de investigar estas dinâmicas desde cedo. Estudos com delineamento experimental analisaram a capacidade de reconhecimento (Brey & Shutts, 2015; Cogsdill et al., 2014; Gülgöz & Gelman, 2017; Liu et al., 2021; Terrizzi et al., 2019) e a preferência social face à dominância em idade pré-escolar (Charafeddine et al., 2016; Charafeddine et al., 2018; Guidetti et al., 2021; Terrizzi et al., 2019), no entanto, poucos estudos foram encontrados que explorassem a ODS na segunda infância e a sua relação com o contexto familiar, particularmente com a ODS dos pais.

Neste sentido, o presente estudo insere-se neste enquadramento, tendo como principal objetivo explorar a ODS nesta fase do desenvolvimento, por meio de uma abordagem mista que combina métodos quantitativos e qualitativos, e investigar a sua relação com a ODS dos pais. Os objetivos específicos do estudo consistem em: (a) verificar a ODS de crianças na segunda infância, analisando se existem diferenças segundo o seu sexo e idade, e o estatuto socioeconómico dos pais; (b) verificar a relação entre a ODS de crianças na segunda infância e a ODS de pais; (c) compreender motivações gerais subjacentes à ODS de crianças na segunda infância.

Em termos práticos, a presente investigação visa enriquecer a literatura existente sobre a ODS e o desenvolvimento psicossocial infantil, e fornecer contributos relevantes sobre a ODS na infância e o seu enquadramento familiar. A compreensão da ODS nas primeiras fases da vida poderá ser relevante para pesquisas futuras e auxiliar profissionais que trabalham na promoção da saúde e bem-estar social, familiar e supremo interesse da criança. Em particular, pesquisas que explorem o tema poderão contribuir para o desenvolvimento de práticas voltadas para psicoeducação e programas de competências parentais, assim como de políticas públicas focadas na prevenção de comportamentos agressivos e antissociais em estágios mais avançados ao longo do ciclo vital.

O presente estudo é apresentado em cinco partes. A primeira parte apresenta a revisão de literatura, na qual são abordados temas centrais como a Teoria da Dominância Social (TDS)

e a Orientação da Dominância Social (ODS) como variável em estudo. Em seguida, a revisão segue para a discussão sobre a etiologia da ODS, analisando as origens e os fatores que influenciam o seu desenvolvimento, além do papel da família e da parentalidade no desenvolvimento psicossocial das crianças. Também se discute este desenvolvimento em particular na segunda infância, e explora-se a dominância social no contexto da infância, destacando como as crianças desde muito cedo começam a reconhecer hierarquias sociais e a interagir nas estruturas de poder. A literatura finaliza com ênfase na ODS de pais e filhos, explorando como as influências parentais poderão ter um papel nas preferências das crianças face às hierarquias e à desigualdade social.

A segunda parte descreve a metodologia adotada, incluindo o delineamento do estudo, os participantes, os instrumentos utilizados para a recolha de dados, e procedimentos. Na terceira parte, são apresentados os resultados obtidos, e na quarta parte a discussão desses resultados, confrontando-os com a revisão de literatura. Por último, a quinta parte apresenta as conclusões do estudo, destacando as principais contribuições do estudo, as suas limitações e sugestões para futuras investigações.

A Figura 1 ilustra a síntese do presente estudo.

Figura 1

Síntese do Presente Estudo

Pertinência	Objetivos	Metodologia	
ODS com implicações individuais e sociais  Lacuna de estudos na 2ª infância Exploração da relação com contexto parental escassa Aplicabilidade Contributo para a literatura Apoio a profissionais na promoção da saúde e bem-estar social, familiar e da criança Prevenção de comportamentos agressivos e antissociais	Explorar a ODS na 2ª infância, e a sua relação com a ODS dos pais	Corte transversal Abordagem Mista Quantitativa - Objetivo (a) e (b) Qualitativa - Objetivo (c)	Instrumentos  Questionário Sociodemográfico Escala SDO (mãe/pai) Situação Experimental Estandarizada (filhos) 
	Objetivos Específicos (a) Analisar diferenças na ODS das crianças por sexo e idade, e socioeconómico dos pais (b) Avaliar a relação entre a ODS das crianças de dos pais (c) Compreender motivações associadas à ODS das crianças	89 Díades mãe/pai-filho  Pais 86.5% sexo feminino 23 a 57 anos ($M = 37.35$; $DP = 6.50$) Filhos 51.7% sexo feminino; 48.3% sexo masculino 3 a 6 anos ($M = 3.98$; $DP = .89$)	Análise Quantitativa Análise Estatística para verificar Diferenças entre Grupos Análise Estatística de Correlações Análise Qualitativa Análise Lexical e de Conteúdo

I PARTE - REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Teoria da Dominância Social

As dinâmicas de poder, de opressão e as desigualdades dentro de sociedades e culturas têm acompanhado a história da humanidade. São fenômenos sistematicamente observados em diferentes contextos e períodos, em todas as partes do mundo (Pratto et al., 1994), inclusive nos dias atuais. Globalmente, o contexto sociopolítico recente tem sido marcado pelo aumento de atitudes intolerantes, pela ascensão de movimentos políticos extremistas e pela intensificação da polarização intergrupual, fenômenos particularmente evidentes na Europa (Pantucci & Ong, 2021; Pethö-Kiss & Gunaratna, 2024). Perante essas observações, a Teoria da Dominância Social (TDS), desenvolvida por Sidanius e Pratto (1993; 1999), procurou compreender e explicar esses fenômenos, identificando mecanismos que contribuem para a formação, manutenção e legitimação de hierarquias e desigualdades sociais, bem como a sua influência nas dinâmicas intergrupais (Sidanius, 1993; Sidanius & Pratto, 1993; 1999).

Segundo a TDS, as sociedades humanas tendem geralmente a uma organização com hierarquias sociais baseadas em grupos. Constituem-se por um, ou pequenos grupos dominantes no topo, e um, ou vários grupos subordinados na base hierárquica social (Pratto et al., 1994; Sidanius & Pratto, 1999).

A teoria propõe que estas hierarquias sociais baseadas em grupos são constituídas pelos seguintes sistemas de estratificação: (a) etário, onde os adultos têm substancialmente maior poder social comparativamente a crianças e jovens adultos; (b) gênero, onde os homens usufruem desproporcionadamente de maior poder sociopolítico do que as mulheres (patriarcado); (c) arbitrário, onde determinados grupos, definidos com base em distinções sociais, têm substancialmente maior poder social comparativamente a outros, por exemplo, com base na etnia, nacionalidade, património, classe social, entre outros (Cichocka et al., 2017; Sidanius et al., 2017; Sidanius & Pratto, 1999; Pratto, et al., 2006).

Esses sistemas de estratificação apresentam diferenças qualitativas na formação e preservação de hierarquias, nomeadamente quanto ao curso, grau de estratificação e nível de violência e opressão exercidos sobre membros de grupos subordinados. No sistema de estratificação etário, a posição hierárquica de uma pessoa tende a variar ao longo do tempo, à medida que atravessa diferentes fases do desenvolvimento humano. O poder social de uma criança difere significativamente de quando se torna adulta (Sidanius & Pratto, 1999), embora a idade específica em que ocorrem mudanças no poder social possa variar entre sociedades, e dentro de uma mesma sociedade (Sidanius et al., 2017). Nos sistemas de estratificação de gênero e arbitrário, a posição hierárquica tende geralmente a um curso mais estável ao longo da

vida (Sidanius & Pratto, 1999), embora as diferenças de poder possam ser mais ou menos evidentes consoante o contexto social e cultural (Sidanius et al., 2017; Sidanius & Pratto, 1999). Especificamente em relação ao sistema de estratificação com base no género, a TDS propõe que seja um reflexo da filogenia humana, sendo um fenómeno também observado na grande maioria das espécies de primatas (Sidanius et al., 2017). No entanto, existem pesquisas que apontam para a relevância de outros fatores contextuais explicativos (Schmitt & Wirth, 2009). Quanto a sistemas arbitrários, distinguem-se significativamente dos demais pela intensidade e alcance da opressão, violência e controlo exercido pelos grupos dominantes sobre os grupos subordinados, cujas diferenças são construídas sobre uma narrativa histórica e contextual (Sidanius et al., 2017; Sidanius & Pratto, 1999).

Além da definição e caracterização dos diferentes tipos de sistemas de estratificação hierárquica, a TDS apresenta três pressupostos básicos dos quais se sustenta. Primeiramente, as hierarquias formadas com base na idade e género tendem a estar presentes em todos os sistemas sociais, com maior ou menor grau. Contudo, os sistemas arbitrários tendem a surgir apenas em sociedades onde são produzidos excedentes económicos. Em sociedades nómadas, as hierarquias podem ser menos evidentes devido à escassez de recursos e maior preocupação com necessidades básicas. Em sociedades mais desenvolvidas do ponto de vista económico, são produzidos recursos adicionais, e as preocupações deslocam-se para outras áreas. Neste sentido, o primeiro pressuposto é que sistemas arbitrários são formados em sociedades onde existe disparidade na distribuição desses recursos (Sidanius & Pratto, 1999).

Em segundo lugar, a maioria das formas de conflito e opressão entre grupos, nomeadamente com base em preconceitos, estereótipos e discriminação, não só contribuem para, como também resultam da hierarquia social baseada em grupos. Assim, a TDS sustenta que esses fenómenos podem representar manifestações distintas de uma mesma predisposição humana comum para estabelecer hierarquias sociais (Sidanius & Pratto, 1999). Essa tendência natural do ser humano manifesta-se na formação e manutenção da supremacia de grupos dominantes sobre grupos subordinados ao nível sociopolítico, económico e militar, especialmente em sociedades caracterizadas pela abundância de recursos. Assim, diferentes formas de conflito e opressão de grupos (ex. racismo, intolerância religiosa, nacionalismo, sexismo, opressão de pessoas com doença mental) só poderão ser compreendidos amplamente considerando os mecanismos subjacentes à formação e estabelecimento de hierarquias baseadas em grupos (Sidanius & Pratto, 1999; Sidanius et al., 2017).

Relativamente ao terceiro pressuposto, as estruturas sociais são afetadas por Forças contra balançantes que reforçam a hierarquia (RH) ou por Forças contra balançantes que

atenuam a hierarquia (AH). Forças RH originam e preservam níveis mais elevados de desigualdade social baseada em grupos, enquanto forças AH originam e preservam níveis mais elevados de igualdade social. Estas forças operam através de mecanismos psicossociais que contribuem para a distribuição de recursos, benefícios e valor social na sociedade (Sidanius & Pratto, 1999).

A distribuição desigual estabelece a estratificação social e contribui substancialmente para a sua manutenção (Sidanius & Pratto, 1999). Nas estruturas hierárquicas, os grupos dominantes caracterizam-se por usufruírem de maior valor social positivo e recursos desejáveis, materiais ou simbólicos, comparativamente aos subordinados. Por exemplo, usufruem de estatuto social, maior riqueza, educação, autoridade e poder político. Grupos da base hierárquica tendem a obter maior valor social negativo, levando ao preconceito e à discriminação, e menor acesso a recursos desejáveis, por exemplo, associado à pobreza, com trabalhos precários, baixo estatuto social, sanções sociais e políticas mais severas (Pratto et al., 2006; Pratto & Stewart, 2011; Sidanius & Pratto, 1999).

Os mecanismos psicossociais nos quais as forças de RH e AH atuam englobam uma ampla gama de fatores, que vão desde fatores individuais até influências institucionais e sistêmicas, que moldam assim as dinâmicas de poder e hierarquias (Sidanius et al., 2017). Nesse contexto, as instituições, públicas e privadas, sociais e políticas, desempenham um papel relevante na perpetuação da distribuição desigual de recursos e valor social por meio de normas, procedimentos e práticas. Podem discriminar determinados grupos sociais e favorecer grupos dominante, de modo velado ou implícito, consciente ou inconscientemente. Manifestações mais evidentes de forças RH nas instituições incluem formas de terror sistemático, com o uso de violência ou ameaças desproporcionais direcionadas a membros de grupos subordinados. Exemplos disso são a aplicação desproporcional de leis e sanções severas contra grupos marginalizados, o uso excessivo de punições severas como a pena de morte ou atos de punição coletiva. Estas ações, destinadas a assegurar a submissão contínua dos subordinados em relação aos dominantes, podem ser consentidas ou mesmo perpetuadas por órgãos do Estado e por funcionários que não são publicamente sancionados ou legalmente responsabilizados. Também indivíduos de grupos dominantes podem realizar essas ações sem a aprovação explícita de agências governamentais, mas contar com a aceitação tácita ou a participação ativa de membros de forças de segurança (Sidanius & Pratto, 1999).

Além disso, a cultura exerce uma influência significativa na forma como as pessoas pensam e se comportam (Nisbett, 2003). As diferenças culturais frequentemente resultam em percepções, juízos e comportamentos distintos. Estas diferenças podem ser vistas como

consequências das percepções internalizadas da ordem social existente (Alexandra et al., 2017; Jost & Banaji, 1994; Jost et al., 2008; Lindemann & Saar, 2014; Sidanius et al., 1994; Sidanius et al., 2017; Sidanius & Pratto, 1999; Simmons & Parks-Yancy, 2012).

Nos últimos anos, o surgimento de diversos movimentos de extrema-direita que reivindicam mudanças sociais ao redor do mundo (Becker, 2020; Liekefett & Becker, 2022; Muis & Immerzeel, 2017; Pantucci & Ong, 2021; Pethö-Kiss & Gunaratna, 2024) tem exemplificado a prevalência de forças RH no contexto social e político contemporâneo. Esses movimentos frequentemente se posicionam contra a igualdade, promovem o nacionalismo, defendem a expansão de privilégios e vantagens a determinados grupos sociais, e apoiam a implementação de restrições rigorosas à imigração e à diversidade étnica (Akkerman et al., 2016; Arzheimer, 2017; Liekefett & Becker, 2022; Muis & Immerzeel, 2017). Esses exemplos demonstram como as forças RH operam no contexto atual, utilizando discursos políticos para consolidar e perpetuar desigualdades.

Sidanius e Pratto (1999) propuseram que hierarquias sociais baseadas em grupos são mantidas e legitimadas ao longo do tempo, por meio da cooperação entre membros de grupos dominantes e subordinados devido a diferenças comportamentais. De acordo com a TDS, indivíduos de grupos dominantes, ou de elevado estatuto, demonstram maior propensão ao favoritismo intragrupal, tendo maior probabilidade de preferir, apoiar e atuar em benefício do próprio grupo, discriminando grupos externos (Sidanius et al., 2017; Sidanius & Pratto, 1999). A teoria postula ainda que indivíduos pertencentes a grupos subordinados ou de baixo estatuto frequentemente exibem menor preconceito em relação a grupos externos, podendo até demonstrar preferência por grupos de estatuto mais elevado (Sidanius & Pratto, 1999).

A pertença a um grupo social pode ser um fator determinante nas atitudes e comportamentos dos indivíduos, com a identidade grupal sendo central para o processo de discriminação intergrupala (Tajfel & Turner, 2004). A TDS baseou-se, em parte, nos fundamentos de Tajfel e Turner sobre a identidade grupal, especialmente no que se refere ao papel da identificação social na manutenção das hierarquias intergrupais (Bergh et al., 2020; Sidanius & Pratto, 1999). De acordo com os autores, as pessoas tendem à procura de alcançar e manter uma identidade social positiva, de modo a contribuir para a sua autoestima individual. Essa identidade social é, em grande parte, fundamentada na comparação entre o grupo ao qual pertencem e grupos externos. Desse modo, as pessoas tendem a alinhar-se com as normas, valores e expectativas do grupo ao qual pertencem. No entanto, quando a imagem do próprio grupo não é percebida como suficientemente satisfatória, os indivíduos podem adotar estratégias como esforços para abandonar o grupo social, para se unir a um outro com uma

identidade social mais positiva ou, alternativamente, procurar formas de comparação social que sejam mais vantajosas e valorizem o grupo atual (Tajfel & Turner, 2004). Estudos também apontam que pessoas com forte identificação com o próprio grupo, nomeadamente de grupos não privilegiados, podem envolver-se em ações coletivas contra as desvantagens percebidas e desafiar a hierarquia social (e.g. van Zomeren et al., 2008).

Embora a TDS reconheça a necessidade de identidade social como um fator significativo que contribui para a discriminação entre grupos, essa perspectiva foi considerada como insuficiente para explicar os altos níveis de violência e opressão que frequentemente ocorrem nas interações entre grupos no mundo real (Sidanius & Pratto, 1999). De acordo com a TDS, as diferenças nos padrões comportamentais são interpretadas como consequência das dinâmicas hierárquicas e da opressão sistémica, ao invés de serem inerentes aos membros de grupos subordinados (Sidanius et al., 2017; Sidanius & Pratto, 1999). Por exemplo, a pesquisa clássica de Clark e Clark (1947) indicou que crianças afro-americanas preferiam brincar com bonecas brancas, associando-as características positivas, e evitando aquelas que se assemelhavam ao seu grupo social, atribuindo traços negativos à boneca negra. O estudo, relevante para a compreensão da formação da identidade étnica, sugeriu que essas crianças pareciam internalizar as atitudes raciais negativas predominantes na sociedade americana da época, o que afetava adversamente a sua autoestima e autoimagem (Clark & Clark, 1947). Este fenómeno parece alinhado com a procura de uma identidade social positiva, especialmente quando a identidade grupal é vista como negativa (Tajfel & Turner, 2004).

Conforme sugere a pesquisa de Paul-Binyamin (2024), a identificação com o grupo social deve ser compreendida como um processo contínuo e dinâmico, que se transforma à medida que os indivíduos interagem com diferentes contextos sociais e deparam com novas situações. Essa perspectiva ressalta que a identidade grupal não é estática, mas moldada e adaptada conforme as circunstâncias sociais e históricas. Em suma, fatores de natureza individual, sociocultural, histórica e política desempenham um papel na forma como os indivíduos se posicionam socialmente contribuindo para a compreensão das diferenças comportamentais entre membros de grupos dominantes e submissos dentro das estruturas hierárquicas. A TDS destaca como as estruturas de poder e opressão influenciam as relações entre esses grupos, moldando as dinâmicas de dominação e subordinação nas hierarquias sociais.

1.1.2 Orientação da Dominância Social

Conforme mencionado anteriormente, os mecanismos psicossociais que influenciam as dinâmicas de RH e AH na hierarquia social envolvem diversos fatores. A Orientação da Dominância Social (ODS) é um fator psicológico central na TDS, que descreve a forma como os indivíduos percebem e apoiam as hierarquias sociais. Pode ser definido como o grau geral de desejo e apoio, ou preferência, por hierarquias e desigualdade social (Duckitt, 2001; Pratto et al., 1994; Sidanius & Pratto, 1999). Estudos indicam que indivíduos com níveis elevados de ODS tendem a favorecer a dominância de grupos sociais considerados “superiores” sobre outros vistos como “inferiores”, com base em distinções sociais que variam de acordo com o contexto (Duckitt, 2001; Quist & Resendez, 2002; Pratto et al., 1994; Sidanius & Pratto, 1999). Em contrapartida, indivíduos com baixos níveis de ODS tendem a desejar e defender o igualitarismo social (Duckitt, 2001; Pratto et al., 1994; Sidanius & Pratto, 1999).

De acordo com a literatura, o sexo tem sido um dos preditores mais consistentes da ODS, com os homens a apresentar geralmente níveis mais elevados de ODS em comparação com as mulheres (Kleppestø, 2021; Lee et al., 2011; Sidanius et al., 2017; Sidanius et al., 2006). Schmitt e Wirth (2009) sugerem que essas diferenças poderão ser explicadas por fatores contextuais, como a maior adesão dos homens a atitudes sexistas que refletem os interesses do grupo masculino, bem como pela identificação das mulheres com características estereotipicamente femininas, frequentemente associadas a níveis mais baixos de ODS.

Ao contrário de outras teorias que procuram compreender e explicar conflitos intergrupais com base no favoritismo intragrupal, a TDS aponta a ODS como um fator independente da posição do indivíduo na hierarquia social (Sidanius et al., 2017; Sidanius & Pratto, 1999). Assim, tanto membros de grupos dominantes quanto de grupos subordinados podem exibir altos níveis de ODS, dependendo de suas crenças ideológicas e culturais (Sidanius et al., 2017). O estudo de Carvalho et al. (2021) demonstrou que indivíduos pertencentes a grupos de baixo estatuto social com elevada ODS revelavam maior propensão para participar em ações coletivas em defesa dos interesses do seu grupo. Os resultados sugeriram que a ODS pode atuar como um fator mobilizador, levando a que os indivíduos se envolvam ativamente na transformação da sua posição na hierarquia social (Carvalho et al., 2021). No entanto, membros de grupos dominantes têm maior interesse em preservar o *status quo* que lhes confere vantagens, enquanto os membros de grupos não dominantes experienciam as desvantagens desse sistema e, por conseguinte, podem preferir modificá-lo (Sidanius & Pratto, 1999). O estudo empírico de Holt e Sweitzer (2020) parece ilustrar essa dinâmica. A investigação

analisou a relação entre a identidade étnica e atitudes em relação ao movimento Black Lives Matter (BLM), focado na redução das desigualdades raciais nos Estados Unidos. Os resultados indicaram que, para os americanos caucasianos, mas não para os afro-americanos, a ODS moderava fortemente essa relação, sugerindo que a oposição ao BLM pode estar enraizada no desejo de preservar a hierarquia racial existente (Holt & Sweitzer, 2020). Nesta mesma perspectiva, a investigação indica que indivíduos com estatuto socioeconómico mais elevado podem tender a exibir níveis mais elevados de ODS (Vargas-Salfate et al., 2018), pelas vantagens económicas e sociais que advêm da preservação de hierarquias e desigualdades sociais (Sidanius & Pratto, 1999).

A ODS é baseada em ideologias, crenças ou mitos legitimadores, que procuram justificar, tanto intelectual quanto moralmente, a manutenção de hierarquias e desigualdades sociais. Deste modo, podem promover e contribuir para a perpetuação da desigualdade social (Duckitt, 2001; Federico et al., 2013; Quist & Resendez, 2002; Pratto et al., 1994; Sidanius et al., 2013; Sidanius & Pratto, 1999) ou por outro lado, justificar e favorecer sistemas sociais mais inclusivos e igualitários, que atenuam a hierarquia e moderam o grau de desigualdade (Duckitt, 2001; Federico et al., 2013; Pratto et al., 1994; Sidanius et al., 1994; Sidanius et al., 2013; Sidanius & Pratto, 1999). Por exemplo, os resultados da pesquisa de Howard et al. (2022) apontaram que a ODS mediava a relação entre crenças raciais sobre o tom de pele de Jesus e atitudes racistas explícitas. O estudo sugeriu que, para indivíduos com elevada ODS, a crença de que Jesus seria caucasiano legitimava a dominação racial e reforçava as hierarquias raciais existentes (Howard et al., 2022).

De acordo com o Modelo Motivacional de Duplo Processo (MPD), atitudes ideológicas e preconceitos derivam de dois objetivos motivacionais centrais e universais, distintos entre si. O primeiro está relacionado à ODS, que envolve a procura por poder, superioridade e domínio, frequentemente impulsionada pela competição intergrupala (procurando ou apoiando quem tem mais recursos). O segundo está associado ao autoritarismo de direita (ou *Right-Wing Authoritarianism*) (RWA), que se fundamenta na necessidade de segurança coletiva e controle social, motivada pela perceção de ameaças externas. As pessoas com elevada ODS tendem a perceber o mundo como um espaço competitivo, onde apenas os mais fortes prosperam. Essa visão é geralmente acompanhada de atitudes negativas em relação a grupos que são considerados socialmente subordinados e com baixo estatuto e poder, como minorias e grupos marginalizados. Por outro lado, aqueles que apresentam elevada RWA mostram maior conformidade a normas sociais e hierarquias estabelecidas, reforçando a necessidade de controle e segurança em contextos sociais (Duckitt, 2001; Duckitt & Sibley, 2017). Embora

ambos os construtos possam estar inter-relacionados (e.g. Cantal et al., 2015) e compartilhem ideologias que favorecem o preconceito e a discriminação, refletem divergências nos seus objetivos motivacionais (Duckitt, 2001; Duckitt & Sibley, 2017). Assim, de acordo com o MPD, a ODS pressupõe assim a valorização da competitividade e preservação da hierarquia social (Duckitt, 2001; Duckitt & Sibley, 2017), motivados pela procura de poder, de estatuto social e controlo de recursos (Duckitt, 2001; Duckitt & Sibley, 2017).

Estudos sugerem que a ODS pode prever a tendência de uma pessoa em tomar determinadas escolhas de vida, principalmente quando essas escolhas envolvem a promoção da hierarquia ou do igualitarismo social (Aiello & Tesi, 2022; Haley & Sidanius, 2005; Lippa & Arad, 1999; Seelman & Walls, 2010; Tesi et al., 2023; Zubielevitch et al., 2022). Um exemplo disso, é a relação entre a ODS e a escolha da ocupação profissional. No estudo longitudinal de Zubielevitch et al. (2022), foi analisada a associação entre a ODS e o tipo de ocupação profissional numa amostra de adultos na Nova Zelândia. Os participantes foram classificados de acordo com o tipo de profissão exercida, categorizadas como profissões RH ou AH. Os resultados indicaram que, no intervalo de um ano, indivíduos empregados em ocupações RH apresentavam níveis mais elevados de ODS. Além disso, ao longo de cinco anos foram observadas associações recíprocas entre a ODS e o tipo de ocupação, sugerindo que as crenças intergrupais e as escolhas profissionais estão inter-relacionadas (Zubielevitch et al., 2022).

Embora a ODS possa ser um construto relativamente estável, estudos apontam que fatores contextuais podem estar associados a variações na ODS (Guimond et al. 2003; Pratto et al., 2006; Zubielevitch et al., 2023). Evidências sugerem que a ODS pode variar ao longo da vida em função da idade e do contexto histórico em que os indivíduos estão inseridos. O estudo de Zubielevitch et al. (2023) analisou a relação entre a ODS e o envelhecimento, demonstrando que embora a ODS tenda a aumentar com a idade, as gerações mais recentes apresentam níveis médios mais baixos do que as mais antigas. Isto sugere que tanto o processo de envelhecimento quanto mudanças socioculturais ao longo do tempo desempenham um papel na forma como as pessoas percebem e apoiam hierarquias sociais.

Desde a conceptualização da TDS, a ODS tem sido amplamente investigada no contexto das relações intergrupais, com foco em diferentes formas de hierarquização social e nas suas consequências para atitudes, comportamentos e estruturas de poder na sociedade. Indivíduos com alta ODS não apenas demonstram apoio a hierarquias sociais e desigualdade, como também são propensos a comportamentos agressivos em contextos intergrupais. Vários estudos apontam para a sua relação e predição com atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios, dirigidos a uma ampla variedade de grupos sociais. Por exemplo, incluindo

aqueles categorizados com base na classe social (e.g. pessoas imigrantes em situação irregular), etnia, nacionalidade, saúde mental, sexo e orientação sexual (Asbrock et al., 2010; Bassett, 2010; Cantal et al., 2015; Costello & Hodson, 2011; Duckitt, 2006; Duckitt & Sibley, 2017; Ekehammar et al., 2004; Foster, 2021; Guimond et al., 2003; Guimond et al., 2013; Hansen & Dovidio, 2016; Heaven, 1999; Holt e Sweitzer, 2020; Kteily et al., 2014; Lampropoulos et al., 2018; Lampropoulos & Apostolidis, 2018; Pratto et al., 1994; Pratto et al., 2006; Pratto & Stewart, 2011; Thomsen et al., 2008; Van Hiel & Mervielde, 2002; Van Hiel & Mervielde, 2005; Whitley, 1999; Whitley & Lee, 2000). O estudo empírico de Ekehammar et al. (2004) ressaltou ainda o papel de variáveis ideológicas, como a ODS, como preditores mais significativos de atitudes e comportamentos preconceituosos, comparativamente a traços de personalidade. Adicionalmente, os resultados do estudo sugeriram que, embora os traços de personalidade possam estar associados ao preconceito, essa relação seja parcialmente mediada por orientações ideológicas, evidenciando a importância da ODS nesse contexto.

A literatura aponta para a ODS como um preditor relevante de atitudes e comportamentos agressivos (Ekehammar et al., 2004). Associa a atitudes políticas conservadoras (Duckitt, 2006; Jost et al., 2003; Van Hiel & Mervielde, 2002), à permissividade e promoção de discursos de ódio, frequentemente utilizados para manter e legitimar as estruturas de poder e dominação (Bilewicz et al., 2017), opondo-se a princípios como tolerância, igualitarismo e humanitarismo (Pratto & Stewart, 2011). Indivíduos com níveis elevados de ODS tendem a apoiar políticas que preservam as hierarquias sociais, como a pena de morte, a tortura, apoio a guerras, e outras formas de controlo social repressivo (Federico & Sidanius, 2002; Kteily et al., 2014; Pratto & Glasford, 2008; Sidanius & Pratto, 1999). Além disso, esses indivíduos demonstram uma tendência a desafiar evidências científicas, especialmente quando tais evidências ameaçam a estrutura hierárquica existente ou questionam o *status quo* socioeconómico (Azevedo & Jost, 2021).

A ODS não se manifesta apenas na idade adulta, mas também se apresenta como um fator importante no desenvolvimento psicossocial em populações mais jovens. Estudos realizados com amostras adolescentes apontam para uma associação entre a ODS e comportamentos agressivos, como a delinquência juvenil (Oosterhoff et al., 2017). Durante esta fase, o envolvimento em atos delinquentes pode representar uma estratégia para adquirir poder e estatuto dentro de um grupo social, além de proporcionar uma sensação de controlo sobre outros indivíduos. Nesse contexto, a ODS pode contribuir para comportamentos que comprometem os direitos e o bem-estar de terceiros, em busca de maior domínio e afirmação pessoal (Mena et al., 2021; Oosterhoff et al., 2017). Em idade escolar, o desejo em alcançar

poder, estatuto e domínio social entre pares está positivamente associada a comportamentos de *bullying* (Pan et al., 2020; Pan et al., 2023; Pellegrini & Long, 2002) seja essa motivação persistente ou temporária, como sugere o estudo longitudinal de Pan et al. (2023). No entanto, essa relação pode ser moderada por fatores contextuais. Por exemplo, na pesquisa de Pan et al. (2020), as crianças que se esforçavam por atingir objetivos de dominância social tinham maior probabilidades de intimidar os outros quando o poder era distribuído de forma menos equitativa na sala de aula.

Em suma, a ODS é um indicador significativo das preferências por hierarquias e desigualdade entre grupos sociais, com implicações profundas e multifacetadas, tanto no nível individual quanto societário, em diferentes fases do desenvolvimento. Está relacionado a atitudes, a comportamentos, a relações intergrupais e, em última instância, a políticas públicas que moldam as dinâmicas sociais e de poder.

1.1.3 Etiologia da Orientação para a Dominância Social

A literatura sugere que a ODS está relacionada a fatores biológicos e ambientais, e que hipóteses têm sido propostas quanto às suas possíveis origens (Kleppestø et al., 2019; Kleppestø et al. 2021). Kleppestø et al. (2021) fundamentam que a ODS poderá ter origem em adaptações evolutivas que promovem a interação e a estabilidade dentro da estrutura hierárquica. Esta hipótese sustenta-se na observação de diversas espécies de primatas, nas quais os machos de estatuto inferior estabelecem coligações estratégicas para aceder a recursos controlados por machos de estatuto superior. Adicionalmente, nas sociedades de caçadores-recolectores observam-se mecanismos de equilíbrio que evitam o controlo despótico por parte de um único indivíduo. Estudos recentes que investigaram a etiologia da ODS, por meio de amostras de gémeos monozigóticos e dizigóticos, sugere que fatores genéticos podem desempenhar um papel significativo na variabilidade individual relativamente a esse construto (Kleppestø et al., 2019; Nacke & Riemann, 2023).

Embora fatores biológicos e evolutivos possam estar associados à ODS, a literatura também destaca a importância de variáveis ambientais para a sua formação. O estudo de Duckitt (2001) propõe, pela Teoria Cognitivo-Motivacional de Duplo Processo para explicar ideologias e o preconceito, que fatores como a socialização, traços de personalidade, contexto social e experiências desempenham um papel crucial na formação de crenças ideológicas associadas à ODS, influenciando as atitudes e tomada de decisões sociais (Duckitt, 2001). Por exemplo,

estudos empíricos têm identificado a personalidade como uma variável importante associada a ODS (Cichocka et al. 2017; Duckitt & Bizumic, 2013; Kandler et al. 2016; Perry & Sibley, 2012), podendo ter um papel preditivo na ODS ao longo do tempo (Perry & Sibley, 2012). Estudos indicam que traços de personalidade, como uma menor abertura à experiência e baixa agradabilidade, estão positivamente correlacionados com níveis mais elevados de ODS (Duckitt & Bizumic, 2013; Perry & Sibley, 2012), enquanto uma menor empatia por grupos sociais desfavorecidos está negativamente associada à ODS (Lucas & Kteily, 2018). Adicionalmente, Heaven et al. (2011) sugerem que as habilidades cognitivas também desempenham um papel importante no processo de internalização de crenças ideológicas. Na sua pesquisa, os resultados indicaram que uma maior habilidade cognitiva foi associada a níveis mais baixos de ODS. Contudo, os autores destacam que essas habilidades não operam de forma independente, sendo influenciadas por características individuais, fatores sociais e contextuais ao longo da vida (Heaven et al., 2011).

A socialização na infância e na adolescência, períodos cruciais em que os indivíduos desenvolvem crenças políticas, sociais e morais de modo mais estruturado, pode desempenhar um papel significativo na formação de atitudes autoritárias e dominantes relacionadas à ODS. (Duckitt, 2001; Osterhoff et al., 2017). Como indicam estudos realizados com crianças na primeira infância, a percepção da hierarquia social pode se manifestar muito cedo no desenvolvimento (Enright et al., 2017; Thomas et al., 2018), assim como a preferência por indivíduos que se destacam em interações sociais, sugerindo uma sensibilidade inicial à estrutura hierárquica do ambiente (Thomas et al., 2018).

O contexto parental também surge como um fator relevante para o desenvolvimento social e ideológico dos filhos. Pela transmissão intergeracional ou pelo processo de socialização pode fomentar a competição e valorização da hierarquia. Os pais podem procurar promover o alcance de metas extrínsecas ou intrínsecas dos filhos, como apontam estudos realizados em amostras com adolescentes. Por exemplo, pais podem enfatizar a procura de metas extrínsecas, como o estatuto social e competição, reforçando a valorização da hierarquia e dominância social, em contraste com pais que podem promover valores intrínsecos, como a filiação e colaboração com a comunidade (Duriez, 2011; Soenens et al., 2015).

1.2. Família

A noção de família não é fixa ou universal, mas dinâmica e contextual. Embora a família seja uma instituição presente em todas as sociedades, a dificuldade em estabelecer uma definição única decorre da diversidade de estruturas familiares e dos significados que lhes são atribuídos ao longo do tempo em diferentes contextos. O conceito de família tem se expandido ao longo do tempo, refletindo novas configurações familiares e formas de organização da vida em sociedade. Para alguns, a preservação de hábitos tradicionais é essencial, enquanto outros destacam a importância da adaptação às dinâmicas modernas. Diversos fatores, como a economia, a política, a cultura, a demografia e a tecnologia, têm exercido um impacto significativo sobre essas mudanças (Dias, 2011).

Embora a família possa assumir diferentes configurações estruturais (Kaslow, 2001; Walsh, 2016), e seja única com dinâmicas relacionais particulares (Rosset, 2013), é constituída no mínimo por duas pessoas que compartilham uma proximidade física e emocional, sustentada por laços afetivos, uma história de vida comum e expectativas em relação ao futuro (Carter & McGoldrick, 2005; McGoldrick & Shibusawa, 2016; Wood & Miller, 2005). As dinâmicas emocionais familiares são complexas e refletem a interdependência entre os seus membros, influenciadas não apenas pelas gerações presentes, mas também pelas relações passadas dentro do sistema familiar mais amplo (Carter & McGoldrick, 2005).

Desse modo, diferentes modelos familiares podem ser identificados ao longo do tempo e nas diversas sociedades. Por exemplo, a família nuclear tradicional, composta por dois progenitores de sexos opostos e os seus filhos, e outros arranjos familiares que incluem uma rede de parentes mais ampla, como os avós. Entre as diferentes configurações, encontramos as famílias constituídas a partir de uniões de facto à semelhança de um casamento, porém sem a formalização por meio de um contrato escrito, ou a partir de uniões livres, onde não há a intenção de estabelecer um compromisso formal. As famílias monoparentais, constituídas por apenas um dos pais, na maioria das vezes pela mãe, e o(s) filho(s). Podem surgir em diferentes contextos, nomeadamente após separações, viuvez ou por escolhas pessoais como a adoção ou a parentalidade independente. As famílias reconstituídas (*blended families*) que se constituem a partir de novas uniões conjugais após um divórcio ou separação, e onde muitas vezes incluem filhos de relações anteriores que estabelecem vínculos. As famílias formadas por casais do mesmo sexo, com ou sem filhos (Dias, 2011).

Sob a noção de sistema, onde unidades se integram e influenciam mutuamente dentro de uma totalidade organizada regida por um conjunto de princípios (Bertalanffy, 1968), a

família pode ser descrita como um sistema social complexo, aberto e dinâmico (Dias, 2011; Grych et al., 2004; Macarini et al., 2016; Nichols & Schwartz, 2007; Relvas, 2003). Enquanto totalidade, o sistema familiar apresenta uma organização e estrutura próprias. É constituído por um conjunto de elementos interdependentes em constante interação, ou seja, por pessoas que se relacionam entre si e com o meio exterior, formando uma unidade social (Dias, 2011; Grych et al., 2004; Macarini et al., 2016; Nichols & Schwartz, 2007; Relvas, 2003). Assim, como sistema dinâmico, a família estabelece padrões de comportamento e de comunicação que não seguem uma lógica linear, mas se manifestam em interações complexas, nas quais cada indivíduo afeta e é afetado pelo sistema como um todo (Grych et al., 2004; Nichols & Schwartz, 2007; Pires, 2022; Relvas, 2003).

A dinâmica familiar caracteriza-se por se apresentar em processo contínuo de homeostase, autorregulação e mudança (Dias, 2011; Grych et al., 2004; Macarini et al., 2016; Nichols & Schwartz, 2007; Relvas, 2003). A tendência ao equilíbrio e estabilidade proporcionam a manutenção da coesão familiar. No entanto, diante de exigências internas e externas, a família pode ser confrontada com a necessidade de adaptação e integração, especialmente em etapas de mudança e de desenvolvimento ao longo do ciclo vital (Grych et al., 2004; Macarini et al., 2016; Nichols & Schwartz, 2007; Relvas, 2003). A adaptação familiar às diferentes etapas do ciclo de vida pode representar um desafio. Quando esse processo se revela complexo e difícil, podem surgir crises de desenvolvimento, que embora comuns e espectáveis, desencadeiam transformações na sua dinâmica e podem impactar o bem-estar dos seus membros (Dias, 2011).

A família é constituída por subsistemas que se interrelacionam, e que estão organizados hierarquicamente (Dias, 2011; Grych et al., 2004; Relvas, 2003). As fronteiras entre os subsistemas podem ser mais ou menos nítidas, e influenciar diretamente as suas interações. Cada subsistema é caracterizado por desempenhar determinado papel, regras e dinâmicas que orientam o seu funcionamento e a relação entre os elementos da família (Dias, 2011; Grych et al., 2004; Relvas, 2003). Por exemplo, o subsistema conjugal configura-se a partir da união de dois adultos numa relação de interdependência e complementaridade, constituindo uma unidade conjugal. Esse vínculo envolve a interação entre os parceiros e pode implicar uma redução da individualidade em prol de um maior senso de pertença, partilha e apoio mútuo na relação (Dias, 2011). O subsistema filial surge com a chegada do primeiro filho, trazendo mudanças para a estrutura e dinâmica familiar. Por sua vez, o subsistema fraternal diz respeito às relações estabelecidos entre os irmãos. Já o subsistema parental é responsável fundamentalmente por orientar e preparar os filhos para a vida em sociedade, promover a educação, além de garantir

a sua proteção em diferentes níveis (Dias, 2011; Grych et al., 2004; Relvas, 2003). Os membros da família desempenham um papel ativo na construção de significados, na organização das relações de poder e na expressão dos afetos dentro do sistema familiar (Dias, 2011).

O sistema familiar também está inserido em sistemas sociais mais amplos, como a comunidade onde se encontra (Relvas, 2003). A sua estrutura e funções são profundamente influenciadas pelo contexto histórico, sociocultural, político e económico, existindo variações significativas na maneira como as famílias operam e nas expectativas em relação aos seus papéis, regras e valores (Sathes et al., 2020; Vicente & Sousa, 2010).

As funções da família incidem em facilitar o crescimento e desenvolvimento da individualidade dos seus elementos, promover sentimentos de pertença, e contribuir para a sua integração no contexto sociocultural (Relvas, 2003). Como primeiro contexto social onde se dão as primeiras interações com o “outro”, a família tem um papel central no desenvolvimento e bem-estar infantil (Sousa & Sarmento, 2010; Matos et al., 2015; Pires, 2022), sendo um agente de socialização primário (Relvas, 2003), e no qual as aprendizagens ocorrem por meio das experiências vivenciadas no próprio contexto familiar (Dias, 2011). O processo de socialização inicia-se desde o nascimento, onde os pais já apresentam expectativas e fantasias em relação aos seus filhos (Cole & Cole, 2004).

1.2.1 Parentalidade

A infância é um período de desenvolvimento intenso e rápido nas diversas dimensões do ser humano, no qual a criança depende amplamente dos cuidados de outrem, geralmente dos cuidados parentais. Esses cuidados são mais intensos nos primeiros anos de vida, e vão sendo adaptados à medida que a criança cresce, adquire mais autonomia e se torna mais capaz de lidar com desafios de forma independente (Bornstein, 2002).

As primeiras interações da criança com os cuidadores primários são fundamentais e com consequências no seu desenvolvimento e formação da personalidade, com efeitos que se estendem ao longo do tempo. Por exemplo, a qualidade do vínculo estabelecido entre pais e filhos influencia a forma como a criança irá lidar com experiências e relações futuras, por meio da sua disponibilidade e responsividade às necessidades fisiológicas e afetivas (Ainsworth et al., 2015; Bowlby, 2006; Sadock et al., 2017). Assim, a parentalidade assume um papel central no processo de desenvolvimento infantil (Bornstein, 2002).

A parentalidade durante a infância dos filhos constitui uma experiência profundamente transformadora, que reestrutura de forma significativa as prioridades, os hábitos e identidade dos cuidadores. Impacta não apenas a vida da criança, mas também a construção subjetiva da vida adulta dos pais. O papel parental envolve a influência ativa sobre as experiências dos filhos, exercida tanto por vias diretas quanto indiretas. Essa influência manifesta-se de modo direto por meio da transmissão genética, das suas crenças e comportamentos parentais, e indiretamente pelas dinâmicas entre os próprios cuidadores e do contexto sociocultural em que estão inseridos. Outras pessoas, como os irmãos, podem também desempenhar papéis importantes e que complementam a atividade parental (Bornstein, 2002).

O modo como os pais agem com os seus filhos pode variar segundo diversos fatores que permitem orientar os seus comportamentos. Por exemplo, segundo valores culturais e normas sociais (Bornstein, 2002), crenças em relação à sua própria parentalidade (Bornstein, 2002; Lamprianidou et al., 2025), e fatores sociodemográficos como o estatuto socioeconómico (Bornstein, 2002; Jia et al., 2014) e o sexo dos pais (Bornstein, 2002). Além disso, mães e pais podem apresentar variações na sua resposta às expectativas sociais sobre a parentalidade, e apresentar diferentes graus de envolvimento parental (Lamprianidou et al., 2025). As mães podem tender a assumir maior responsabilidade e um envolvimento mais direto nos cuidados e tarefas com os filhos (Amaro et al., 2024; Bornstein, 2002), embora as famílias com dupla fonte de rendimento parental se tenham tornado mais comuns nas últimas décadas, contribuindo para o envolvimento do pai (Diniz et al., 2024).

1.2.2 Desenvolvimento Psicossocial na Segunda Infância

O desenvolvimento psicossocial na segunda infância, aproximadamente dos 3 aos 6 anos de idade, refere-se às mudanças nas interações sociais, emoções, identidade e comportamentos da criança à medida que começa a estabelecer relações mais complexas com os outros e consigo mesma (Cole & Cole, 2004; Lightfoot et al., 2018; Papalia & Feldman, 2013).

Durante a segunda infância, as crianças começam a construir uma imagem mais definida de si, desenvolvendo um senso de identidade pessoal como o reconhecimento de características físicas, preferências, competências e pertenças sociais. Nesta etapa, começa também a emergir uma perceção inicial sobre aspetos como a diferenciação de género e a pertença étnica, ainda

que de forma rudimentar e muitas vezes influenciada pelos modelos que observam no ambiente familiar, escolar e social (Lightfoot at al., 2018; Papalia & Feldman, 2013).

A identificação com o gênero surge progressivamente, refletida nos comportamentos, interesses e formas de brincar das crianças, frequentemente moldados pelas normas culturais e pelas expectativas sociais. Em ambientes sociais mais amplos, observa-se por vezes a tendência para a segregação de gênero nas interações e nas brincadeiras. É comum a preferência pela criança por brincar com crianças do mesmo sexo. De igual modo, podem começar a reconhecer diferenças étnicas, especialmente em contextos multiculturais, ainda que esse reconhecimento esteja muitas vezes ligado a aspetos superficiais, como o tom da pele ou a linguagem (Lightfoot at al., 2018; Papalia & Feldman, 2013).

Nesta fase, as brincadeiras ganham uma dimensão cada vez mais social, onde as crianças podem se envolver em jogos cooperativos e desenvolver competências interpessoais, sendo que a cultura influencia o modo como as crianças brincam (Lightfoot at al., 2018; Papalia & Feldman, 2013). À medida que crescem, as crianças vão adquirindo o conhecimento sobre os papéis que se espera que desempenhem socialmente, como ajustar o comportamento às normas sociais, a autorregulação, a gestão do conflito e de impulsos agressivos, o respeito os outros, a empatia e o comportamento pró-social relevantes para o seu desenvolvimento moral e emocional (Cole & Cole, 2004; Lightfoot at al., 2018).

Para as crianças com irmãos, as interações com os mesmos começam a desempenhar um papel mais significativo no processo de socialização das crianças. Elas aprendem a negociar, a compartilhar, a resolver conflitos e a desenvolver comportamentos pró-sociais através dessas interações. Os irmãos frequentemente oferecem um modelo de comportamento e podem influenciar os gostos e preferências das crianças. Essas relações podem ser uma fonte de apoio emocional, mas também podem envolver competição e rivalidade, dependendo da dinâmica familiar e qualidade dessas interações (Lightfoot at al., 2018; Papalia & Feldman, 2013).

1.3 Dominância Social e Infância

Desde o nascimento, as crianças fazem parte de sistemas sociais onde as relações são influenciadas por estruturas de poder (Gülgöz & Gelman 2017). A capacidade de reconhecer sinais de dominância e compreender hierarquias sociais é essencial para a interação com os outros e para a adaptação ao contexto (Su et al., 2021). Em particular na infância, período onde se detém menor poder social (Sidanius & Pratto, 1999), e onde existe maior vulnerabilidade e

dependência (Cole & Cole, 2004). Com o tempo, à medida que as crianças amadurecem desenvolvem uma melhor compreensão das normas e das dinâmicas sociais (Gülgöz & Gelman 2017), incluindo as relações de poder que se manifestam em diferentes contextos, como o familiar, o escolar e nas interações entre pares (Eidsvåg & Rosell, 2021; Gülgöz & Gelman, 2017).

A investigação sobre o desenvolvimento infantil sugere que, desde cedo as crianças demonstram sensibilidades que refletem uma compreensão inicial da hierarquia e da desigualdade social (Reifen-Tagar & Cimpian, 2022; Thomsen, 2020), que podem estar na base de orientações ideológicas futuras como a ODS (Reifen-Tagar & Cimpian, 2022).

Evidências empíricas indicam que já no primeiro ano de vida, as crianças possuem mecanismos cognitivos que lhes permitem reconhecer sinais de dominância, e parecem estar cientes das suas implicações em contextos sociais (Enright et al., 2017; Gazes et al., 2017; Mascaro & Csibra, 2012; Pun et al., 2016; Thomsen et al., 2011; Zeng et al., 2022). Por exemplo, Thomsen et al. (2011) investigaram se bebês pré-verbais seriam capazes de inferir hierarquias sociais a partir de pistas visuais. Por meio de cinco experiências conduzidas com bebês de oito a 13 meses de idade, os autores mediram o tempo de fixação visual das crianças diante diferentes estímulos. Os resultados sugeriram que a partir dos 10 meses, os bebês conseguiam prever o desfecho de interações sociais em contextos de conflito hierárquico. Especificamente, quando figuras animadas de diferentes tamanhos se confrontavam, os bebês tendiam a antecipar que a figura maior prevaleceria. Quando a figura de menor tamanho obtinha vantagem, os bebês fixavam o olhar por mais tempo, sugerindo surpresa diante de um desfecho inconsistente com as expectativas (Thomsen et al., 2011).

Da mesma forma, as crianças não apenas reconhecem e fazem inferências sobre relações hierárquicas entre indivíduos, mas também entre grupos. Pun et al. (2016) observaram que entre os 6 e 12 meses, os bebês eram capazes de inferir a dominância com base na quantidade de indivíduos em um grupo, prevendo que grupos maiores tendiam a prevalecer em situações de conflito social.

Além disso, há evidências de que os bebês não apenas reconhecem interações momentâneas de dominância, mas também representam essas relações como estruturas estáveis ao longo do tempo. Mascaro e Csibra (2012) exploraram essa hipótese ao expor bebês a interações entre figuras animadas, nas quais um personagem dominante repetidamente fazia com que outro, submisso, cedesse passagem. Ao estabelecer essa relação hierárquica, os autores avaliaram se os bebês mantinham a expectativa de que a relação de dominância se perpetuaria em novos contextos. Os resultados indicaram que os bebês fixavam o olhar por períodos mais

longos de tempo quando a relação de dominância era revertida, sugerindo que, desde cedo os seres humanos representam a dominância social como uma estrutura previsível e relativamente estável (Mascaro & Csibra, 2012). Complementarmente, o estudo de Gazes et al. (2017) revelou que os bebês podem ser capazes de inferir relações de dominância social de forma transitiva. Ou seja, mesmo na ausência de interações diretas, os bebês deduzem hierarquias entre figuras que não se comunicam diretamente. Se A domina B e B domina C, os bebês podem inferir que A domina C, esperando que o indivíduo dominante tenha controle sobre todos aqueles posicionados abaixo na hierarquia (Gazes et al., 2017). Estas evidências sugerem que as crianças pequenas não só são sensíveis às relações hierárquicas e de dominância, mas também esperam determinadas consequências como resultado dessas relações, assim como os adultos (Reifen-Tagar & Cimpian, 2022).

As crianças pequenas também demonstram uma atenção significativa às disparidades nos recursos, seja em interações individuais seja em dinâmicas entre grupos. Parecem desenvolver expectativas de que indivíduos dominantes são mais propensos a receber ou manter uma maior quantidade de recursos em comparação com aqueles percebidos como submissos. Por exemplo, Enright et al. (2017) demonstraram que aos 17 meses de idade, ao observarem cenários em que duas figuras competiam por um recurso, as crianças exibiam a expectativa de que o recurso fosse alocado à figura dominante (Enright et al., 2017). Já no estudo de Bian et al. (2018), perante recursos escassos, os bebês esperam que o grupo ao qual pertencem seja priorizado na atribuição desses recursos.

As crianças pequenas também demonstram preferências sociais, nomeadamente baseadas na forma como a dominância é exercida. Thomas et al. (2018) investigaram se crianças com idades entre 21 e 31 meses apresentavam preferência por figuras vitoriosas em interações de confronto hierárquico. Os resultados revelaram que embora as crianças tendessem a preferir figuras vitoriosas, rejeitavam aquelas que impunham sua superioridade por meio da força física (Thomas et al., 2018).

À medida que as crianças avançam no desenvolvimento, aprimora-se a sua capacidade de reconhecer e interpretar relações de dominância em contextos sociais (Brey & Shutts, 2015; Cogsdill et al., 2014; Gülgöz & Gelman, 2017; Liu et al., 2021; Terrizzi et al., 2019). Uma investigação conduzida por Liu et al. (2021), com uma amostra de crianças chinesas entre quatro e seis anos de idade, teve como objetivo examinar a capacidade infantil de interpretar e integrar diferentes pistas para inferir poder social em situações de conflito diádico, nomeadamente pistas visuais, auditivas e de conteúdo verbal. Através de um delineamento experimental composto por três estudos, as crianças foram expostas a animações que

representavam interações sociais e posteriormente solicitadas a identificar qual o personagem que detinha maior poder social. Os resultados indicaram que enquanto crianças de quatro anos não demonstraram competência para utilizar qualquer uma das pistas de forma consistente, a partir dos cinco anos já foram capazes de recorrer a múltiplos indícios, incluindo pistas visuais e auditivos. Aos seis anos, observou-se um avanço significativo na integração dessas pistas, sugerindo um desenvolvimento progressivo dessa capacidade ao longo da idade pré-escolar. Os resultados sugerem que a capacidade para inferir poder social se aprimora com a idade, refletindo uma maior capacidade de combinar diferentes fontes de informação ao longo do desenvolvimento infantil (Liu et al., 2021).

A compreensão do poder social na infância torna-se progressivamente mais sofisticada, refletindo uma diferenciação crescente nas suas formas de manifestação. No estudo de Gülgöz e Gelman (2017), crianças entre os três e os nove anos, bem como adultos, foram expostos a cenários nos quais deveriam inferir qual de dois personagens possuía maior poder social em cinco dimensões distintas: controlo de recursos; realização de objetivos; concessão de permissão; emissão de ordens; estabelecer normas. Entre os três e os quatro anos, as crianças já demonstravam sensibilidade a três dimensões do poder social: controlo de recursos; realização de objetivos; concessão de permissão. Por volta dos cinco a seis anos, começou a emergir uma compreensão mais elaborada sobre a capacidade de estabelecer normas, enquanto a habilidade de reconhecer a autoridade na emissão de ordens foi observada apenas entre os sete e os nove anos. Nesta última faixa etária, as crianças exibiram uma compreensão do poder social mais próxima à dos adultos, reconhecendo a sua influência nas relações interpessoais em todas as cinco dimensões. De acordo com Gülgöz e Gelman (2017), numa perspetiva evolutiva, reconhecer o poder social pode desempenhar um papel adaptativo, permitindo a compreensão de normas culturais, a interpretação de dinâmicas relacionais e a previsão de comportamentos, assim como a identificação de alianças socialmente vantajosas.

A compreensão da dominância social na infância não se limita à observação de interações explícitas. A aparência dos rostos exerce um papel central nos julgamentos sociais, permitindo inferências rápidas e automáticas (Todorov et al., 2013; Todorov & Oh, 2021; Todorov et al., 2009). Nos adultos, a atribuição de traços de carácter a partir de rostos tende a ser rápida e com elevado consenso entre os observadores. Estudos indicam que as crianças também demonstram sensibilidade a aspetos faciais. Aos três anos de idade, as crianças podem fazer julgamentos consistentes de dominância baseados em características faciais, em consenso com os padrões observados nos adultos (Cogsdill et al., 2014), tendendo a melhorar com o aumento da idade (Cogsdill et al., 2014; Terrizzi et al., 2019). Estes achados reforçam a ideia

de que, desde cedo os rostos são processados como sinais relevantes para a estruturação hierárquica das relações sociais (Terrizzi et al., 2019).

Na investigação de Terrizzi et al. (2019), as crianças não só eram sensíveis a aspetos relevantes da estrutura facial, como também demonstravam preferência por rostos com características mais masculinas e posturas assertivas, indicando uma valorização de atributos associados à dominância. Esses resultados alinham-se com outros estudos que sugerem que, em idade pré-escolar, as crianças expressam preferências sociais em relação à dominância e à autoridade (Charafeddine et al., 2016; Charafeddine et al., 2018; Terrizzi et al., 2019). Charafeddine et al. (2018) observaram que as crianças frequentemente preferem aqueles que impõem a sua vontade em situações sociais. Além disso, quando se trata de distribuir recursos, elas tendem a favorecer personagens dominantes em detrimento das subordinadas, como revelado no estudo de Charafeddine et al. (2016).

Esse comportamento pode ser visto como uma forma de perpetuar o *status quo* social, uma vez que as crianças podem agir de modo consistente com as hierarquias existentes (Olson et al., 2011). De modo geral, as evidências sugerem que as crianças na segunda infância não apenas compreendem as dinâmicas de poder e dominância, mas também manifestam preferências sociais que podem estar relacionadas com orientações ideológicas emergentes, como a ODS (Reifen-Tagar & Cimpian, 2022).

No entanto, é importante considerar estudos como Guidetti et al. (2021), que destacam que apesar de uma tendência à preferência por figuras dominantes, as crianças também podem demonstrar uma aversão significativa à desigualdade em contextos intergrupais. O estudo sugere que as crianças estão atentas às dinâmicas sociais mais amplas que as cercam e que podem contribuir para modelar as suas preferências.

Durante a segunda infância, o desenvolvimento social das crianças torna-se mais complexo que em fases anteriores, com uma ênfase crescente nas interações entre os pares e dinâmicas grupais (Cole & Cole, 2004). Nesse contexto, observam-se dinâmicas de poder dentro dos próprios grupos infantis, nas quais algumas crianças procuram ativamente posições de liderança, enquanto outras assumem papéis submetendo-se a figuras dominantes. As relações de dominância manifestam-se em diferentes situações como brincadeiras e jogos, onde algumas crianças procuram coordenar atividades e definir regras, além de chegarem a incluir ou excluir participantes (Eidsvåg & Rosell, 2021).

Já em idade escolar, a procura por dominância entre pares pode estar associada a comportamentos agressivos, como o *bullying* (Pan et al., 2023; Pan et al., 2020; Pellegrini & Long, 2002), no entanto, fatores contextuais como o ambiente familiar, a exposição a violência

ou maus-tratos, e as experiências de socialização, podem influenciar significativamente a intensidade e a forma como essas dinâmicas de poder se manifestam. Por exemplo, crianças expostas a contextos de abuso ou negligência podem apresentar uma maior propensão para adotar estratégias coercivas de dominação. Além disso, a forma como a dominância é exercida pode variar conforme a idade e o sexo. Com o avanço da idade, pode haver maior tendência para o uso de estratégias de dominação mais sofisticadas e socialmente competentes, enquanto entre crianças mais novas a dominância pode estar mais associada a comportamentos coercivos. No que respeita ao sexo, os meninos tendem a adotar formas mais diretas e agressivas de dominação, enquanto as meninas recorrem a estratégias mais indiretas e subtis (Teisl et al., 2012). Embora as crianças sejam agentes ativos nas dinâmicas interpessoais, o seu poder e dominância são também moldados pelo poder estrutural do meio onde se encontram (Eidsvåg & Rosell, 2021).

As evidências demonstram que a compreensão da dominância social emerge precocemente na infância, desde o reconhecimento de hierarquias até às preferências sociais e distribuição de recursos, e tornam-se progressivamente mais sofisticadas ao longo do desenvolvimento infantil. Durante a segunda infância, as crianças não apenas reconhecem e interpretam a dominância, mas também participam ativamente em dinâmicas sociais que refletem essas estruturas, assumindo papéis de liderança ou submissão em interações com os pares.

1.3.1 Orientação da Dominância Social de Pais e Filhos

As crianças em idades precoces parecem demonstrar variações sistemáticas na forma como percebem e respondem à hierarquia e à desigualdade entre grupos, o que segundo Reifentagar e Cimpian (2022), pode representar manifestações iniciais da ODS. Por exemplo, Ziv e Sommerville (2017) examinaram a sensibilidade de bebés quanto a distribuições justas e injustas e os comportamentos sociais emergentes. Os bebés que dedicaram mais tempo de atenção a distribuições injustas indicaram uma maior consciência das violações de expectativas de justiça. Os resultados apontaram que os bebés que demonstraram maior sensibilidade às distribuições injustas, eram também mais propensos a partilhar os seus brinquedos preferidos com um desconhecido. Além disso, entre os 12 e 15 meses de idade, as crianças que tinham irmãos mantinham maior atenção aos resultados injustos, em comparação aos que não tinham, embora o mesmo não se tenha verificado para o comportamento de dar o brinquedo.

Outro estudo relevante, conduzido por Tagar et al. (2017), examinou se diferenças individuais na sensibilidade à desigualdade intergrupar, numa amostra de crianças americanas, já se manifestava em idade pré-escolar, sendo uma característica central da ODS. As crianças foram distribuídas aleatoriamente em dois grupos, identificados pelas cores azul e vermelho, e receberam uma t-shirt e pulseira correspondentes à cor do seu grupo. Cada criança foi exposta a três condições experimentais, apresentadas aleatoriamente, sempre envolvendo dois indivíduos (um do grupo interno e outro do grupo externo) e um moderador que apresentava um único recurso desejável. As condições eram as seguintes: (1) o membro do grupo interno apropriava-se do recurso e recusava-se a partilhá-lo com o membro do grupo externo; (2) o membro do grupo externo expressava satisfação em partilhar, dividindo o recurso de forma igualitária e entregando metade ao outro participante; (3) o moderador determinava que o recurso fosse dividido igualmente entre ambos, sem que qualquer um dos participantes demonstrasse comportamento moral explícito (condição de controlo). A apresentação dos indivíduos como membros do grupo interno ou externo foi contrabalançada, para garantir que cada um assumisse ambas as posições ao longo da experiência. Os resultados demonstraram variações individuais na resposta das crianças à distribuição desigual de recursos, sendo essas variações moderadas pelos níveis de ODS dos pais. As crianças cujos pais apresentavam baixos níveis de ODS eram mais propensas a compensar a injustiça observada. Especificamente, após presenciarem um membro do seu grupo interno a agir de forma desigual na distribuição de recursos, essas crianças tenderam a conceder mais ao membro do grupo externo, sugerindo uma maior sensibilidade à desigualdade intergrupar. Por outro lado, os filhos de pais com níveis elevados de ODS não apresentaram essa tendência, mantendo uma distribuição semelhante entre as condições. Isso sugere que não penalizaram a violação da justiça cometida pelo grupo interno, nem demonstraram preocupação com a privação do grupo externo (Tagar et al., 2017).

Resultados consistentes com esta investigação foram encontrados na pesquisa de Guidetti et al. (2021), conduzida com uma amostra de crianças italianas entre três e 11 anos. O estudo explorou a aversão à desigualdade em contextos intergrupais e sua relação com a ODS dos pais. Os resultados revelaram uma correlação positiva e significativa entre as respostas das crianças e os níveis de ODS das mães. Especificamente, as crianças cujas mães apresentavam níveis mais elevados de ODS demonstraram uma atitude mais positiva e menos crítica em relação a membros do grupo interno que distribuíram recursos de forma desigual entre grupos, embora essa associação não tenha sido observada em relação à ODS dos pais (Guidetti et al., 2021).

Adicionalmente, achados também revelam que a ODS dos pais pode estar relacionada a atitudes agressivas, nomeadamente preconceituosas dos filhos (Costello & Hodson, 2014; Gao et al., 2024). Costello e Hodson (2014) ao exploraram as crenças das crianças sobre a divisão hierárquica entre humanos e animais, encontraram que a ODS das mães estava associada à aceitação dos filhos a essa hierarquia. Segundo os autores, essas crenças podem facilitar a internalização de atitudes preconceituosas, pela promoção da desumanização racial de determinados grupos sociais. Em particular, as crianças cujas mães apresentavam níveis mais elevados de ODS demonstraram maior aceitação da divisão hierárquica entre humanos e animais, sendo uma das primeiras formas de relações intergrupais hierárquicas que se deparam (Costello & Hodson, 2014). No estudo de Gao et al. (2024), as mães com diferentes perfis de socialização racial apresentavam variações na forma como a ODS se manifestava, associadas a atitudes raciais dos filhos. Observou-se que o reconhecimento por parte das mães, que apresentavam uma experiência cultural mais alargada estava associado a atitudes mais positivas das crianças em relação ao seu próprio grupo racial com pele mais escura. O estudo também ressaltou a importância de nuances culturais e contextuais das práticas de socialização e sua influência nas atitudes sociais das crianças (Gao et al., 2024).

Em conjunto, os estudos revistos destacam que as variações na forma como as crianças percebem e respondem à hierarquia social desigualdade estão possivelmente relacionadas às experiências de socialização na construção de atitudes sociais, e destacam a importância do papel parental, em particular, das suas orientações ideológicas.

1.4 Definição do Problema, Pertinência e Objetivos

A ODS é um constructo psicológico com implicações individuais e societárias profundas, sendo um preditor significativo de atitudes e comportamentos agressivos (Ekehammar et al., 2004). Em idade adulta, a ODS está relacionada a atitudes preconceituosas e comportamentos discriminatórios (e.g. Cantal et al., 2015; Duckitt & Sibley, 2017; Foster, 2021; Guimond et al., 2013; Hansen & Dovidio, 2016; Holt & Sweitzer, 2020; Kteily et al., 2014; Lampropoulos et al., 2018; Lampropoulos & Apostolidis, 2018), a atitudes políticas autoritárias e extremistas (Duriez et al., 2005; Jost et al., 2003; Passini, 2008; Van Assche et al., 2018; Van Hiel & Mervielde, 2002), incluindo ao apoio de políticas repressivas como a pena de morte, tortura e guerra (Federico & Sidanius, 2002; Pratto & Glasford, 2008), e à oposição de políticas de igualdade social (Duckitt, 2006). Além disso, estudos apontam para a

relação com a rejeição de evidências científicas, quando estas ameaçam estruturas hierárquicas ou o *status quo* socioeconómico (Azevedo & Jost, 2021), e à promoção de discursos de ódio, como meio de manter estruturas de poder e domínio (Bilewicz et al., 2017). Em idades mais jovens, a ODS está associada a comportamentos desviantes como a delinquência juvenil (Oosterhoff et al., 2017) e à prática de *bullying* em idade escolar (Pan et al., 2023; Pan et al., 2020; Pellegrini & Long, 2002), como meios de adquirir poder e estatuto entre os pares e na sociedade.

Apesar da vasta literatura desenvolvida ao longo das últimas décadas sobre a ODS e das suas implicações, a investigação em fases mais precoces do ciclo de vida continua insuficiente. Embora estudos recentes sugiram que a ODS possa ter tanto uma base biológica, relacionada a mecanismos de sobrevivência e adaptação evolutiva (Kleppestø et al., 2021; Sibley & Duckitt, 2021), assim como uma componente influenciada por fatores sociais e contextuais (Cichocka et al., 2017; Duriez et al., 2007; Schmitt & Wirth, 2009), o estudo da ODS na infância, particularmente em idade pré-escolar, permanece um campo pouco explorado.

A segunda infância, enquanto fase crucial para o desenvolvimento global das crianças, é especialmente relevante para a formação de valores, crenças e atitudes sociais. Nesta fase, as crianças começam a internalizar normas e valores observados no ambiente familiar e social, sendo esse processo de socialização determinante para a construção de identidades sociais (Cole & Cole, 2004; Papalia & Feldman, 2013). De acordo com Reifen-Tagar e Cimpian (2022), as crianças começam desde cedo a formar predisposições ideológicas, ainda que rudimentares, o que reforça a importância de estudar estas dinâmicas em fases precoces do desenvolvimento. Embora estudos com delineamento experimental tenham analisado a capacidade de reconhecimento (Brey & Shutts, 2015; Cogsdill et al., 2014; Gülgöz & Gelman, 2017; Liu et al., 2021; Terrizzi et al., 2019) e a preferência quanto à dominância (Charafeddine et al., 2018; Charafeddine et al., 2016; Guidetti et al., 2021; Terrizzi et al., 2019), poucos estudos foram encontrados que explorassem a ODS na segunda infância e a sua relação com o contexto familiar, particularmente com a ODS dos pais.

Neste sentido, tendo em consideração a revisão de literatura, o presente estudo procura responder à questão de investigação “Como se manifesta a ODS em crianças na segunda infância, e de que forma se relaciona com a ODS dos pais?”. Assim, a investigação tem como principal objetivo explorar a ODS na segunda infância e a sua relação com a ODS dos pais. Apoiado neste objetivo, pretendeu-se atingir três objetivos específicos: (a) verificar a ODS de crianças na segunda infância, analisando se existem diferenças segundo o seu sexo e idade, e o estatuto socioeconómico dos pais; (b) verificar a relação entre a ODS de crianças na segunda

infância e a ODS de pais; (c) compreender motivações gerais subjacentes à ODS de crianças nesta fase do desenvolvimento.

Em termos práticos, a presente investigação procura contribuir para a literatura sobre a ODS e o desenvolvimento psicossocial da criança, e fornecer conhecimentos úteis sobre a sua relação com o contexto familiar-parental. A compreensão da ODS nas primeiras fases da vida poderá ser especialmente importante para pesquisas futuras, e no auxílio de profissionais que atuam em prol da saúde e bem-estar social, familiar e supremo interesse da criança. Nomeadamente, através de práticas voltadas para a educação parental, ações ou políticas públicas voltadas para a prevenção de comportamentos agressivos e antissociais em fases posteriores da vida.

II PARTE – METODOLOGIA

2.1 Delineamento do Estudo

O presente estudo integra-se no âmbito do projeto de investigação “Funcionamento Familiar, Coparentalidade e Ajustamento da Criança: Estudo Comparativo Intercultural”, do Centro de Investigação em Psicologia (CIP) da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), em colaboração com BabyLab do LPNC. Trata-se de um estudo de corte transversal, exploratório, com uma abordagem metodológica mista.

Numa primeira fase, o estudo adota uma abordagem nomotética e quantitativa, com o objetivo de responder aos dois primeiros objetivos específicos e testar as hipóteses formuladas. Esta abordagem viabiliza a obtenção de um maior número de dados estatísticos controlados e objetivos, através do uso de instrumentos estruturados, possibilitando chegar a conclusões gerais sobre a amostra em estudo (Creswell & Clark, 2018; Gravetter & Forzano, 2018; Shaughnessy et al., 2015).

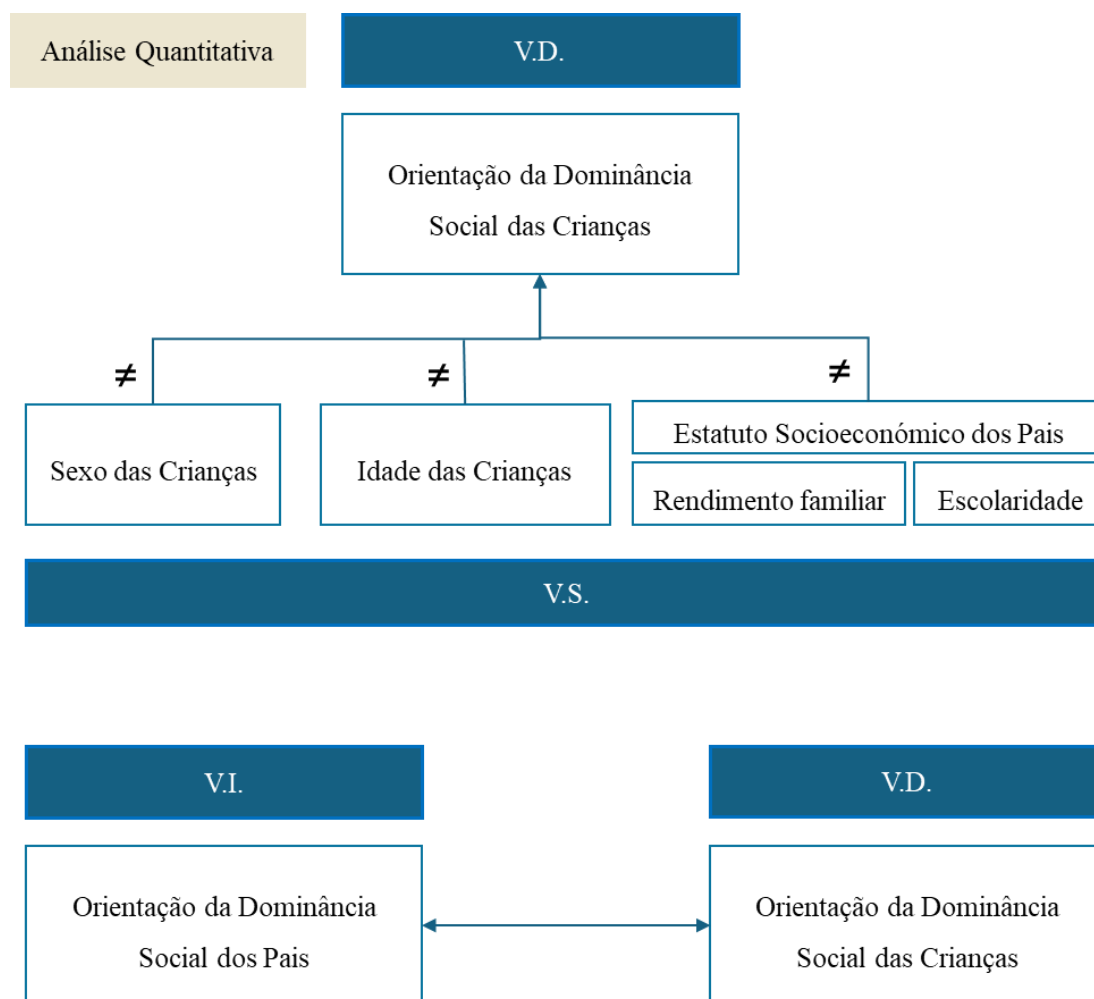
Após o consentimento informado e esclarecido dos próprios e respetivos filhos, parte da recolha de dados foi realizada por inquérito através de um questionário sociodemográfico e da *Social Dominance Orientation Scale* (SDO), respondidos em formato físico pelos progenitores, e a restante pelo registo das preferências de dominância social da criança preenchido pelo examinador durante a uma Situação Experimental Estandardizada (SEE). Os questionários permitem recolher dados preservando o anonimato dos participantes, medir variáveis em estudo e diferenças individuais em relação às suas preferências e atitudes pessoais (Shaughnessy et al., 2015). Cada progenitor respondeu autonomamente aos questionários, no seu próprio ritmo e sem a presença do investigador.

Na SEE, cada criança foi individualmente sujeita à apresentação de estímulos visuais em formato digital, que refletiam relações de dominância entre pares de fotografias. Esta fase adotou um desenho intra-sujeitos (*within-subjects design*), em que a variável independente é manipulada em diferentes condições junto do mesmo grupo de participantes (Gravetter & Forzano, 2018).

O procedimento seguiu uma ordem organizada pré-estabelecida, com contra balanceamento dos estímulos, procurando garantir que todos os participantes eram expostos às mesmas combinações de estímulos, mas em ordens distintas. Este procedimento teve como objetivo controlar possíveis variáveis que poderiam influenciar os resultados, como os efeitos da sequência dos estímulos, assegurando que os efeitos observados possam ser atribuídos com maior precisão às manipulações experimentais (Gravetter & Forzano, 2018). A Figura 2 sintetiza o delineamento da primeira fase do presente estudo.

Figura 2

Delineamento da Primeira Fase do Estudo



Nota: A Figura 2 demonstra o delineamento da primeira fase da investigação e as variáveis em estudo: Orientação da Dominância Social dos Pais (V.I. - Variável Independente); Orientação da Dominância Social das Crianças (V.D. - Variável Dependente); Sexo das Crianças, Idade das Crianças e Estatuto Socioeconómico dos Pais (Rendimento familiar, Escolaridade) (V.S. - Variáveis Sociodemográficas).

A segunda fase do estudo adotou uma abordagem qualitativa, centrada no terceiro objetivo específico proposto. Esta abordagem permite explorar de forma mais aprofundada as percepções e experiências subjetivas dos participantes, e identificar padrões e temas emergentes que fornecem uma compreensão mais contextualizada do fenómeno estudado (Creswell & Clark, 2018). Neste estudo em particular, procurou fazê-lo a partir das respostas espontâneas das crianças a questões colocadas na SEE, que procurou explorar fatores que influenciassem as

suas preferências face à dominância. Para tal, foram realizadas análises lexical e de conteúdo, permitindo identificar palavras frequentes e aprofundar o seu significado e contexto, oferecendo insights sobre esses fatores (Anthony, 2004; Anthony, 2024; Smith, 2021). A adoção de uma abordagem metodológica mista permite combinar as forças das abordagens quantitativa e qualitativa, proporcionando um retrato mais rico e completo da variável em estudo, aumentando a validade da investigação (Creswell & Clark, 2018).

A Tabela 1 sintetiza como será realizada a operacionalização das variáveis na primeira fase do estudo.

Tabela 1

Operacionalização das variáveis em estudo

Variáveis	Instrumentos	Tipo de variável
Orientação da Dominância Social (ODS) dos Pais	Social Dominance Orientation Scale (SDO) (Pratto et al., 1994; versão portuguesa: Giger et al., 2015)	Intervalar (Escala de <i>Likert</i> de 7 pontos)
Orientação da Dominância Social (ODS) das crianças	Situação Experimental Estandarizada (SEE)	Intervalar (Escala de <i>Likert</i> de 4 pontos)
Sexo das crianças	Questionário Socioeconómico	Dicotómico
Idade das crianças	Questionário Socioeconómico	Rácio
Estatuto socioeconómico dos pais		
Rendimento familiar	Questionário Socioeconómico	Dicotómico
Escolaridade	Questionário Socioeconómico	Politómico

De modo a responder às questões de investigação, considerando os objetivos acima mencionados e o delineamento do estudo, colocam-se as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 1. Espera-se que existam diferenças significativas na ODS de crianças na segunda infância, segundo o sexo.

Embora a literatura sobre diferenças na ODS segundo o sexo na segunda infância seja escassa, vários estudos com adultos apontam para diferenças significativas, onde adultos do sexo masculino tendem a apresentar níveis mais elevados de ODS do que adultos do sexo feminino (Kleppestø, 2021; Lee et al., 2011; Sidanius et al., 2017; Sidanius et al., 2006). Esta investigação visa explorar se esses padrões também se manifestam em crianças na segunda infância.

Hipótese 2. Espera-se que existam diferenças significativas na ODS de crianças na segunda infância, segundo a idade.

Embora a literatura existente sobre a ODS em crianças na segunda infância em função da idade seja escassa, a investigação com adultos sugere que a ODS tende a aumentar ao longo do ciclo de vida, nomeadamente até à idade adulta avançada. Este padrão de crescimento é interpretado como reflexo de um processo em que crenças ideológicas se vão consolidando com a idade. Além disso, à medida que a idade avança, maior tende a ser a estabilidade decorrente da acumulação de recursos e da ocupação de posições mais estáveis e elevadas na hierarquia social, o que pode levar a um aumento da preocupação com a competição intergrupar (Zubielevitch et al., 2023). Estes achados vão ao encontro da TDS, que propõe a existência de sistemas de estratificação universais com base na idade (Sidanius & Pratto, 1999), sugerindo que a ascensão para um grupo de estatuto mais elevado está relacionada ao aumento da valorização de estruturas sociais hierárquicas (Liu et al., 2008; Sidanius & Pratto, 1999). É plausível considerar que processos iniciais de diferenciação ideológica possam emergir ainda em fases mais precoces do desenvolvimento. A literatura sugere que à medida que as crianças se desenvolvem, aprimoram a sua capacidade de reconhecer e interpretar relações de poder e dominância em contextos sociais (Brey & Shutts, 2015; Cogsdill et al., 2014; Gülgöz & Gelman, 2017; Liu et al., 2021; Terrizzi et al., 2019). Assim, a presente investigação visa explorar se existem diferenças significativas na ODS em função da idade em fase pré-escolar.

Hipótese 3. Espera-se que existam diferenças significativas na ODS de crianças na segunda infância, segundo o rendimento familiar dos pais.

Hipótese 4. Espera-se que existam diferenças significativas na ODS de crianças na segunda infância, segundo a escolaridade dos pais.

As Hipóteses 3 e 4 procuram explorar se existem diferenças significativas na ODS de crianças na segunda infância, em função do estatuto socioeconómico dos pais, operacionalizado pelo rendimento familiar e escolaridade dos pais. Embora não tenham sido encontrados estudos que investiguem diretamente estas diferenças em idade pré-escolar, a literatura em adultos indica que o estatuto socioeconómico como uma variável relevante relacionada à ODS. Pessoas com elevado estatuto socioeconómico podem apresentar níveis mais elevados de ODS, que poderá refletir uma maior propensão para legitimar hierarquias sociais das quais se beneficiam (Vargas-Salfate et al., 2018; Sidanius & Pratto, 1999). No entanto, indivíduos com baixo estatuto socioeconómico também podem exibir níveis elevados de ODS, como forma de proteger os interesses do seu grupo social e procurar a mobilidade na hierarquia social (Carvalho et al., 2021).

Tendo estes achados em consideração, e sendo o estatuto socioeconómico parental particularmente relevante para o desenvolvimento psicossocial da criança (Papalia & Feldman, 2013), as hipóteses formuladas procuram explorar se existem diferenças significativas em crianças na segunda infância segundo o estatuto socioeconómico dos pais, mais especificamente segundo o rendimento familiar e a escolaridade dos pais.

Hipótese 5. Espera-se que a ODS das crianças se correlacione positivamente e significativamente com a ODS dos pais.

Embora não tenham sido encontrados estudos que explorem diretamente esta relação na segunda infância, a literatura encontrada aponta para uma associação entre as orientações ideológicas dos pais, como a ODS, e as atitudes sociais dos filhos desde idade pré-escolar. Estudos anteriores sugerem que níveis mais elevados de ODS parental se relacionam com maior aceitação da desigualdade, menor sensibilidade a injustiças intergrupais e atitudes mais preconceituosas nas crianças (Costello & Hodson, 2014; Gao et al., 2024; Guidetti et al., 2021; Tagar et al., 2017). Assim, a hipótese visa explorar se a ODS de pais está positivamente relacionada à ODS dos seus filhos na segunda infância.

2.2 Participantes

A amostra é constituída por participantes selecionados de forma não probabilística e intencional, provenientes de três jardins de infância situados no distrito de Lisboa, sendo um de natureza privada e dois pertencentes a Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's). A seleção dos participantes procurou incluir diversidade nos contextos socioeconómicos e geográficos dentro do distrito.

Os critérios de inclusão estabelecidos para o estudo foram: crianças com idades compreendidas entre três e os seis anos; ambos os sexos; pais de nacionalidade portuguesa ou residentes em Portugal há pelos menos 10 anos; obtenção de consentimento assinado com a autorização dos pais para a participação no estudo e motivação da criança a participar. Como critério de exclusão, foi definida a existência de problemas graves de desenvolvimento, com o objetivo de assegurar maior homogeneidade da amostra e minimizar possíveis enviesamentos relacionados ao desenvolvimento das crianças. Dentro dos estabelecimentos de ensino procurou-se aceder à totalidade da amostra, excluindo apenas os casos que preenchiam este último critério, ou os critérios de inclusão. Procurou-se ainda dentro do possível alcançar a representação de crianças do sexo masculino e feminino em cada faixa etária.

A amostra é constituída por 89 díades de pais e filhos ($N = 178$). No subgrupo de progenitores, a maioria é do sexo feminino (86.5%), de nacionalidade portuguesa (95.5%), e com idades compreendidas entre os 23 e 57 anos ($M = 37.35$; $DP = 6.50$). Os participantes apresentam diversos níveis de escolaridade, sendo que a maior parte concluiu o ensino secundário (42.7%) ou detém bacharelato/licenciatura completo (33.7%). A maioria é casado (50.6%) ou vive em união de facto (33.7%). Os participantes apresentam diversos níveis de rendimento familiar, desde baixo rendimento (40.4%) a um médio/elevado (53.9%). A Tabela 2 apresenta características sociodemográficas do subgrupo de pais.

Tabela 2*Características Sociodemográficas do subgrupo de pais (N = 89)*

Variáveis sociodemográficas	<i>n</i>	%
Sexo		
Feminino	77	86.5
Masculino	12	13.5
Nacionalidade		
Portuguesa	85	95.5
Outra (brasileira, espanhola, romena)	4	4.5
Escolaridade		
2º ciclo do ensino básico (6º ano)	2	2.2
3º ciclo do ensino básico (9º ano)	10	11.4
Ensino secundário	38	42.7
Bacharelato/Licenciatura	30	33.7
Mestrado	9	10.1
Estado civil		
Casado(a)	45	50.6
União de facto	30	33.7
Separado(a)/divorciado(a)	7	3.4
Solteiro(a)	4	7.9
Omissos	3	4.5
Rendimento familiar		
Baixo	36	40.4
Médio/elevado	48	53.9
Omissos	5	5.6

O subgrupo de filhos apresenta aproximadamente a mesma distribuição entre o sexo feminino (51.7%) e o sexo masculino (48.3%), com idades a variar entre os três e os seis anos de idade ($M = 3.98$; $DP = .890$) a frequentar as respetivas salas de jardim de infância. A grande maioria destes participantes é de nacionalidade portuguesa (97.8%). O número de irmãos varia entre nenhum a três ($M = .95$; $DP = .825$), com a maioria das crianças a ter pelo menos um irmão (65.2%). Além disso, a grande maioria convive com animais de estimação em casa (57.3%). Os pais indicaram que a frequência no estabelecimento educativo começou entre o primeiro mês de vida e os 59 meses de idade ($M = 16.30$; $DP = 13.465$). A maioria teve contato

com outras crianças antes dos três anos (94.4%), e atualmente frequenta o jardim de infância entre quatro e cinco dias por semana ($M = 4.98$; $DP = .149$) e interage diariamente com outras crianças (88.8%). No contexto familiar, o principal cuidador é, na maioria dos casos, o pai e a mãe (55.1%), seguido por mães que cuidam sozinhas dos filhos (41.6%). Durante a semana, os pais indicaram que as crianças passam cerca de 70% do tempo em contato com caras adultas femininas (91%), mantendo também contato próximo com pessoas de outras etnias (58.4%), embora a maioria não tenha contato com outras línguas além do português (56.2%). A Tabela 2 apresenta características sociodemográficas do subgrupo de filhos, e a Figura 2 a distribuição desta subamostra pelas salas dos jardins de infância segundo o sexo.

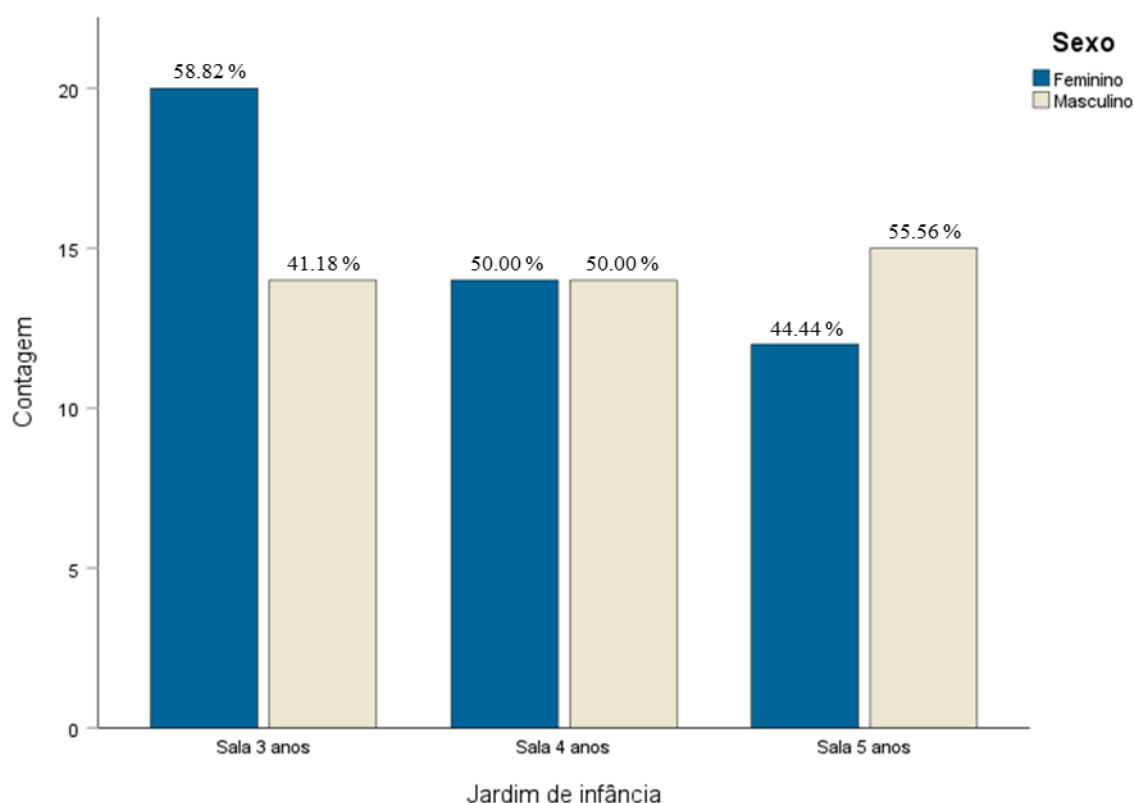
Tabela 3

Características Sociodemográficas do subgrupo de crianças (N = 89)

Variáveis sociodemográficas	<i>n</i>	%
Sexo		
Feminino	46	51.7
Masculino	43	48.3
Nacionalidade		
Portuguesa	87	97.8
Outra (dupla nacionalidade)	2	2.2
Irmãos		
Tem irmãos	58	65.2
Não tem irmãos	30	33.7
Omissos	1	1.1
Animais de estimação		
Sim	51	57.3
Não	34	38.2
Omissos	4	4.5
Cuidador primário em casa		
50%/50% pai e mãe	49	55.1
Maioritariamente a mãe (>50%)	37	41.6
Maioritariamente o pai (>50%)	1	1.1
Outro	1	1.1
Omissos	1	1.1

Figura 3

Distribuição da subamostra de filhos pelas salas dos jardins de infância segundo o sexo



2.3 Instrumentos

De acordo com os objetivos da presente pesquisa e com base na revisão da literatura, os instrumentos selecionados mostraram-se apropriados para a operacionalização das variáveis em estudo: Questionário Sociodemográfico, desenvolvido com o intuito de obter informações relevantes sobre a caracterização da amostra; a versão validada para a população portuguesa da *Social Dominance Orientation Scale* (SDO) utilizada para avaliar a ODS dos pais; uma Situação Experimental Estandardizada (SEE) destinada à avaliação da ODS nas crianças. Os Questionários Sociodemográfico e SDO foram preenchidos individualmente pelos pais, em formato manual. A SEE, por sua vez, foi aplicada de forma individual a cada criança, por meio da apresentação de estímulos em formato digital num computador. A utilização de todos os instrumentos foi previamente autorizada pelos respetivos autores. Quanto à SEE, para a recolha junto das crianças foi realizada uma formação específica ministrada por uma investigadora do *BabyLab* do Laboratoire de Psychologie et Neurocognition (LPNC) Université de Grenoble Alpes, instituição parceira do projeto de investigação mais abrangente. A formação teve como

objetivo assegurar a correta implementação do protocolo desenvolvido no âmbito do projeto “Multi-challenged families: Parenting styles, stimuli preference social dominance orientation in early childhood”, parte do projeto “Family functioning, coparenting and child adjustment” em curso no CIP, do qual a Prof.^a Doutora Mónica Taveira Pires, orientadora do projeto trabalho, é investigadora responsável.

2.3.1 Questionário Sociodemográfico

O Questionário Sociodemográfico, construído com base na revisão de literatura, nomeadamente quanto a variáveis que poderão exercer um impacto na ODS, assim como as variáveis relevantes para a caracterização dos grupos de participantes. Preenchido pelos pais, incluiu variáveis relativas aos mesmos (nacionalidade; naturalidade; sexo; idade; escolaridade; profissão; estado civil; regime de responsabilidades parentais) e ao(à) filho(a) autorizado a participar no estudo (nacionalidade; naturalidade; sexo; idade; número de irmãos; animais domésticos; escolaridade; data de início da frequência no jardim de infância; escalão de ação social escolar; subsídios; início do contacto com outras crianças; com que frequência brinca com outras crianças; principal cuidador; tempo de contacto com caras adultas femininas; contacto com pessoas de outras etnias; contacto com outras línguas).

Indicadores como o nível de escolaridade, o rendimento familiar e a profissão, são amplamente reconhecidos na literatura como medidas robustas para a determinação do estatuto socioeconómico, uma vez que fornecem uma avaliação abrangente das condições materiais e do acesso a recursos de indivíduos ou grupos. Tais variáveis permitem uma análise do impacto do estatuto socioeconómico em diversas dimensões do comportamento e do desenvolvimento humano (ex. Bradley & Corwyn, 2002; Conger et al., 2010; Kraus et al., 2011; Duncan et al., 2002; Kraus et al., 2013). Os participantes que indicaram ter escolaridade até ao ensino secundário foram classificados como pertencendo ao grupo de escolaridade obrigatória, e os pais que reportaram ter completado estudos além do ensino secundário foram classificados pertencendo ao grupo de frequência universitária. O rendimento familiar foi estimado com base no escalão de ação social atribuído aos filhos. Os pais que reportaram filhos enquadrados em determinado escalão de apoio social foram classificados como pertencentes ao grupo de baixo rendimento familiar, sendo os restantes classificados como pertencentes ao grupo de rendimento médio a elevado. Esta medida foi seleccionada por ser mais facilmente aceite e respondida pelos pais. A profissão foi categorizada de acordo com a Classificação

Portuguesa das Profissões (Instituto Nacional de Estatística, INE, 2011). Devido a um número elevado de dados omissos nesta variável, optou-se por determinar o estatuto socioeconómico com base no escalão de ação social (“rendimento familiar”) e no nível de escolaridade dos pais.

2.3.2 Social Dominance Orientation Scale (SDO)

A *Social Dominance Orientation Scale* (SDO) é um instrumento psicométrico de autorrelato desenvolvido por Pratto et al. (1994) para avaliar a ODS. A escala, inicialmente unidimensional (Pratto et al., 1994; Sidanius & Pratto, 1999), foi traduzida e validada em diversos contextos culturais, e tem sido aplicada predominantemente para auxiliar na compreensão quanto à justificação e perpetuação de sistemas sociais desiguais e opressivos, e sobre atitudes políticas e de polarização social (e.g. Bilewicz et al., 2017; Duckitt et al., 2017; Ho et al., 2012; Kteily et al., 2012; Zubielevitch et al., 2023).

Estudos apontam para a existência de duas dimensões na SDO (Cárdenas et al., 2010; Ho et al., 2012; Jost & Thompson, 2000). Por exemplo, no estudo de Ho et al. (2012), ao analisar sete amostras foi identificada de forma consistente essas duas dimensões distintas. A dimensão Orientação para a Dominância Social (SDO-D), correspondente à preferência e apoio explícito pela opressão e uso de agressão para assegurar a subordinação de grupos específicos, e a dimensão Oposição à Igualdade (SDO-I) referente à preferência por sistemas de desigualdade social, sem implicar o apoio direto a práticas de dominação ou hostilidade (Ho et al., 2015). Segundo os autores, a SDO-I promove a sustentação de hierarquias sociais através de mecanismos mais subtis, como ideologias legitimadoras, o conservadorismo e a resistência a políticas de redistribuição social, sem recorrer à dominação explícita (Ho et al., 2012).

A versão traduzida e validada para a população portuguesa (Giger et al., 2015) é constituída por um total de 16 itens, divididos pelas duas dimensões. Os primeiros 8 itens são referentes à SDO-D (e.g. “Alguns grupos de pessoas, simplesmente, são inferiores a outros grupos”). Os 8 itens seguintes são referentes à SDO-I (e.g. “Igualdade grupal deveria ser o nosso ideal”). Os itens são avaliados numa escala de Likert de 7 pontos (1 = extremadamente negativo; 7 = extremadamente positivo) do item 1 ao item 8, e de modo invertido entre os itens 9 a 16. A pontuação total para cada fator corresponde à soma das pontuações obtidas dos itens correspondentes. Quanto maior a pontuação total, mais elevada a ODS (Giger et al., 2015).

Em relação à consistência interna do instrumento, o SDO apresentou valores que indicam uma boa confiabilidade. No estudo de Ho et al. (2012), entre as sete amostras, a escala

apresentou valores de Alfa de Cronbach, entre .81 e .92 para o fator SDO-D, e entre .79 e .91 para o fator SDO-I. Na versão portuguesa, a escala apresentou valores de Alpha de Cronbach de .83 para o fator SDO-D, e .88 para o fator SDO-I, numa população com idade superior a 18 anos (Giger et al., 2015). No presente estudo, optou-se por excluir o item 6 do fator SDO-D, com o intuito de melhorar a consistência interna do instrumento (alpha de Cronbach de .64 para .83, e ômega de McDonald de .65 para .84).

2.3.3 Situação Experimental Estandarizada (SEE)

A Situação Experimental Estandarizada (SEE) (Galusca et al., 2024; Galusca et al., 2023) é um protocolo experimental, originalmente desenvolvido em França, pelo *BabyLab do Laboratoire de Psychologie et Neurocognition* (LPNC) da *Université de Grenoble les Alpes*, com o propósito de avaliar a ODS de crianças em idade pré-escolar. O protocolo é aplicado individualmente, e consiste na apresentação digital de estímulos relacionados à dominância em contextos diádicos, exibidos num ecrã de computador. É composto por 8 condições em fotografia que apresentam relações implícitas de dominância, através da exibição de duas faces humanas que igualam em atratividade. Por sua vez, cada condição inclui seis cenários. Dois com faces humanas femininas, dois com faces humanas masculinas e dois com faces artificiais.

Cada cenário é organizado em três fases. A fase de familiarização, onde criança responde a perguntas introdutórias (“Quem achas que é o mais forte, um urso ou um coelho?” e “Quem é menos forte, uma criança ou um adulto?”). A fase de testagem, onde a ODS da criança é avaliada por 2 itens: o reconhecimento da dominância (“Quem achas que é mais forte?/Quem é mais fraco?”); a preferência quanto à dominância (“Se pudesses brincar com uma delas, com quem gostarias de brincar?”). Na última fase são exploradas motivações subjacentes às escolhas (“Porquê que preferias brincar com este?”). As variáveis contrabalançadas incluem o sexo dos indivíduos, a sua disposição espacial e a formulação alternada das perguntas (“Quem achas que é mais forte?/Quem é mais fraco?”).

O protocolo segue uma ordem previamente estabelecida, com o contra balanceamento de variáveis, onde é aplicada uma condição a cada criança. As variáveis contrabalançadas no protocolo incluem o sexo dos indivíduos, a disposição espacial e a formulação alternada das perguntas (“Quem achas que é mais forte?”/“Quem é mais fraco?”).

Este protocolo experimental foi submetido a um estudo piloto, traduzido e validado como instrumento em Portugal, no âmbito da investigação “Attitudes Towards Social

Dominance in Children and Families with Different Psychosocial-cultural Backgrounds”, conduzido pelo Centro de Investigação em Psicologia (CIP) da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), atualmente em fase de publicação. A análise fatorial exploratória do estudo resultou na identificação de uma dimensão com 4 itens da SEE (os 2 itens do segundo cenário e os 2 itens do quinto cenário de cada condição), com níveis de consistência interna adequados.

No presente estudo, a ODS das crianças foi avaliada com os 4 itens da versão portuguesa da SEE. As respostas dadas às perguntas que procuraram compreender fatores que influenciaram a sua escolha foram avaliadas posteriormente qualitativamente, com recurso a métodos de análise lexical e de conteúdo. Cada criança participou apenas e uma única vez, com a apresentação das situações em computador portátil utilizando o software Microsoft PowerPoint©. A aplicação ocorreu numa sala do jardim de infância familiar à criança, resguardada de barulho ou de outros estímulos que pudessem interferir na aplicação. O tempo de duração com cada criança rondou entre 15 e 30 minutos, conforme o tempo de desempenho de cada criança. Durante a sessão, um experimentador permaneceu ao lado da criança, fornecendo instruções claras e orientando-a ao longo do procedimento. Um segundo experimentador-assistente ficou responsável por registar as respostas da criança, bem como qualquer comentário ou observação relevante, como reações emocionais ou comportamentais, utilizando uma folha de registo. Os dados foram posteriormente codificados e emparelhados com as informações fornecidas pelos pais. No final, cada criança recebeu um certificado de participação de “pequeno investigador” como forma de reconhecimento e agradecimento pela sua colaboração no estudo.

2.3.4 AntConc

O *AntConc* é um *software* desenvolvido por Laurence Anthony (2004), que permite visualizar e explorar corpus de texto em termos qualitativos (Anthony, 2004; Smith, 2021). O *software* tem sido aplicado na investigação para análise de discursos e pesquisa em linguística (e.g. Muchnik-Rozanov & Tsybulsky, 2022; Simanjuntak, 2023; Zih et al., 2022). Está disponível sob uma licença *freeware* e apresenta uma interface intuitiva (Anthony, 2004; Smith, 2021). Inclui ferramentas que permitem organizar a lista de todas as palavras do corpus e respetivas frequências relativas (Smith, 2021), procurar palavras-chave, análise estatística e frequência de palavras que aparecem antes e depois da palavra-chave, assim como visualizar a distribuição de palavras (Anthony, 2004; Smith, 2021). No presente estudo, o *AntConc* (version

4.3.1; Anthony, 2024) foi utilizado na análise de conteúdo para exploração do corpus de texto resultante das respostas obtidas na SEE pelas crianças.

2.3.5 Consistência Interna dos Instrumentos

Os instrumentos utilizados no presente estudo demonstram valores de consistência interna adequados, com os coeficientes Alpha de Cronbach e Ômega de McDonald, apresentados na Tabela 4.

Tabela 4

Valores de Consistência Interna dos Instrumentos com os coeficientes Alpha de Cronbach (α) e Ômega de McDonald (ω_t)

	Versão original	Versão portuguesa		Presente estudo	
	Ho et al. (2012)	Giger et al. (2015)			
	α	α	ω_t	α	ω_t
SDO-D	.81 a .92	.83	-	.83	.84
SDO-I	.79 a .91	.88	-	.87	.87
SEE	-	-	-	.70	.69

2.4 Procedimentos

O presente estudo insere-se no âmbito do projeto de investigação “Funcionamento Familiar, Coparentalidade e Ajustamento da Criança: Estudo Comparativo Intercultural”, com foco específico na extensão intitulada “Attitudes Towards Social Dominance in Children and Families with Different Psychosocial-cultural Backgrounds”. Este estudo está a ser conduzido no âmbito do CIP-UAL/UAlg, em colaboração com BabyLab do LPNC, tendo sido previamente aprovado pela respetiva Comissão de Ética.

O estudo seguiu em conformidade com as normas éticas e deontológicas estabelecidas para a investigação, conforme estipulado na Declaração de Helsínquia (World Medical

Association, WMA, 2013), código deontológico da Ordem dos Psicólogos (Ordem dos Psicólogos Portugueses, OPP, 2024) e Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) em vigor na União Europeia, conforme consagrado no Decreto-Lei nº 58/2019, de 8 de agosto (Diário da República, DR, 2019).

Para a viabilização da recolha de dados, foram solicitadas autorizações aos três jardins de infância envolvidos no estudo. Procurou-se aceder à totalidade da população dos estabelecimentos de educação, excluindo apenas os casos que não preenchiam os critérios definidos para a participação no estudo. Procurou-se também, dentro do possível, alcançar a representação de meninos e meninas em cada grupo etário. Após a aprovação, os encarregados de educação receberam envelopes com o consentimento informado escrito que autorizava a participação no estudo, e os questionários para ambos os progenitores, distribuídos pelas educadoras de infância que apenas tinham conhecimento de quais os meninos participariam a fim de os encaminhar, foram devolvidos em envelope fechado e codificados, permitindo o emparelhamento dos dados das díades posteriormente.

O documento do consentimento informado descreve o objetivo da investigação, bem como os aspetos relacionados à recolha e ao tratamento dos dados. Enfatiza a natureza voluntária, anónima e confidencial da participação, além de destacar a possibilidade de recusa ou desistência a qualquer momento, sem que isso implique qualquer tipo de prejuízo para os participantes. Também é mencionado o prazo para a eliminação dos dados fornecidos, bem como o acesso aos mesmos após a conclusão da pesquisa. Adicionalmente, os pais receberam o conjunto de questionários incluídos no estudo mais alargado. Embora tenham sido convidados ambos os pais, apenas um deles respondeu individualmente aos questionários.

Após a devolução dos envelopes contendo os consentimentos assinados, foi realizada a triagem para identificar os educandos autorizados a participar no estudo. Posteriormente, foram agendadas sessões para um primeiro contacto com as crianças, de acordo com a disponibilidade horária das instituições. Foram conduzidas atividades de dinamização e quebra-gelo prévias à recolha de dados a pedido dos estabelecimentos educativos, objetivo de facilitar a interação e relação entre os experimentadores e as crianças, bem como incentivar a sua participação ativa na SEE subsequente. As atividades foram realizadas em cada sala dos jardins de infância, promovendo uma atmosfera lúdica, acolhedora e descontraída. As sessões incluíram uma atividade fundamentada em princípios de psico-educação, abordando o papel do psicólogo por meio do uso de fantoches e uma comunicação adequada ao estágio de desenvolvimento infantil, e uma atividade com pintura de desenhos em conjunto, como contributo às instituições e comunidade escolar pela participação no estudo.

A aplicação da SEE foi realizada posteriormente, decorrendo entre fevereiro e julho de 2024. A aplicação foi realizada de forma individual e num único momento com cada uma das crianças participantes, numa sala separada, mas familiar, do respetivo jardim de infância. As sessões foram conduzidas por um examinador treinado, assistido por um segundo experimentador treinado da restante equipa de investigação, responsável por registar as respostas da criança. No final da participação, cada criança recebeu um certificado em reconhecimento e agradecimento pela sua participação no estudo. Os dados recolhidos durante a SEE foram posteriormente codificados e emparelhados com as informações fornecidas pelos pais, anonimizados e inseridos numa base de dados com o software IBM© SPSS Statistics, 29.0., servindo exclusivamente para os fins da investigação.

2.4.1 Procedimentos de Análise de Dados

Após a inserção dos dados na base, procedeu-se à análise de casos omissos. Foram identificados dois casos na subescala SDO-D. Estes valores foram tratados mediante a aplicação de uma técnica de imputação de dados pela média, de forma a assegurar a completude e fiabilidade das análises subsequentes. Posteriormente, procedeu-se ao cálculo do somatório das subescalas da SDO e dos quatro itens extraídos na análise fatorial da SEE, conforme identificado no estudo piloto e de validação portuguesa.

A adequação dos instrumentos foi avaliada por meio da consistência interna, utilizando os coeficientes Alpha de Cronbach e Ômega de McDonald, que são amplamente reconhecidos como estimadores robustos de confiabilidade. O Alfa de Cronbach, embora tradicionalmente utilizado, pode subestimar a confiabilidade em escalas multidimensionais ou com número reduzido de itens. Por sua vez, o Ômega de McDonald apresenta estimativas mais precisas quando há cargas fatoriais heterogêneas, mas pode superestimar a confiabilidade em amostras grandes (Malkewitz et al., 2023). Os resultados obtidos foram confrontados com as informações disponíveis nos respetivos artigos originais e em validações anteriores.

Para todas as análises realizadas, foi estipulando um nível de significância de .05, que corresponde a um intervalo de confiança de 95%, para a aceitação ou rejeição das hipóteses nulas. Foi efetuada a análise de aderência à normalidade para as variáveis em estudo. Considerando a dimensão da amostra, optou-se pelo teste de Kolmogorov-Smirnov. Os resultados do teste revelaram valores de significância inferiores a .001, indicando valores-p significativos para as variáveis dos pais e dos filhos, levando à rejeição da hipótese nula. Isso

sugeriu que os dados observados não seguem uma distribuição normal em comparação com a distribuição teórica esperada, também evidenciado pelas análises gráficas complementares (histogramas e gráficos Q-Q). Embora as amostras apresentem um número considerável de participantes, diante dos resultados obtidos nas análises de aderência à normalidade, optou-se por utilizar testes não paramétricos, uma vez que a aplicação de testes paramétricos exige que as variáveis sigam uma distribuição normal (Marôco, 2007; 2011; 2018).

Além disso, foi verificada também a comparação da distribuição entre os dois grupos para a variável ODS dos pais, com recurso ao Teste U de Mann-Whitney para amostras independentes. Essa escolha fundamentou-se pela literatura, que sugere tender a haver diferenças significativas quanto à ODS entre indivíduos dos sexos feminino e masculino (Kleppestø, 2021; Lee et al., 2011; Sidanius et al., 2017; Sidanius et al., 2006). Foram selecionados os 12 participantes que constituem o subgrupo dos pais, e aleatoriamente 12 participantes do subgrupo das mães. O Teste U de Mann-Whitney sugeriu que não existem diferenças estatisticamente significativas na distribuição da variável ODS entre o sexo feminino e o sexo masculino ($U = 1057.5, p > .05$). Com base nesses resultados, decidiu-se manter ambos os sexos na subamostra de pais para as análises subsequentes.

Foram realizadas análises de estatística descritiva das variáveis em estudo, permitindo a obtenção de valores de frequências, de medida de tendência central e de dispersão. Para a testagem das hipóteses formuladas a partir dos dados obtidos, foram utilizados os testes U de Mann-Whitney e de Kruskal-Wallis para verificar diferenças entre grupos, e a correlação ρ de Spearman para análise de associações entre as subescalas da SDO e a ODS dos filhos.

Posteriormente, foi feita uma análise qualitativa das respostas fornecidas pelas crianças em relação aos motivos subjacentes à sua preferência social face à dominância (total de 167 respostas fornecidas por 89 crianças correspondente a 93.82% do total de respostas possíveis nos dois cenários experimentais; 6.18% de casos omissos nas respostas), registadas durante a situação experimental, a partir de uma análise lexical e uma análise de conteúdo. Optou-se por analisar os dados de forma agregada num só corpus de texto, sendo o objetivo de identificar motivações gerais subjacentes à sua preferência.

A análise lexical teve como objetivo explorar de forma quantitativa e descritiva, palavras frequentes nas respostas espontâneas das crianças, através da ferramenta *Word List* do *software AntConc* (version 4.3.1; Anthony, 2024), fornecendo uma visão inicial sobre os conteúdos temáticos predominantes nos discursos. A análise de conteúdo teve como finalidade aprofundar o significado e contexto dessas palavras, com recurso à ferramenta *KWIC (KeyWord in Context)* que possibilitou a análise do contexto linguístico dessas palavras, apresentando-as

em linhas de concordância com outras palavras que aparecem imediatamente antes e depois, e a ferramenta *File View* que permitiu o acesso direto às respostas completas de cada criança que compõem o corpus de texto (Anthony, 2004; Smith, 2021). A análise de conteúdo permitiu organizar as respostas das crianças em categorias emergenciais gerais.

III PARTE - RESULTADOS

3.1 Estatística descritiva

A Tabela 5 apresenta os valores da análise descritiva, incluindo medidas de tendência central e dispersão para os itens e subescalas da SDO, obtidos na subamostra de pais. A tabela também exibe valores de consistência interna das subescalas com a exclusão de cada item.

Tabela 5

Estatística Descritiva da SDO na Subamostra de Pais (N = 89)

SDO	<i>M</i>	<i>Md</i>	<i>DP</i>	<i>Mín</i>	<i>Max</i>	<i>Sk</i>	<i>Ku</i>
Item 1	1.52	1	1.056	1	6	2.439	5.905
Item 2	1.52	1	1.139	1	7	3.023	10.018
Item 3	2.43	2	1.704	1	7	1.014	-.017
Item 4	1.29	1	.815	1	7	4.571	27.470
Item 5	2.14	1	1.553	1	7	1.404	1.439
Item 7	1.45	1	.989	1	7	3.175	12.499
Item 8	2.44	2	1.777	1	7	.966	-.200
SDO-D	14.50	12.00	7.109	8	37	1.053	.508
Item 9	2.02	1	1.485	1	6	1.240	.186
Item 10	1.83	1	1.367	1	6	1.704	1.978
Item 11	1.35	1	.841	1	5	2.900	8.579
Item 12	1.57	1	1.176	1	7	2.520	6.835
Item 13	1.51	1	1.088	1	6	2.393	5.326
Item 14	1.45	1	.892	1	5	2.318	5.370
Item 15	2.15	1	1.504	1	7	1.303	1.117
Item 16	1.98	1	1.507	1	7	1.627	2.104
SDO-I	13.85	11.00	7.253	8	41	1.692	3.128

Nota: *M* = Média; *Md* = Mediana; *DP* = Desvio Padrão; *Mín* = Valor Mínimo; *Máx* = Valor Máximo; *Sk* = Assimetria; *Ku* = Curtose.

A Tabela 6 apresenta os valores obtidos na análise de estatística descritiva, com medidas de tendência central e dispersão para os itens e total da SEE, obtidos na subamostra de crianças, assim como valores de consistência interna do instrumento com a exclusão de cada item.

Tabela 6*Estatística Descritiva da SEE na Subamostra de Crianças (N = 89)*

SEE	<i>M</i>	<i>Md</i>	<i>DP</i>	<i>Mín</i>	<i>Max</i>	<i>Sk</i>	<i>Ku</i>
Item 1	.607	1	.491	0	1	-.445	-1.844
Item 2	.551	1	.500	0	1	-.207	-2.003
Item 3	.568	1	.495	0	1	-.282	-1.953
Item 4	.398	0	.489	0	1	.427	-.848
SEE	2.12	2.00	1.43	0	4	-.126	-1.249

Nota: *M* = média; *Md* = mediana; *DP* = Desvio Padrão; *Mín* = valor mínimo; *Máx* = valor máximo; *Sk* = Assimetria; *Ku* = Curtose.

3.2 Resultados

3.2.1. Comparação estatística da ODS das crianças em função do sexo

Para verificar a Hipótese 1 (Espera-se que existam diferenças significativas na ODS de crianças na segunda infância, segundo o sexo), recorreu-se à análise estatística com o teste *U* de Mann-Whitney. O teste é apropriado para comparar as distribuições de uma variável entre duas amostras independentes, sendo uma alternativa ao teste paramétrico *t* de Student (Marôco, 2018; 2007). Optou-se por essa abordagem não paramétrica devido à distribuição enviesada e não normal da variável ODS das crianças, que não atende ao pressuposto de normalidade necessário para o uso de testes paramétricos (Marôco, 2007; 2018).

A Tabela 6 apresenta os resultados da comparação estatística da ODS das crianças em função do sexo, realizada com o teste *U* de Mann-Whitney. Os resultados revelaram um valor-*p* superior a .05, ou seja, não significativo, levando a assumir a hipótese nula. Os resultados sugerem que não existem diferenças estatisticamente significativas na distribuição da ODS das crianças, entre o grupo do sexo feminino e o grupo do sexo masculino ($U = 1030.5$, $p = .728$; $p > .05$), não confirmando a Hipótese 1.

Tabela 7*Comparação estatística da ODS das crianças em função do sexo (N = 89)*

	Sexo feminino (n = 46)			Sexo masculino (n = 43)			U	Z	p
	M	Md	DP	M	Md	DP			
SEE	2.07	2.00	1.420	2.19	2.00	1.452	1030.50	.348	.728

Nota: M = média; Md = mediana; DP = Desvio Padrão; U = estatística do teste de Mann-Whitney; Z = estatística normalizada do teste U de Mann-Whitney; $p^* < .05$, $p^{**} < .01$, $p^{***} < .001$.

3.2.2 Comparação estatística da ODS das crianças em função da idade

Para verificar a Hipótese 2 (Espera-se que existam diferenças significativas na ODS de crianças na segunda infância, segundo a idade), recorreu-se à análise estatística com o teste de Kruskal-Wallis. O teste é apropriado para comparar distribuições de uma variável em duas ou mais amostras independentes, em alternativa ao teste paramétrico ANOVA *one-way* (Marôco, 2018; 2007). Optou-se pela utilização deste teste, considerando que a variável ODS das crianças apresenta uma distribuição normal, não atendendo a um pressuposto fundamental para a utilização de testes paramétricos (Marôco, 2007; 2018).

A Tabela 7 apresenta os resultados da comparação estatística da ODS das crianças em função da idade, com recurso ao teste de Kruskal-Wallis. Os resultados revelaram um valor-p inferior a .01, ou seja, muito significativo, levando à rejeição da hipótese nula. Os resultados sugeriram que existem diferenças estatisticamente significativas na distribuição da variável ODS das crianças, em pelo menos um dos diferentes grupos etários ($H = 10.278$, $df = 2$, $p = .006$; $p < .01$), confirmando Hipótese 2.

A Tabela 8 apresenta os resultados estatísticos do teste post-hoc, pelo método de comparações múltiplas de Dunn. O teste é adequado após a aplicação do teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, permitindo identificar os grupos que diferem significativamente entre si, (Marôco, 2007; 2018). Neste caso, o objetivo é verificar as diferenças entre os grupos etários.

Entre os grupos etários de [4 a 5] anos e [3 a 4] anos, os resultados indicaram um valor-p superior a .05, não significativo, levando à aceitação da hipótese nula. Sugeriu que não existem diferenças estatisticamente significativas na ODS entre as crianças desses grupos etários ($D = 8.305$, $p = .192$; $p > .05$). Entre os grupos etário de [4 a 5] anos e [5 a 6] anos, os

resultados revelaram um valor- p inferior a .01, muito significativo, levando à rejeição da hipótese nula. Sugeriu que existem diferenças estatisticamente significativas na ODS entre as crianças desses grupos etários ($D = -21.470$, $p = .001$; $p < .01$). Entre os grupos de [3 a 4] anos e [5 a 6] anos, os resultados revelaram um valor- p inferior a .05, significativo, levando à rejeição da hipótese nula. Sugeriu que existem diferenças estatisticamente significativas na ODS entre as crianças desses grupos etários ($D = -13.165$, $p = .048$; $p < .05$). De modo geral, os resultados indicaram que as crianças com idade igual ou superior a cinco anos apresentam níveis mais elevados de ODS em comparação com as crianças com idades inferiores.

Tabela 8

Comparação estatística da ODS das crianças em função da idade ($N = 89$)

	Grupos etários									<i>H</i>	<i>df</i>	<i>p</i>
	[3 a 4] anos (<i>n</i> = 32)			[4 a 5] anos (<i>n</i> = 31)			[5 a 6] anos (<i>n</i> = 26)					
	<i>M</i>	<i>Md</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>Md</i>	<i>Dp</i>	<i>M</i>	<i>Md</i>	<i>DP</i>			
SEE	2.06	2.00	1.57	1.61	2.00	1.17	2.81	3.00	1.30	10.278	2	.001**

Nota: M = média; Md = mediana; DP = Desvio Padrão; H = estatística do teste de Kruskal-Wallis; df = graus de liberdade; $p^* < .05$, $p^{**} < .01$, $p^{***} < .001$.

Tabela 9

Comparação estatística da ODS das crianças entre os diferentes grupos etários ($N = 89$)

Grupos etário	D	EP	p
[4 a 5] - [3 a 4] anos	8.305	6.368	.192
[4 a 5] - [5 a 6] anos	-21.470	6.720	.001**
[3 a 4] - [5 a 6] anos	-13.165	6.672	.048*

Nota: D = estatística do teste post-hoc pelo método de comparações múltiplas de Dunn; Pp = erro padrão; $p^* < .05$, $p^{**} < .01$, $p^{***} < .001$.

3.2.3 Comparação estatística da ODS das crianças em função do rendimento familiar dos pais

Para verificar a Hipótese 3 (Espera-se que existam diferenças significativas na ODS de crianças na segunda infância, segundo o rendimento familiar dos pais), recorreu-se à análise estatística com o teste U de Mann-Whitney. A escolha do teste baseia-se na mesma justificativa apresentada para a comparação em função do sexo, sendo uma alternativa ao teste paramétrico *t* de Student (Marôco, 2007; 2018).

A Tabela 9 apresenta os resultados da comparação estatística da ODS das crianças em função do rendimento familiar, com recurso ao teste *U* de Mann-Whitney. Os resultados revelaram um valor-*p* inferior a .05, ou seja, significativo, levando à rejeição da hipótese nula. Os resultados sugerem que existem diferenças estatisticamente significativas na distribuição da variável ODS entre crianças de famílias com baixo rendimento e aquelas de famílias com médio/alto rendimento familiar ($U = 1077.50$, $p = .049$; $p < .05$), confirmando a Hipótese 3. Observa-se que as crianças de famílias com baixo rendimento apresentam níveis mais elevados de ODS, comparativamente ao outro grupo ($Z = 1.972$). O tamanho do efeito calculado indicou uma intensidade pequena a moderada entre as variáveis ($r = .215$), abaixo de .30 de acordo com os critérios definidos por Cohen (1988).

Tabela 10

Comparação estatística da ODS das crianças em função do rendimento familiar (N = 84)

	Rendimento familiar						<i>U</i>	<i>Z</i>	<i>p</i>
	Baixo (<i>n</i> = 36)			Médio/elevado (<i>n</i> = 48)					
	<i>M</i>	<i>Md</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>Md</i>	<i>DP</i>			
ODS	1.75	1.50	1.480	2.40	2.00	1.349	1077.50	1.972	.049*

Nota: *M* = média; *Md* = mediana; *DP* = Desvio Padrão; *U* = estatística do teste de Mann-Whitney; *Z* = estatística normalizada do teste U de Mann-Whitney; $p^* < .05$, $p^{**} < .01$, $p^{***} < .001$.

3.2.4 Comparação estatística da ODS das crianças em função da escolaridade dos pais

Para verificar a Hipótese 4 (Espera-se que existam diferenças significativas na ODS de crianças na segunda infância, segundo a escolaridade dos pais), recorreu-se à análise estatística com o teste U de Mann-Whitney. A escolha do teste baseia-se na mesma justificativa apresentada para a comparação em função do sexo e em função do rendimento familiar, sendo uma alternativa ao teste paramétrico t de Student (Marôco, 2007; 2018).

A Tabela 10 apresenta os resultados da comparação estatística da ODS das crianças em função da escolaridade dos pais, com recurso ao teste U de Mann-Whitney. Os resultados revelaram um valor- p inferior a .05, ou seja, significativo, levando à rejeição da hipótese nula. Os resultados sugeriram que existem diferenças estatisticamente significativas na distribuição da variável ODS entre as crianças de pais com escolaridade até ao ensino obrigatório e crianças de pais com frequência universitária ($U = 1266.00$, $p = .014$; $p < .05$), confirmando a Hipótese 4. Observa-se que as crianças cujos pais apresentam escolaridade até ao ensino obrigatório tendem a apresentar níveis mais elevados de ODS, comparativamente ao outro grupo ($Z = 2.460$). O tamanho do efeito calculado indicou uma intensidade pequena a moderada entre as variáveis ($r = .268$), abaixo de .30 de acordo com os critérios definidos por Cohen (1988).

Tabela 11

Comparação estatística da ODS em função da escolaridade dos pais ($N = 89$)

	Escolaridade						<i>U</i>	<i>Z</i>	<i>p</i>
	Obrigatória (<i>n</i> = 50)			Universitária (<i>n</i> = 39)					
	<i>M</i>	<i>Md</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>Md</i>	<i>DP</i>			
SEE	1.80	2.00	1.385	2.54	3.00	1.392	1266.00	2.460	.014*

Nota: M = média; Md = mediana; DP = Desvio Padrão; U = estatística do teste de Mann-Whitney; Z = estatística normalizada do teste U de Mann-Whitney; $p^* < .05$, $p^{**} < .01$, $p^{***} < .001$.

3.2.5 Correlação estatística entre a ODS das crianças e a ODS dos pais

Para verificar a Hipótese 5 (Espera-se que a ODS das crianças se correlacione positivamente e significativamente com a ODS dos pais), recorreu-se à análise estatística através do coeficiente de correlação *rho* de Spearman. É um teste adequado para a correlação entre variáveis, em alternativa ao teste paramétrico de correlação de Pearson (Field, 2013). Optou-se pela correlação de Spearman, considerando que a ODS das crianças apresenta uma distribuição enviesada e não normal, não sendo adequado a utilização de testes paramétricos (Field, 2013).

A Tabela 11 apresenta os resultados estatísticos da correlação entre a ODS das crianças e a ODS dos pais, com recurso à correlação Spearman. Os resultados indicaram uma correlação estatisticamente significativa, moderada e positiva, entre as dimensões SDO-D e SDO-I dos pais ($r_s = .481, p < .001$). Sugerem que quanto mais elevada for a SDO-D dos pais, mais elevada tende a ser a sua SDO-I. Em contraste, a análise revelou que não existe uma correlação estatisticamente significativa entre a SDO-D dos pais e ODS das crianças ($r_s = .020, p > .50$), nem entre a SDO-I dos pais e a ODS das crianças ($r_s = .170, p > .50$). De modo geral, os resultados sugerem que não há relação entre a ODS dos pais e a ODS das crianças, não confirmando a Hipótese 5.

Tabela 12

Correlação estatística entre a ODS de pais (N = 89) e a ODS de crianças (N = 89)

	1.	2.	3.
1. SDO-D	1		
2. SDO-I	.481**	1	
3. SEE	.006	.170	1

Nota: Correlação com o coeficiente de rho de Spearman; $p^* < .05$, $p^{**} < .01$, $p^{***} < .001$, indica níveis de significância estatística.

3.2.6 Análise Lexical

O corpus de texto com todas as respostas resultou num total de 800 palavras ($\bar{x}$ por sujeito = 8.989) e 190 frases ($\bar{x}$ por sujeito = 2.135). As Figuras 4,5 e 6 apresentam frequência de palavras que compõe o corpus de texto, como substantivos, adjetivos e verbos, com recurso ao *software* AntConc (version 4.3.1; Anthony, 2024), especificamente através da ferramenta Word List.

Figura 4

Frequência de palavras que compõe o corpus de texto a partir de todas as respostas das crianças (N = 89)

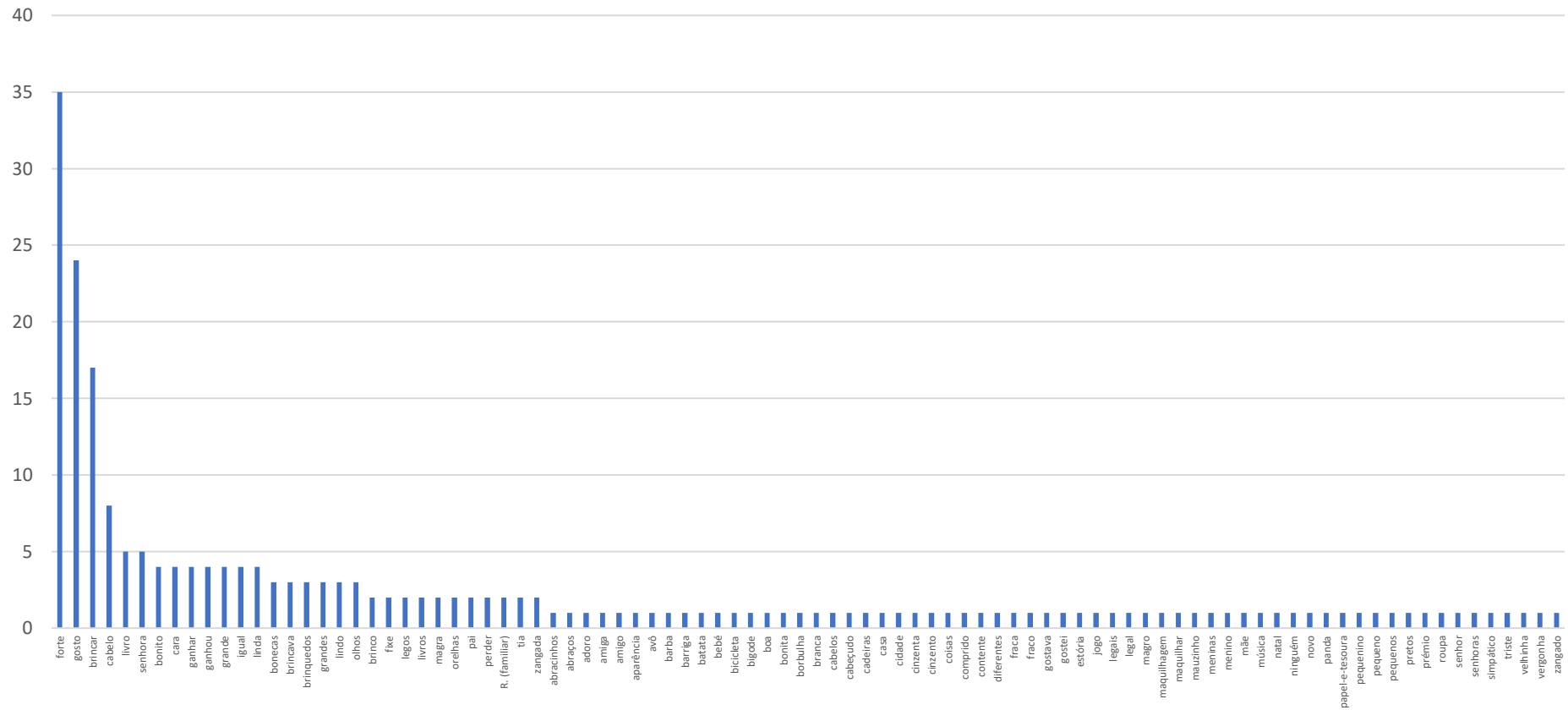


Figura 5

Frequência de palavras que compõe o corpus de texto, a partir das respostas de crianças com preferência pela figura submissa (N = 89)

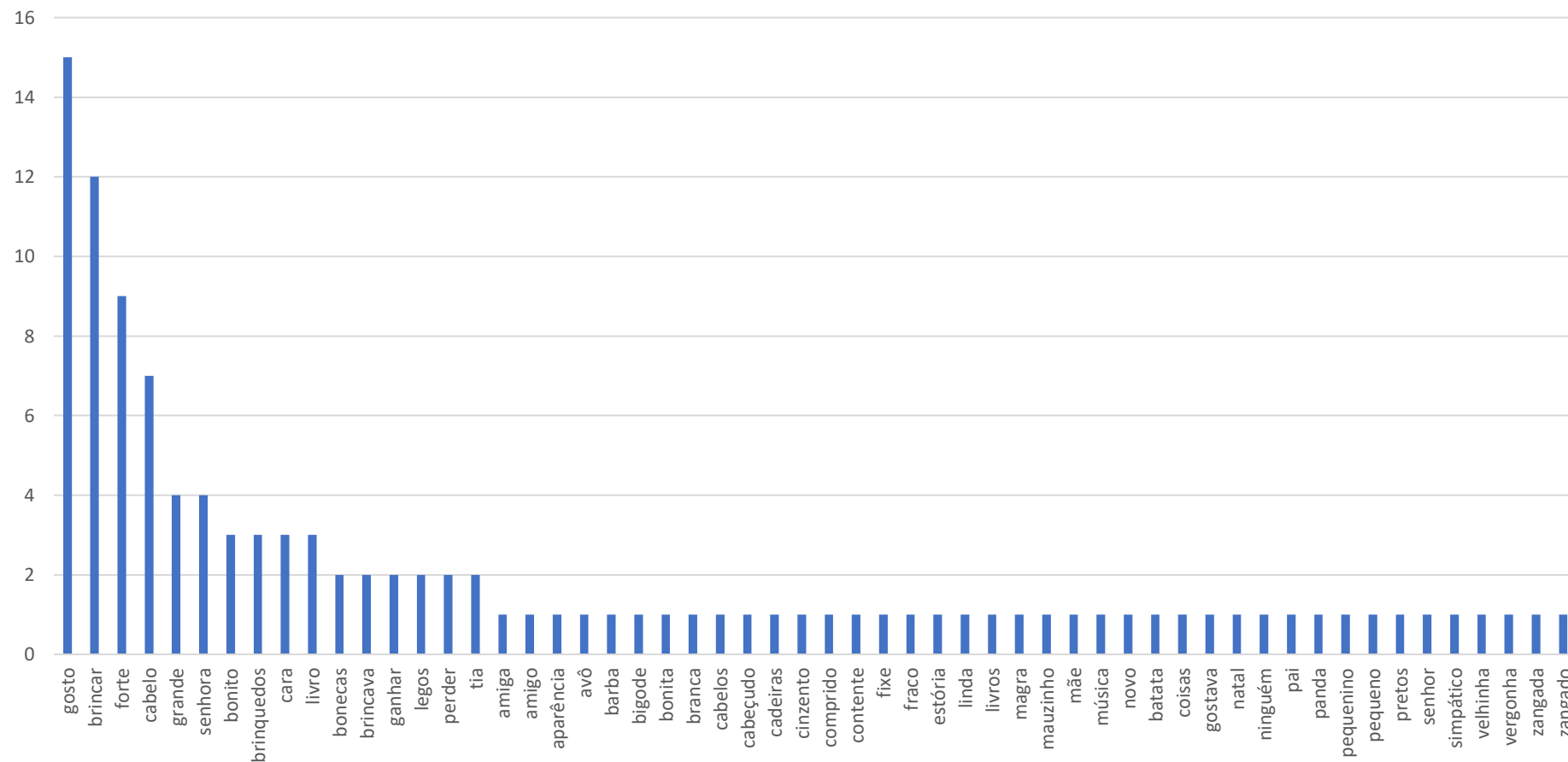
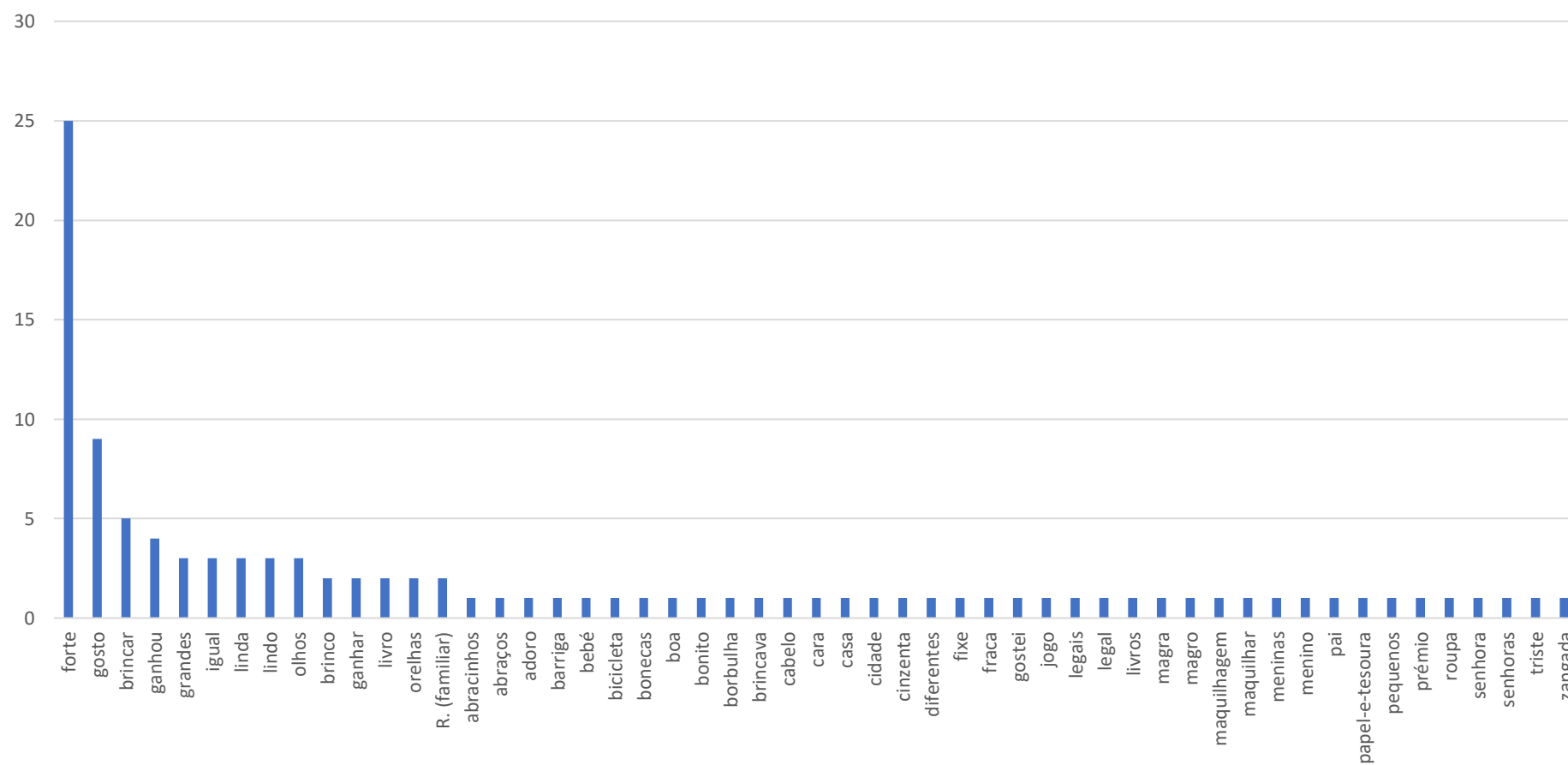


Figura 6

Frequência de palavras que compõe o corpus de texto, a partir das respostas de crianças com preferência pela figura dominante (N = 89)



3.2.7 Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo resultou na identificação de seis categorias emergenciais: aparência física; apreciação; recursos; desejo de interação; competição; identificação. Dentro da categoria aparência física, foram identificadas quatro subcategorias: força; beleza; estado emocional; outras características físicas.

Tabela 13

Categorias emergenciais nas respostas das crianças

Categoria	Subcategoria	fó	%	Exemplos
Aparência física	Força	37	39.437	“Porque ele é mais forte” (suj.55, feminino, 4 anos) “Porque ela é forte” (suj.44, masculino, 3 anos)
	Beleza	12	12.790	“Não sei. Gosto mais dele. É mais bonito” (suj.32, feminino, 4 anos) “Porque é lindo” (suj.33, masculino, 4 anos)
	Estado emocional	3	3.198	“Porque está com cara zangada e o outro está triste. Este vai ganhar” (suj.87, masculino, 4 anos) “Esta está com vergonha, está zangada com esta” (suj.7, feminino, 3 anos)
	Outras características físicas	27	28.779	“Este é cabeçudo, não tem cabelo” (suj.30, feminino, 3 anos) “Porque este tem olhos grandes, e este tem pequenos” (suj.58, masculino, 5 anos)
Apreciação		30	31.976	“Porque sim, gosto dela” (suj.14, feminino, 3 anos) “Porque é fixe” (suj.15, masculino, 5 anos)
Recursos		24	25.581	“Porque não vai ter o livro. Eu tenho muitos livros” (suj.43, feminino, 4 anos) “Porque gosto mais dele, para brincar com os legos” (suj.40, masculino, 4 anos)
Interação		20	21.3171	“Gostava de brincar com ele” (suj.72, feminino, 4 anos) “Gosto dele, quero brincar com ele” (suj.78, masculino, 3 anos)
Competição		10	10.659	“Porque ele vai perder as coisas” (suj.51, masculino, 4 anos) “Porque ela ganhou. Mais forte” (suj.19, feminino, 5 anos)
Identificação		5	5.395	“Porque é muito legal. Queria brincar de menino. Esse cabelo é igual ao do R. É igual ao do R., é igual ao pai” (suj.20, feminino, 3 anos) “É velhinha, porque o cabelo dela é igual ao da minha mãe” (suj.23, masculino, 5 anos)

IV PARTE – DISCUSSÃO

De modo a explorar a ODS de crianças na segunda infância, a análise dos resultados apresentados no Capítulo IV permitiu atingir os objetivos específicos propostos no âmbito deste estudo.

4.1 ODS na segunda infância segundo o sexo, idade, e o estatuto socioeconómico dos pais

Relativamente à **Hipótese 1** (Espera-se que existam diferenças significativas na ODS de crianças na segunda infância, segundo o sexo), os resultados não confirmaram a existência diferenças na ODS na segunda infância segundo o sexo das crianças.

A literatura existente sugere que, no que diz respeito à ODS em adultos, os homens tendem a apresentar consistentemente níveis mais elevados de ODS do que as mulheres (Kleppestø, 2021; Lee et al., 2011; Sidanius et al., 2017; Sidanius et al., 2006). No entanto, embora essa tendência seja consistente em populações adultas, estudos com crianças ainda são limitados, sendo possível que essas diferenças se manifestem de forma mais clara em idades posteriores, quando há maior internalização dos papéis sociais de género.

De acordo com a psicologia do desenvolvimento, as crianças na segunda infância ainda estão em processo de estabelecer um maior senso de identidade pessoal, incluindo a identidade de género. Nesta fase, as crianças começam a internalizar normas e expectativas socioculturais, por exemplo, influenciadas pelos modelos que vão sendo observando no seu contexto familiar e escolar (Papalia & Feldman, 2013). No entanto, ainda estão em processo de adaptação quanto aos papéis sociais que se espera que desempenhem. Embora as diferenças de género em brincadeiras e interações sociais já possam surgir, elas são ainda pouco expressivas, tornando-se mais evidentes na terceira infância (Cole & Cole, 2004; Lightfoot et al., 2018; Papalia & Feldman, 2013).

Em populações adultas, as diferenças na ODS segundo o sexo podem ser explicadas por fatores como a identificação com os papéis de género. Os homens podem tender a apresentar níveis mais elevados de ODS, em parte devido a uma maior aceitação de atitudes sexistas, tanto hostis como benevolentes, que favorecem os interesses do grupo masculino. Por outro lado, as mulheres ao se identificarem mais com características estereotipicamente femininas, podem tender a apresentar níveis mais baixos de ODS (Schmitt & Wirth, 2009).

Deste modo, é possível que a ODS possa ser influenciada por uma componente ambiental, nomeadamente por fatores contextuais e socioculturais (Duckitt, 2001; Kleppestø et al. 2021; Osterhoff et al., 2017). Na Teoria Cognitivo-Motivacional de Duplo Processo, Duckitt

(2001) propõe que a socialização, as características individuais, como a personalidade, as experiências pessoais e o contexto social podem desempenhar um papel relevante na formação de crenças ideológicas que sustentam a ODS. Assim, é possível que o ambiente familiar e o contexto sociocultural tenham um impacto significativo na formação de atitudes quanto à dominância social, que tendem a ser mais evidentes em fases posteriores da vida, quando os papéis de género se tornam mais pronunciados.

A **Hipótese 2** (Espera-se que existam diferenças significativas na ODS de crianças na segunda infância, segundo a idade), foi confirmada pelos resultados obtidos. As crianças de cinco a seis anos apresentaram significativamente níveis mais elevados de ODS do que as crianças com idades inferiores.

Embora não tenham sido encontrados estudos que explorassem a ODS na segunda infância em função da idade, os resultados obtidos alinham-se com o que tem sido observado em estudos com adultos. A investigação empírica aponta para um aumento da ODS ao longo do ciclo de vida, interpretado como reflexo da consolidação progressiva de crenças ideológicas e da ocupação de posições mais elevadas na hierarquia social, as quais favorecem uma maior valorização de sistemas de estratificação (Zubielevitch et al., 2023). A TDS sustenta esta perspetiva, ao postular que sistemas de estratificação social com base na idade são universais. Segundo esta perspetiva, os indivíduos pertencentes a grupos de estatuto mais elevado tendem a apresentar maior adesão a ideologias que legitimam e sustentam a desigualdade social (Sidanius & Pratto, 1999; Liu et al., 2008). Assim, é plausível considerar que os primeiros sinais de diferenciação ideológica possam emergir ainda em fases precoces do desenvolvimento.

Na segunda infância decorre um desenvolvimento cognitivo e psicossocial relevante (Cole & Cole, 2004; Papalia & Feldman, 2013), com um aumento progressivo na capacidade das crianças para compreender relações de domínio e poder. Por exemplo, no estudo de Liu et al. (2021) a partir dos cinco anos as crianças eram capazes de reconhecer relações de dominância com base em múltiplos indícios, apresentando uma compreensão mais elaborada das dinâmicas de poder. Por sua vez, Gülgöz e Gelman (2017) identificaram que entre os cinco e os seis anos de idade as crianças passam a reconhecer dimensões mais complexas do poder social, como a capacidade de estabelecer normas, indo além do simples controlo de recursos ou da imposição de vontades.

Em idade pré-escolar, as crianças começam a integrar mais informações sobre os papéis sociais. Nesta fase, formam-se os primeiros laços de amizade e participação em grupos, experiências que tornam as interações entre pares cada vez mais frequentes e significativas

(Papalia & Feldman, 2013). Tais vivências poderão favorecer a compreensão e assunção de papéis sociais diferenciados, assim como a internalização de estruturas hierárquicas. Eidsvåg e Rosell (2021) observaram que durante a segunda infância, as crianças não só reconhecem relações de dominância, como também assumem papéis dominantes ou subordinados nas suas interações sociais. Estas experiências vividas podem reforçar a percepção da dominância como um elemento funcional e legítimo da organização social.

Por fim, os níveis mais elevados de ODS nas crianças mais velhas, podem refletir um processo mais avançado de socialização o qual tende a intensificar-se com o aumento da idade (Papalia & Feldman, 2013), assim como um reflexo das normas sociais que se tornam mais presentes à medida que as crianças crescem, nomeadamente em contexto educacional (Eidsvåg & Rosell, 2021). Além disso, este resultado poderá também traduzir a crescente exposição a normas sociais, nomeadamente no contexto educativo (Eidsvåg & Rosell, 2021), que se tornam mais presentes e estruturadas à medida que as crianças crescem (Papalia & Feldman, 2013).

No que toca à **Hipótese 3** (Espera-se que existam diferenças significativas na ODS de crianças na segunda infância, segundo o rendimento familiar dos pais), os resultados confirmaram a existência de diferenças significativas nos níveis de ODS em função do rendimento familiar. Especificamente, as crianças oriundas de famílias com baixo rendimento apresentaram níveis mais elevados de ODS. No que respeita à **Hipótese 4** (Espera-se que existam diferenças significativas na ODS de crianças na segunda infância, segundo a escolaridade dos pais), os resultados também confirmaram diferenças na ODS das crianças na segunda infância segundo a escolaridade dos pais, sendo observado que as crianças cujos pais apresentam escolaridade até ao ensino obrigatório exibem níveis superiores de ODS, em comparação com aquelas cujos pais frequentaram o ensino superior. Importa ainda sublinhar que embora os efeitos encontrados apresentem uma magnitude pequena a moderada (Cohen, 1988), são estatisticamente significativos, apontando para a relevância do estatuto socioeconómico parental como fator potencialmente influente na formação precoce de atitudes sociais hierárquicas.

Ainda que os estudos encontrados tenham sido conduzidos em adultos, a literatura aponta o estatuto socioeconómico como uma variável relevante relacionada à ODS (Carvalho et al., 2021; Vargas-Salfate et al., 2018; Sidanius & Pratto, 1999). Embora estudos empíricos apontem que pessoas com elevado estatuto socioeconómico possam consistentemente tender a apresentar níveis mais elevados de ODS (Vargas-Salfate et al., 2018; Sidanius & Pratto, 1999), estes resultados são consistentes com a literatura que sugere que indivíduos de estatuto

socioeconómico mais baixo, em alguns contextos podem apresentar níveis elevados de ODS, possivelmente como uma estratégia de defesa dos interesses do grupo social ao qual pertencem, e como forma de legitimar ou procurar ascender nas estruturas sociais existentes (Carvalho et al., 2021).

Estes resultados adquirem especial significado quando considerados à luz da literatura que sugere que a ODS começa a emergir em estágios precoces do desenvolvimento, sendo influenciada por processos de socialização, pelas experiências e contextos sociais nos quais as crianças estão inseridas (Duckitt, 2001; Reifen-Tagar & Cimpian, 2022). Esta perspetiva enfatiza o papel de fatores ambientais, como o estatuto socioeconómico familiar, na construção de atitudes face à hierarquia e desigualdade social desde a infância. Assim, os dados obtidos neste estudo sugerem que o estatuto socioeconómico dos pais, refletido no rendimento familiar e na escolaridade, pode ser particularmente relevante para o desenvolvimento psicológico e social das crianças, conforme indica a psicologia do desenvolvimento (Papalia & Feldman, 2013), assim como para a formação inicial da ODS.

4.2 Relação entre a ODS de pais e filhos na segunda infância

Relativamente à **Hipótese 5** (Espera-se que a ODS das crianças se correlacione positivamente e significativamente com a ODS dos pais), os resultados obtidos não confirmaram que a ODS de crianças na segunda infância se relaciona positivamente com a ODS dos pais.

Este resultado contraria a literatura encontrada, embora seja limitada, aponta para uma possível influência da ideologia parental sobre as atitudes sociais dos filhos desde a infância. Estudos identificaram associações entre níveis mais elevados de ODS parental e uma maior aceitação da desigualdade, menor sensibilidade a injustiças intergrupais e atitudes mais preconceituosas dos seus filhos (Tagar et al., 2017; Guidetti et al., 2021; Costello & Hodson, 2014).

Importa considerar que a ODS de pais e filhos foi avaliada através de diferentes instrumentos, embora validados para as respetivas populações. Esta divergência metodológica poderá ser um possível fator explicativo para a ausência de uma correlação significativa.

Uma outra explicação possível para estes resultados prende-se com o facto de a ODS, enquanto construto ideológico, ainda está em formação durante a segunda infância. Nesta fase

do desenvolvimento, as crianças começam a formar uma compreensão mais elaborada do mundo social e cultural que as rodeia (Papalia & Feldman, 2013).

De acordo com Reifen-Tagar e Cimpian (2022), as crianças pequenas já mostram tendências na forma como percebem e respondem à hierarquia e desigualdade social. No entanto, as manifestações ideológicas ainda são emergentes, geralmente fragmentadas, instáveis e sensíveis ao contexto. Reflete assim que nesta fase as crianças estão ainda a desenvolver bases cognitivas e sociais que poderão mais tarde dar origem a crenças ideológicas mais consolidadas e coerentes, como observadas em adultos (Reifen-Tagar & Cimpian, 2022).

Adicionalmente, embora o contexto parental seja um fator importante no desenvolvimento social e ideológico das crianças, nomeadamente pela transmissão intergeracional e processo de socialização (Duriez, 2011; Soenens et al., 2015), importa reconhecer outros fatores sociais e educacionais igualmente importantes. Isto inclui o contexto educativo, os pares, os meios de comunicação e o ambiente cultural (Reifen-Tagar & Cimpian, 2022).

Durante a segunda infância, o desenvolvimento psicossocial torna-se progressivamente mais complexo, com um aumento significativo das interações entre pares e nas dinâmicas de grupo (Cole & Cole, 2004; Papalia & Feldman, 2013). Em particular, todos os participantes que constituíam a amostra do presente estudo frequentavam o jardim de infância, onde a maioria lidava diariamente com outras crianças e educadores de infância. As estruturas dos ambientes de educação pré-escolar podem facilitar a socialização das crianças, de modo a promover experiências sociais mais equitativas, como demonstrado no estudo de Eidsvåg e Rosell (2021).

Além disso, a grande maioria das crianças tinha pelo menos um irmão. Embora não se saiba as idades específicas dos irmãos, os irmãos podem desempenhar papéis importantes e que complementam a atividade parental (Bornstein, 2002). Especificamente, as interações entre irmãos desempenham um papel significativo na aprendizagem e desenvolvendo de comportamentos e atitudes sociais (Papalia & Feldman, 2013).

4.3 Motivações gerais subjacentes à ODS na segunda infância

A análise lexical forneceu uma primeira abordagem exploratória para a compreensão das motivações gerais subjacentes à preferência social face à dominância das crianças. Permitiu identificar palavras frequentes, nomeadamente “forte”, “gosto”, “brincar”, “cabelo”, sugerindo a centralidade de atributos físicos, de apreciações gerais e de comportamentos lúdicos na

construção das suas justificações. Este padrão é consistente com a literatura, que indica que nesta fase do desenvolvimento, a descrição que a criança faz de si própria, seja em termos de consciência de si e autoestima, e dos outros, como na formação de laços de amizade, baseia-se sobretudo em condições circunstanciais e observáveis como atributos físicos (Cole & Cole, 2004; Lightfoot et al., 2018).

A palavra “forte” destacou-se nas respostas totais e nas respostas das crianças com preferência pelas figuras dominantes, sugerindo uma possível valorização da força física como critério de escolha. Já as palavras “gosto” e “brincar” surgiram em ambos os grupos, mas com maior frequência entre as crianças que optaram pelos personagens submissos, o que poderia sugerir uma dimensão mais afetiva ou relacional nas suas escolhas. Por sua vez, a palavra “cabelo” apareceu quase exclusivamente nas respostas das crianças que preferiram as figuras submissas, sugerindo que atributos físicos específicos podem ter desempenhado igualmente um papel mais relevante nas suas escolhas, possivelmente por identificação ou preferência estética.

A análise de conteúdo permitiu uma exploração mais aprofundada das observações feitas pela análise lexical, resultando na identificação de seis categorias principais: aparência física; apreciação; recursos; desejo de interação; competição; identificação. Com base nessas categorias, as crianças parecem demonstrar preferências sociais face à dominância.

A categoria "aparência física" envolveu respostas que apontaram para a relevância atribuída a aspetos físicos. A subcategoria “força” (39.4%), revelou-se particularmente relevante, com diversas crianças a descreverem a figura escolhida como sendo mais forte, sobretudo quando a escolha recaía sobre a figura dominante. Estas perceções parecem estar em consonância com estudos que apontam que a partir dos três anos as crianças começam a fazer julgamentos consistentes de dominância baseados em características faciais (Cogsdill et al., 2014), e que tendem a alterar-se com a idade (Cogsdill et al., 2014; Terrizzi et al., 2019). Além disso, também podem demonstrar preferência por rostos com características associadas à dominância (Terrizzi et al., 2019).

A categoria “recursos” (24%) implicou respostas que faziam referência a recursos materiais ou brinquedos (ex. livros, legos), tendo as crianças considerado a posse ou ausência desses recursos para justificar as suas escolhas, ainda que as figuras não exibissem qualquer objeto ou recurso visível. Isto poderá indicar que as crianças fazem inferências espontâneas sobre a posse de recursos desejáveis com base na percepção implícita de dominância. Estas respostas parecem estar em consonância com os resultados obtidos de Gülgöz e Gelman (2017), que demonstraram que as crianças nestas idades conseguem inferir relações de poder e controlo de recursos, sem recorrer a pistas visuais diretas. Além disso, embora a categoria surja a partir

de respostas dadas na escolha de figuras dominantes e submissas, a maioria surgiu nas escolhas pela figura submissa, cujas respostas pareceram indicar uma percepção de desigualdade ou injustiça e desejo de partilha.

Embora menos frequente, a categoria “competição” (10%) incluiu justificações baseadas na percepção de uma relação hierárquica, expressa na atribuição de vitória ou derrota de uma das figuras. A referência à vitória surgiu quase exclusivamente nas respostas de crianças que preferiam figuras dominantes, enquanto referências à derrota foram observadas apenas quando a escolha era feita pela figura submissas. Estas respostas sugerem que as crianças são sensíveis à relação de dominância implícita, em consonância com estudos que indicam que as crianças consideram relações de poder e hierarquias nas suas preferências sociais (e.g., Gülgöz & Gelman, 2017; Reifen-Tagar & Cimpian, 2022).

Contudo, as categorias emergenciais também parecem indicar que nem todas as preferências das crianças se baseiam exclusivamente em percepções de dominância. As subcategorias “beleza” (12.8%), “estado emocional” (3%) e “outras características físicas” (ex. cabelos, rosto, olhos) (28.8%) refletem respostas que parecem indicar, respetivamente, para a valorização da atratividade, da expressividade emocional e de atributos visuais específicos e distintivos dos personagens. Estas dimensões surgiram tanto nas preferências por figuras dominantes como nas submissas, o que sugere que a apreciação destes elementos visuais poderá não estar necessariamente relacionada com a posição de domínio, mas antes refletir outros critérios de preferência social.

Além disso, as subcategorias “apreciação” (30%), “interação” (20%) e identificação” (5%), parecem refletir respostas com dimensões emocionais e relacionais. Na categoria “apreciação”, muitas das respostas justificaram a escolha da figura com frases simples (ex. “gosto dela”; “gosto dele”), indicando que as preferências poderão ser formadas com base no que elas percebem como agradável ou simpático. A categoria “interação” constituiu-se por respostas cujas justificações destacam o desejo por brincar ou interagir, sugerindo a importância das relações interpessoais nas escolhas sociais das crianças. Será relevante lembrar que a palavra “brincar” tenha feito parte da formulação das perguntas apresentadas pelo experimentador (“Se pudesses brincar com uma delas, com quem gostarias de brincar?”/“Porquê que preferias brincar com este?”). No entanto, o seu uso mais frequente nas respostas de crianças que preferiram personagens submissos poderá indicar uma percepção destes como mais acessíveis ou recetivos à interação social. Por fim, a categoria “identificação”, embora menos frequente, integra respostas que fazem referência a características físicas ou comportamentais dos personagens que evocavam pessoas significativas na vida das crianças.

Esta tendência pode refletir a influência dos vínculos afetivos precoces na construção das suas preferências sociais.

V PARTE - CONCLUSÃO

De acordo com a revisão da literatura, a ODS é um constructo psicológico central para a compreensão de dinâmicas intergrupais e de relações de poder dentro das sociedades, contribuindo de forma significativa para a manutenção de hierarquias e desigualdades sociais. Tem-se evidenciado como um forte preditor de atitudes e comportamentos agressivos, e com implicações relevantes ao nível da coesão social e das políticas públicas.

Num contexto sociopolítico global cada vez mais marcado pela polarização, intolerância e emergência de discursos extremistas, o estudo da ODS torna-se particularmente pertinente. A literatura sugere que a ODS poderá ter uma dupla natureza, por um lado assente em predisposições biológicas relacionadas com mecanismos evolutivos de sobrevivência e adaptação, assim como para a influencia de fatores contextuais, nomeadamente pelo ambiente familiar e pelo processo de socialização.

Apesar do reconhecimento da sua importância, o desenvolvimento da ODS ao longo do ciclo de vida permanece insuficientemente explorado, sendo particularmente escassa a investigação centrada na infância. Neste sentido, o presente estudo teve como principal objetivo examinar a ODS durante a segunda infância, na qual as crianças começam a construir representações sociais mais elaboradas e a internalizar normas, valores e padrões comportamentais observados no meio envolvente.

Os resultados obtidos permitiram confirmar parcialmente as hipóteses formuladas na primeira parte do estudo. Identificaram-se diferenças estatisticamente significativas em função da idade, indicando que crianças entre os cinco e seis anos apresentam níveis superiores de ODS, o que poderá refletir um maior desenvolvimento cognitivo e social nesta fase. Adicionalmente, os resultados apontaram para diferenças significativas associadas ao estatuto socioeconómico dos progenitores. As crianças provenientes de famílias com rendimentos e níveis de escolaridade parental mais baixos tendem a apresentar níveis mais elevados de ODS. Estes resultados poderão sugerir que contextos socioeconómicos mais vulneráveis poderão favorecer a valorização precoce de estruturas hierárquicas, possivelmente como mecanismo adaptativo. Contudo, não se verificaram diferenças significativas na ODS das crianças em função do sexo, nem uma correlação positiva significativa entre os níveis de ODS das crianças e os dos respetivos progenitores, contrariando algumas das expectativas teóricas. A análise qualitativa realizada a partir das respostas dos participantes evidenciaram que algumas crianças fazem interpretações espontâneas e implícitas de dominância a partir de pistas faciais, sem um contexto verbal ou comportamental, tendo em conta aspetos como a força percebida, a posse de recursos, e o estatuto.

Desta forma, o estudo permitiu concluir que, embora a ODS possa ainda não estar plenamente consolidada nesta fase do desenvolvimento, já existem indicadores precoces de sensibilidade e preferências emergenciais relacionadas a hierarquias e desigualdades sociais, como indicado na literatura (Reifen-Tagar & Cimpian, 2022). Além disso, a idade e o contexto socioeconómico mostraram-se fatores relevantes para a ODS na segunda infância, o que poderá sugerir que estágios mais avançados de desenvolvimento e o ambiente social e familiar poderá desempenhar um papel significativo na formação precoce das atitudes sociais das crianças.

5.1 Contribuições, limitações e sugestões

O presente estudo procurou oferecer contributos relevantes para a compreensão da ODS em fases mais precoces do desenvolvimento, área ainda insuficientemente explorada. Ao centrar-se na segunda infância, a investigação constitui um avanço no conhecimento sobre a emergência precoce deste constructo, sendo esta uma etapa crucial para o desenvolvimento psicossocial, nomeadamente para a formação de valores, crenças e atitudes sociais.

O estudo procurou destacar-se pela análise objetiva de diferenças em função de fatores sociodemográficos associados à ODS, e pela relação entre a ODS das crianças e dos seus pais. No plano teórico, os resultados obtidos contribuem para a literatura, indicando que já na segunda infância é possível observar diferenças significativas relacionadas com a idade e o contexto socioeconómico familiar. A inclusão de uma análise qualitativa permitiu ainda aceder a uma dimensão mais subjetiva das motivações subjacentes às preferências sociais das crianças face à dominância, identificando fatores motivacionais relacionados com hierarquias e desigualdades sociais a partir de inferências espontâneas feitas pelas crianças.

No contexto social atual, marcado pela emergência global de posições sociais e políticas extremistas, estes resultados reforçam a possibilidade de detetar sinais precoces de valorização da dominância em idades muito jovens. Para além dos contributos teóricos, os resultados aqui obtidos têm relevância prática, podendo informar futuras intervenções e apoiar profissionais na promoção da saúde e do bem-estar de crianças e famílias, assim como na prevenção de comportamentos antissociais.

Contudo, importa reconhecer algumas limitações do presente estudo. Em primeiro lugar, a natureza transversal do estudo constitui uma limitação importante, na medida em que impede a observação da evolução da ODS ao longo do tempo, dificultando a compreensão do seu desenvolvimento nesta fase da infância. Em segundo lugar, a amostra foi obtida por

conveniência e de forma não aleatória, o que compromete a possibilidade de generalizar resultados para outras populações. Em terceiro lugar, o número de participantes, particularmente no que se refere às subamostras de pai-filho/a, utilizadas para análise de correlações, pode ter limitado a robustez estatística de algumas análises relativamente à função parental. Será igualmente importante considerar que, devido à distribuição não normal das subamostras de progenitores e filhos, foram utilizados testes não paramétricos para as análises, sendo que possuem menor robustez estatística em comparação aos testes paramétricos (Marôco, 2007; 2011; 2018).

Adicionalmente, a ODS dos pais foi avaliada através de um instrumento de autorrelato, o que pode estar sujeito a enviesamentos como a desejabilidade social. É ainda de referir que apenas um dos progenitores respondeu ao questionário, o que limita a compreensão do papel do contexto parental de forma mais abrangente. Por fim, outra limitação particularmente importante do estudo diz respeito ao facto de que a ODS de pais e filhos ter sido avaliada com diferentes instrumentos.

Tendo em conta as limitações identificadas, futuras investigações poderão beneficiar do uso de amostras com um maior número de participantes e mais diversificadas, com seleção aleatória, a fim de aumentar a representatividade e a generalização dos resultados. A inclusão de ambos os progenitores, bem como de outras figuras significativas no contexto familiar, poderá oferecer uma compreensão mais abrangente da influência do ambiente familiar sobre a ODS. Será também relevante considerar outras variáveis potencialmente influentes, como os estilos parentais, que poderão desempenhar um papel relevante na formação de atitudes sociais nas crianças. Além disso, estudos longitudinais permitirão acompanhar o desenvolvimento da ODS ao longo do tempo, clarificando como se desenvolve e manifesta em diferentes fases da infância. Por fim, seria pertinente aprofundar a investigação sobre o papel do sexo e a possível relação entre a ODS de pais e filhos, dado que não se obteve confirmação neste estudo, mas que se mantêm teoricamente relevantes para a compreensão deste fenómeno.

Referências bibliográficas

- Aiello, A., & Tesi, A. (2022). Does this setting really fit with me?": How support for group-based social hierarchies predicts a higher perceived misfit in hierarchy-attenuating settings. *Journal of Applied Social Psychology*, 53(5), 423–431. <https://doi.org/10.1111/jasp.12949>
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. N. (2015). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation* (classic edition). Routledge.
- Akkerman, T., De Lange, S. L., & Rooduijn, M. (2016). *Radical right-wing populist parties in western europe: Into the mainstream?* Routledge.
- Alexandra, V., Torres, M. M., Kovbasyuk, O., Addo, T. B. A., & Ferreira, M. C. (2017). The relationship between social cynicism belief, social dominance orientation, and the perception of unethical behavior: A cross-cultural examination in Russia, Portugal, and the United States. *Journal of Business Ethics*, 146(3), 545–562. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2925-5>
- Amaro, J., Lucas, R., Perelman, J., Fraga, S., Maia, S., Pereira, M., Mamelund, S. E., Matias, m., & Leão, T. (2024). Differences in the work-family experience of mothers and fathers of a southern European country, *European Journal of Public Health*, 34(Supp. 3). <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckae144.662>
- Anthony, L. (2004). AntConc: A learner and classroom friendly, multi-platform corpus analysis toolkit. In *IWLeL 2004, An interactive workshop on language e-learning* (pp. 7-13). Waseda University.
- Anthony, L. (2024). *AntConc* (Version 4.3.1) [Computer software]. <https://www.laurenceanthony.net/software/AntConc>
- Arzheimer, K. (2017). Explaining electoral support for the radical right. Jens Rydgren (ed) In *The oxford handbook of the radial right* (1st ed.). Oxford University Press.
- Asbrock, F., Sibley, C. G., & Duckitt, J. (2010). Right-wing authoritarianism and social dominance orientation and the dimensions of generalized prejudice: A longitudinal test. *European Journal of Personality*, 24(4), 324–340. <https://doi.org/10.1002/per.746>
- Azevedo, F. & Jost, J. T. (2021). The ideological basis of antiscientific attitudes: Effects of authoritarianism, conservatism, religiosity, social dominance, and system justification.

- Group Processes & Intergroup Relations*, 24(4), 518-549.
<https://doi.org/10.1177/1368430221990104>
- Bassett, J. F. (2010). The effects of mortality salience and social dominance orientation on attitudes toward illegal immigrants. *Social Psychology*, 41(1), 52– 55.
<https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000008>
- Becker, J. C. (2020). Ideology and the promotion of social change. *Current Opinion in Behavioral Sciences*, 34, 6–11. <https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2019.10.005>
- Bergh, R., Davis, G. K., Hudson, S.-k. T. J., & Sidanius, J. (2020). Social dominance theory and power comparison. In J. Suls, R. L. Collins, & L. Wheeler (Eds.), *Social comparison, judgment, and behavior* (pp. 575–597). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190629113.003.0020>
- Bertalanffy, L. (1968). *General System Theory*. George Braziller.
- Bian, L., Sloane, S., & Baillargeon, R. (2018). Infants expect ingroup support to override fairness when resources are limited. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 115(11) 2705-2710. <https://doi.org/10.1073/pnas.1719445115>
- Bilewicz, M., Soral, W., Marchlewska, M., & Winiewski, M. (2017). When authoritarians confront prejudice. Differential effects of SDO and RWA on support for hate-speech prohibition. *Political Psychology*, 38(1), 87-99. <https://doi.org/10.1111/pops.12313>
- Bornstein, M. H. (2002). *Handbook of parenting volume 1: Children and parenting* (2nd ed.). Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Bowlby, J. (2006). *Formação e rompimento dos laços afetivos* (4ª ed.). Martins Fontes.
- Bradley, R. H., & Corwyn, R. F. (2002). Socioeconomic status and child development. *Annual Review of Psychology*, 53, 371-399.
<https://doi.org/10.1146/annurev.psych.53.100901.135233>
- Brey, E., & Shutts, K. (2015). Children use nonverbal cues to make inferences about social power. *Child Development*, 86(1), 276–286.
<https://bon.ual.pt:2238/10.1111/cdev.12334>
- Cantal, C., Milfont, T. L., Wilson, M. S., & Gouveia, V. V. (2015). Differential effects of right-wing authoritarianism and social dominance orientation on dimensions of generalized

- prejudice in Brazil. *European Journal of Personality*, 29(1), 17–27. <https://doi.org/10.1002/per.1978>
- Cárdenas, M., Meza, P., Lagunes, K., & Yáñez, S. (2010). Adaptación y validación de la escala de orientación a la dominancia social (SDO) en una muestra chilena. *Universitas Psicológica*, 9(1), 161-169 <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy9-1.aveo>
- Carter, B. & McGoldrick, M. (2005). Overview: The expanded family life cycle individual, family, and social perspectives. In B. Carter & M. McGoldrick (Eds.), *The expanded family life cycle: Individual, family and social perspectives* (pp. 1-26). Allyn & Bacon.
- Carvalho, C. L., Pinto, I. R., Lopes, R. C., Páez, D., Miranda, M. P., & Marques, M. J. (2021). Social dominance orientation boosts collective action among low-status groups. *Frontiers in Psychology*, 12, 1 – 14. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.681302>
- Charafeddine, R., Billamboz, C., Noveck, I., & Van der Henst, J. B. (2018). Preschoolers' social preferences in a dominance context. *Language, Evolution and the Mind: Essays in Honour of Anne Reboul*, 35, 247-262.
- Charafeddine, R., Mercier, H., Clément, F., Kaufmann, L., Reboul, A., & Van der Henst, J. B. (2016). Children's allocation of resources in social dominance situations. *Developmental Psychology*, 52(11), 1843–1857. <https://doi.org/10.1037/dev0000164>
- Cichocka, A., Dhont, K., & Makwana, A. P. (2017). On self-love and outgroup hate: Opposite effects of narcissism on prejudice via social dominance orientation and right-wing authoritarianism. *European Journal of Personality*, 31(4), 366–384. <https://doi.org/10.1002/per.2114>
- Clark, K. B., & Clark, M. P. (1947). Racial identification and preference in negro children. In T. M. Newcomb & E. L. Hartley (Eds.), *Readings in social psychology* (pp. 169-178). Holt, Rinehart & Winston.
- Cogsdill, E. J., Todorov, A. T., Spelke, E. S., & Banaji, M. R. (2014). Inferring character from faces: A developmental study. *Psychological Science*, 25(5), 1132–1139. <https://doi.org/10.1177/0956797614523297>
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Lawrence Erlbaum Associates.

- Cole, M., & Cole, S. R. (2004). *O desenvolvimento da criança e do adolescente* (4th ed.). Artmed.
- Conger, R. D., Conger, K. J., & Martin, M. J. (2010). Socioeconomic status, family processes, and individual development. *Journal of Marriage and Family*, 72(3), 685-704. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00725.x>
- Costello, K., & Hodson, G. (2011). Social dominance-based threat reactions to immigrants in need of assistance. *European Journal of Social Psychology*, 41(2), 220–231. <https://doi.org/10.1002/ejsp.769>
- Costello, K., & Hodson, G. (2014). Explaining dehumanization among children: The interspecies model of prejudice. *British Journal of Social Psychology*, 53(1), 175–197. <https://doi.org/10.1111/bjso.12016>
- Creswell, J. W., & Clark, V. L. P. (2018). *Designing and conducting mixed methods research* (3th ed.). Sage publications.
- Diário da República. (2019). Decreto-Lei nº 58/2019 de 8 de agosto do Diário da República n.º 151/2019, Série I (pp. 3 - 40). <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2019/08/15100/0000300040.pdf>
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica: O processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156. <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2011.140>
- Diniz, E., Brandão, T., D’Orsi, D., & Veríssimo, M. (2024). Work–family conflict influences mothers’ perception of father involvement with childcare: A dyadic approach. *Journal of Family Communication*, 24(3–4), 154–170. <https://doi.org/10.1080/15267431.2024.2394025>
- Duckitt, J. (2001). A dual-process cognitive-motivational theory of ideology and prejudice. *Advances in Experimental Social Psychology*, 33, 41-114.
- Duckitt, J. (2006). Differential effects of right-wing authoritarianism and social dominance orientation on outgroup attitudes and their mediation by threat from and competitiveness to outgroups. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 32(5), 684–696. <https://doi.org/10.1177/0146167205284282>

- Duckitt, J., & Bizumic, B. (2013). Multidimensionality of right-wing authoritarian attitudes: Authoritarianism-conservatism-traditionalism. *Political Psychology*, 34(6), 841–862. <https://doi.org/10.1111/pops.12022>
- Duckitt, J., & Sibley, C. G. (2017). The dual process motivational model of ideology and prejudice. In C. G. Sibley & F. K. Barlow (Eds.), *The Cambridge handbook of the psychology of prejudice* (pp. 188–221). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316161579.009>
- Duncan, G. J., Daly, M. C., McDonough, P., & Williams, D. R. (2002). Optimal indicators of socioeconomic status for health research. *American Journal of Public Health*, 92(7), 1151–1157. <https://doi.org/10.2105/AJPH.92.7.1151>
- Duriez, B. (2011). Adolescent ethnic prejudice: Understanding the effects of parental extrinsic versus intrinsic goal promotion. *The Journal of Social Psychology*, 151(4), 441–454. <https://doi.org/10.1080/00224545.2010.490571>
- Duriez, B., & Soenens, B. (2006). Personality, identity styles and authoritarianism: an integrative study among late adolescents. *European Journal of Personality*, 20(5), 397–417. <https://doi.org/10.1002/per.589>
- Duriez, B., Van Kiel, A., & Kossowska, M. (2005). Authoritarianism and social dominance in western and eastern europe: The importance of the sociopolitical context and of political interest and involvement. *Political Psychology*, 26(2), 299–320. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2005.00419.x>
- Duriez, B., Vansteenkiste, M., Soenens, B., & De Witte, H. (2007). The social costs of extrinsic relative to intrinsic goal pursuits: Their relation with social dominance and racial and ethnic prejudice. *Journal of Personality*, 75(4), 757–782. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.2007.00456.x>
- Eidsvåg, G. M., & Rosell, Y. (2021). The power of belonging: Interactions and values in children's group play in early childhood programs. *International Journal of Early Childhood*, 53, 83–99. <https://doi.org/10.1007/s13158-021-00284-w>
- Ekehammar, B., Akrami, N., Gylje, M., & Zakrisson, I. (2004). What matters most to prejudice: Big five personality, social dominance orientation, or right-wing authoritarianism? *European Journal of Personality*, 18(6), 463–482. <https://bon.ual.pt:2238/10.1002/per.526>

- Enright, E. A., Gweon, H., & Sommerville, J. A. (2017). 'To the victor go the spoils': Infants expect resources to align with dominance structures. *Cognition*, 164, 8–21. <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2017.03.008>
- Federico, C. M., & Sidanius, J. (2002). Racism, ideology, and affirmative action revisited: The antecedents and consequences of "principled objections" to affirmative action. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(4), 488–502. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.82.4.488>
- Federico, C. M., Weber, C. R., Ergun, D., & Hunt, C. (2013). Mapping the connections between politics and morality: The multiple sociopolitical orientations involved in moral intuition. *Political Psychology*, 34(4), 589–610.
- Field, A. (2013). *Discovering statistics using IBM SPSS statistics* (4th ed.). Sage.
- Foster, S. (2021). Socioeconomic status and mental illness stigma: How income level and social dominance orientation may help to perpetuate stigma. *Stigma and Health*, 6(4), 487–493. <https://b-on.ual.pt:2238/10.1037/sah0000339>
- Galusca, C., Helmlinger, A. E., Barat, E., Pascalis, O., & Van der Henst, J. (2024). Rooting for their own gender: Preschoolers' selective preference for winners. *Developmental Science*, e28(1), e13575. <https://doi.org/10.1111/desc.13575>
- Galusca, C., Mermillod, M., Dreher, J., Van der Henst, J., & Pascalis, O. (2023). Toddlers' sensitivity to dominance traits from faces. *Scientific Reports*, 13, 22292. <https://doi.org/10.1038/s41598-023-49385-7>
- Gao, D., van Geel, M., Liu, J., & Mesman, J. (2024). Chinese mothers' profiles of color-conscious socialization and social dominance orientation: Relations to children's racial attitudes. *Cultural Diversity & Ethnic Minority Psychology*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1037/cdp0000709>
- Gazes, R. P., Hampton, R. R., & Lourenco, S. F. (2017). Transitive inference of social dominance by human infants. *Developmental Science*, 20(2), e12367. <https://doi.org/10.1111/desc.12367>
- Giger, J. C., Orgambidez-Ramos, A., Gonçalves, G., Santos, J., & Gomes, A. (2015). Evidências métricas da adaptação da escala de dominância social numa amostra portuguesa. *Avaliação Psicológica*, 14(1), 143- 151. doi: 10.15689/ap.2015.1401.16

- Gravetter, F. J., & Forzano, L. B. (2018). *Research methods for the behavioral sciences* (6th ed.). Cengage Learning.
- Grych, J. H., Raynor, S. R., Fosco, G. M. (2004). Family processes that shape the impact of interparental conflict on adolescents. *Development and Psychopathology*, 16(3), 649–65. <https://doi.org/10.1017/S0954579404004717>
- Guidetti, M., Carraro, L., & Castelli, L. (2021) Children's inequality aversion in intergroup contexts: The role of parents' social dominance orientation, right-wing authoritarianism and moral foundations. *Plos One*, 16(12), 1–17. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0261603>
- Guimond, S., Crisp, R. J., De Oliveira, P., Kamiejski, R., Kteily, N., Kuepper, B., Lalonde, R. N., Levin, S., Pratto, F., Tougas, F., Sidanius, J., & Zick, A. (2013). Diversity policy, social dominance, and intergroup relations: Predicting prejudice in changing social and political contexts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 104(6), 941–958. <https://doi.org/10.1037/a0032069>
- Guimond, S., Dambrun, M., Michinov, N., & Duarte, S. (2003). Does social dominance generate prejudice? Integrating individual and contextual determinants of intergroup cognitions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(4), 697–721. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.84.4.697>
- Gülgöz, S., & Gelman, S. A. (2017). Who's the boss? Concepts of social power across development. *Child Development*, 88(3), 946–963. <https://bon.ual.pt:2238/10.1111/cdev.12643>
- Gutiérrez, A. S., & Unzueta, M. M. (2013). Are admissions decisions based on family ties fairer than those that consider race? Social dominance orientation and attitudes toward legacy vs. affirmative action policies. *Journal of Experimental Social Psychology*, 49(3), 554–558. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2012.10.011>
- Haley, H., & Sidanius, J. (2005). Person-organization congruence and the maintenance of group-based social hierarchy: A social dominance perspective. *Group Processes & Intergroup Relations*, 8(2), 187–203. <https://doi.org/10.1177/1368430205051067>
- Hansen, K., & Dovidio, J. F. (2016). Social dominance orientation, nonnative accents, and hiring recommendations. *Cultural Diversity & Ethnic Minority Psychology*, 22(4), 544–551. <https://b-on.ual.pt:2238/10.1037/cdp0000101>

- Heaven, P. C. L. (1999). Attitudes Toward Women's Rights: Relationship with Social Dominance Orientation and Political Group Identities. *Sex Roles*, 41(7-8), 605-614. <https://b-on.ual.pt:2238/10.1023/A:1018851606423>
- Heaven, P. C. L., Ciarrochi, J., & Leeson, P. (2011). Cognitive ability, right-wing authoritarianism, and social dominance orientation: A five-year longitudinal study amongst adolescents. *Intelligence*, 39(1), 15–21. <https://doi.org/10.1016/j.intell.2010.12.001>
- Ho, A. K., Sidanius, J., Kteily, N., Sheehy-Skeffington, J., Pratto, F., Henkel, K. E., Foels, R., & Stewart, A. L. (2015). The nature of social dominance orientation: Theorizing and measuring preferences for intergroup inequality using the new SDO₇ scale. *Journal of Personality and Social Psychology*, 109(6), 1003–1028. <https://doi.org/10.1037/pspi0000033>
- Ho, A. K., Sidanius, J., Pratto, F., Levin, S., Thomsen, L., Kteily, N., & Sheehy-Skeffington, J. (2012). Social dominance orientation: Revisiting the structure and function of a variable predicting social and political attitudes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38(5), 583–606. <https://doi.org/10.1177/0146167211432765>
- Holt, L. F., & Sweitzer, M. D. (2020). More than a black and white issue: Ethnic identity, social dominance orientation, and support for the black lives matter movement. *Self and Identity*, 19(1), 16–31. <https://b-on.ual.pt:2238/10.1080/15298868.2018.1524788>
- Howard, S., Vine, K. T., & Kennedy, K. C. (2022). “Jesus was a white man too!”: The relationship between beliefs about Jesus's race, racial attitudes, and ideologies that maintain racial hierarchies. *Psychology of Religion and Spirituality*, 14(4), 615–624. <https://b-on.ual.pt:2238/10.1037/rel0000374>
- Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Classificação portuguesa das profissões 2010*. INE.
- Jia, S., Wang, L., & Shi, Y. (2014). Relationship between parenting and proactive versus reactive aggression among Chinese preschool children. *Archives of Psychiatric Nursing*, 28(2), 152–157. <https://doi.org/10.1016/j.apnu.2013.12.001>
- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33(1), 1–27. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8309.1994.tb01008.x>

- Jost, J. T., & Thompson, E. P. (2000). Group-based dominance and opposition to equality as independent predictors of self-esteem, ethnocentrism, and social policy attitudes among African-americans and European-americans. *Journal of Experimental Social Psychology*, 36(3), 209–232. <https://doi.org/10.1006/jesp.1999.1403>
- Jost, J. T., Glaser, J., Kruglanski, A. W., & Sulloway, F. J. (2003). Political conservatism as motivated social cognition. *Psychological Bulletin*, 129(3), 339–375. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.3.339>
- Jost, J. T., Nosek, B. A., & Gosling, S. D. (2008). Ideology: Its resurgence in social, personality, and political psychology. *Perspectives on Psychological Science*, 3(2), 126–136. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6916.2008.00070.x>
- Kandler, C., Bell, E., & Riemann, R. (2016). The structure and sources of right-wing authoritarianism and social dominance orientation. *European Journal of Personality*, 30(4), 406–420. <https://doi.org/10.1002/per.2061>
- Kaslow, F. W. (2001). Families and family psychology at the millennium: Intersecting crossroads. *American Psychologist*, 56(1), 37–46. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.1.37>
- Kleppestø, T. H., Czajkowski, N. O., Vassend, O., Røysamb, E., Eftedal, N. H., Sheehy-Skeffington, J., Kunst, J. R., Thomsen, L. (2019). Correlations between social dominance orientation and political attitudes reflect common genetic underpinnings: A twin study. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 116(36), 17741–17746. <https://doi.org/10.1073/pnas.1818711116>
- Kleppestø, T.H., Eftedal, N.H., Thomsen, L. (2021). Social dominance orientation (SDO). In T.K., Shackelford & V.A.Weekes-Shackelford, (Eds.) *Encyclopedia of evolutionary psychological science* (pp. 7676-7684). https://doi.org/10.1007/978-3-319-19650-3_2602
- Kraus, M. W., Piff, P. K., & Keltner, D. (2011). Social class as culture: The convergence of resources and rank in the social realm. *Current Directions in Psychological Science*, 20(4), 246–250. <https://doi.org/10.1177/0963721411414654>
- Kraus, M. W., Tan, J. J. X., & Tannenbaum, M. B. (2013). The social ladder: A rank-based perspective on social class. *Psychological Inquiry*, 24(2), 81–96. <https://doi.org/10.1080/1047840X.2013.778803>

- Kteily, N., Cotterill, S., Sidanius, J., Sheehy-Skeffington, J., & Bergh, R. (2014). "Not one of us": Predictors and consequences of denying ingroup characteristics to ambiguous targets. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 40(10), 1231–1247.
- Kteily, N., Ho, A. K., & Sidanius, J. (2012). Hierarchy in the mind: The predictive power of social dominance orientation across social contexts and domains. *Journal of Experimental Social Psychology*, 48(2), 543–549. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2011.11.007>
- Lamprianidou, E.-A., Eira Nunes, C., Antonietti, J.-P., & Van Petegem, S. (2025). Intensive parenting among mothers and fathers: Identifying profiles and examining differences in parental involvement. *Journal of Family Psychology*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1037/fam0001283>
- Lampropoulos, D., & Apostolidis, T. (2018). Social dominance orientation and discrimination against people with schizophrenia: Evidence of medicalization and dangerousness beliefs as legitimizing myths. *The Spanish Journal of Psychology*, 21(1), Article E37. <https://doi.org/10.1017/sjp.2018.46>
- Lampropoulos, D., Troïan, J., D'Amico, C., Bentata, L., & Apostolidis, T. (2018). Evidence for the influence of social dominance orientation and intergroup relations on the stigma of schizophrenia. *European Journal of Health Psychology*, 25(4), 133–139. <https://b-on.ual.pt:2238/10.1027/2512-8442/a000018>
- Lee, I. C., Pratto, F., & Johnson, B. T. (2011). Intergroup consensus/disagreement in support of group-based hierarchy: An examination of socio-structural and psycho-cultural factors. *Psychological Bulletin*, 137(6), 1029–1064. <https://doi.org/10.1037/a0025410>
- Liekefett, L., & Becker, J. C. (2022). Low system justification is associated with support for both progressive and reactionary social change. *European Journal of Social Psychology*, 52(7), 1015–1030. <https://b-on.ual.pt:2238/10.1002/ejsp.2883>
- Lightfoot, C., Cole, M., & Cole, S. R. (2018). *The development of children* (8th ed.). Worth Publishers.
- Lindemann, K., & Saar, E. (2014). Contextual effects on subjective social position: Evidence from European countries. *International Journal of Comparative Sociology*, 55(1), 3-23. <https://doi.org/10.1177/002071521452710>

- Lippa, R., & Arad, S. (1999). Gender, personality, and prejudice: The display of authoritarianism and social dominance in interviews with college men and women. *Journal of Research in Personality*, 33(4), 463–493. <https://doi.org/10.1006/jrpe.1999.2266>
- Liu, J. H., Huang, L.-L., & McFedries, C. (2008). Cross-sectional and longitudinal differences in social dominance orientation and right-wing authoritarianism as a function of political power and societal change. *Asian Journal of Social Psychology*, 11(2), 116–126. <https://doi.org/10.1111/j.1467-839X.2008.00249.x>
- Liu, X., Zhong, R., Kusuma, L., Li, N., & Tang, W. (2021). Determining social power: Do chinese preschoolers integrate verbal and nonverbal cues? *Journal of Experimental Child Psychology*, 204, Article 104943. <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2020.104943>
- Lucas, B. J., & Kteily, N. S. (2018). (Anti-)egalitarianism differentially predicts empathy for members of advantaged versus disadvantaged groups. *Journal of Personality and Social Psychology*, 114(5), 665–692. <https://doi.org/10.1037/pspa0000112>
- Macarini, S. M., Crepaldi, M. A. & Vieira, M. L. (2016). A questão da parentalidade: Contribuições para o trabalho do psicólogo na terapia de famílias com filhos pequenos. *Pensando Famílias*, 20(2), 27-42.
- Malkewitz, C. P., Schwall, P., Meesters, C., & Hardt, J. (2023). Estimating reliability: A comparison of cronbach's α , mcdonald's ω_t and the greatest lower bound. *Social Sciences & Humanities Open*, 7(1), 100368. <https://doi.org/10.1016/j.ssaho.2022.100368>
- Marasca, M. M., Marasca, R., & Imhoff, D. (2013). Indagación del autoritarismo en la infancia: Vinculaciones con la orientación de dominancia social y los valores en niños y niñas de la ciudad de Córdoba (Argentina) [Authoritarianism's inquiry in childhood: Correlations with social dominance orientation and values in boys and girls from Córdoba city (Argentina)]. *Interdisciplinaria Revista de Psicología y Ciencias Afines*, 30(1), 139–161. <https://doi.org/10.16888/interd.2013.30.1.8>
- Marôco, J. (2007). Testes paramétricos para comparar populações a partir de amostras independentes. In J. Marôco, *Análise estatística com utilização do SPSS* (3ª ed., pp. 133-199). Edições Sílabo.

- Marôco, J. (2011). Testes paramétricos para amostras independentes. In J. Marôco, *Análise estatística com utilização do SPSS* (5ª ed., pp. 183-287). ReportNumber.
- Marôco, J. (2018). Testes não paramétricos para amostras independentes. In J. Marôco, *Análise estatística com o SPSS statistics* (7ª ed., pp. 297-353). Report number.
- Mascaro, O., & Csibra, G. (2012). Representation of stable social dominance relations by human infants. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 109(18) 6862-6867. <https://doi.org/10.1073/pnas.1113194109>
- Matos, M. G. d., Leandro, A., Machado, M. d. C., Leal, I., Vilar, D., Gonçalves, C., Moreno Rodríguez, M. d. C., & Löhr, S. S. (2015). Novas e antigas dinâmicas familiares: Influência no bem-estar dos adolescentes e seus cuidadores. *Journal of Child and Adolescent Psychology*, 6(1), 15-34.
- McGoldrick, M., & Shibusawa, T. (2016). O ciclo vital familiar. In F. Walsh (Ed.), *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (4ª ed., pp. 375-398). Artmed.
- Mena, A. J., Cardoso, N. O., & Argimon, I.I.L. (2021). Orientação à dominância social (SDO) e autoritarismo em adolescentes: Uma revisão sistemática Social Dominance Orientation (SDO) and authoritarianism in adolescents: A systematic review. *Aletheia*, 54(2), 145-156. doi:10.29327/226091.54.2-14
- Muchnik-Rozanov, Y., & Tsybulsky, D. (2022). Linguistic analysis of science teachers' narratives using AntConc software. In *Research anthology on applied linguistics and language practices* (pp. 1–17). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-6684-5682-8.ch031>
- Muis, J., & Immerzeel, T. (2017). Causes and consequences of the rise of populist radical right parties and movements in Europe. *Current Sociology Review*, 65(6), 909–930. <https://doi.org/10.1177/0011392117717294>
- Nacke, L., & Riemann, R. (2023). Two sides of the same coin? On the common etiology of right-wing authoritarianism and social dominance orientation. *Personality and Individual Differences*, 207, 112160. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2023.112160>
- Nichols, M. P., & Schwartz, R. C. (2007). *Terapia familiar: Conceitos e métodos*. Artmed Editora.

- Nisbett, R. E. (2003). *The geography of thought: How Asians and Westerners think differently - and why*. Simon & Schuster
- Olson, K. R., Dweck, C. S., Spelke, E. S., & Banaji, M. R. (2011). Children's responses to group-based inequalities: Perpetuation and rectification. *Social Cognition*, 29(3), 270–287. <https://doi.org/10.1521/soco.2011.29.3.270>
- Oosterhoff, B., Shook, N. J., Clay, R., & Metzger, A. (2017). Differential and domain-specific associations among right-wing authoritarianism, social dominance orientation, and adolescent delinquency. *Personality & Social Psychology Bulletin*, 43(9), 1296–1310. <https://b-on.ual.pt:2238/10.1177/0146167217711937>
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2024). *Código deontológico da ordem dos psicólogos portugueses* (Regulamento n.º 898/2024). Disponível em: https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/caodigo_deontolaogico_regulamento_nao_898_2024.pdf
- Pan, B., Garandau, C. F., Li, T., Ji, L., Salmivalli, C., & Zhang, W. (2023). The dynamic associations between social dominance goals and bullying from middle to late childhood: The moderating role of classroom bystander behaviors. *Journal of Educational Psychology*, 115(2), 349–362. <https://b-on.ual.pt:2238/10.1037/edu0000776>
- Pan, B., Zhang, L., Ji, L., Garandau, C. F., Salmivalli, C., & Zhang, W. (2020). Classroom status hierarchy moderates the association between social dominance goals and bullying behavior in middle childhood and early adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 49(11), 2285–2297. <https://doi.org/10.1007/s10964-020-01285-z>
- Pantucci, R., & Ong, K. (2021). Persistence of right-wing extremism and terrorism in the west. *Counter Terrorist Trends and Analyses*, 13(1), 118–126. <https://www.jstor.org/stable/26979992>
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano* (12th ed.). Artmed.
- Passini, S. (2008). Exploring the multidimensional facets of authoritarianism: Authoritarian aggression and social dominance orientation. *Swiss Journal of Psychology / Schweizerische Zeitschrift für Psychologie / Revue Suisse de Psychologie*, 67(1), 51–60. <https://doi.org/10.1024/1421-0185.67.1.51>

- Paul-Binyamin, I. (2024). The dynamic dimension of identity in Palestinian citizens of Israel. *Social Identities*, 30(2), 120–133. <https://doi.org/10.1080/13504630.2024.2367465>
- Pellegrini, A. D., & Long, J. D. (2002). A longitudinal study of bullying, dominance, and victimization during the transition from primary school through secondary school. *British Journal of Developmental Psychology*, 20(2), 259–280. <https://doi.org/10.1348/026151002166442>
- Perry, R. & Sibley, C. G. (2012). Big-five personality prospectively predicts social dominance orientation and right-wing authoritarianism. *Personality and Individual Differences*, 52(1), 3-8. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2011.08.009>
- Pethö-Kiss, K., & Gunaratna, R. (2024). Introduction to a research agenda for far-right violence and extremism. In K. Pethö-Kiss, & R. Gunaratna (Eds.), *A research agenda for far-right violence and extremism* (pp. 1-32). Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781802209624.00007>
- Pires, M. (2022). Família e coparentalidade pós-separação. In. M. Pires & L. Gamboa, *Parentalidade Partilhada* (pp. 1-16). Pactor.
- Pratto, F., & Glasford, D. E. (2008). Ethnocentrism and the value of a human life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 95(6), 1411–1428. <https://doi.org/10.1037/a0012636>
- Pratto, F., & Stewart, A. L. (2011). Social dominance theory. In D. J. Christie (Ed.), *The encyclopedia of peace psychology* (1st ed., pp. 1012–1016). Wiley-Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9780470672532.wbepp253>
- Pratto, F., Sidanius, J., & Levin, S. (2006). Social dominance theory and the dynamics of intergroup relations: Taking stock and looking forward. *European Review of Social Psychology*, 17, 271–320. <https://doi.org/10.1080/10463280601055772>
- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 741-763. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.67.4.741>
- Pratto, F., Stallworth, L. M., Sidanius, J., & Siers, B. (1997). The gender gap in occupational role attainment: A social dominance approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72(1), 37–53. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.72.1.37>

- Pun, A., Birch, S. A., & Baron, A. S. (2016). Infants use relative numerical group size to infer social dominance. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 113(9), 2376-2381. <https://doi.org/10.1073/pnas.1514879113>
- Quist, R. M., & Resendez, M. (2002). Social dominance threat: Examining social dominance theory's explanation of prejudice as legitimizing myths. *Basic and Applied Social Psychology*, 24(4), 287-293. https://doi.org/10.1207/S15324834BASP2404_4
- Reifen-Tagar, M., & Cimpian, A. (2022). Political ideology in early childhood: Making the case for studying young children in political psychology. *Political Psychology*, 43(S1), 77-105. <https://doi.org/10.1111/pops.12853>
- Relvas, A. P. (2003). *Por detrás do espelho. Da teoria à terapia com a família* (2ª ed.). Quarteto.
- Rosset, S. M. (2013). *Terapia relacional sistêmica: Famílias, casais, indivíduos, grupos*. Artesã.
- Ruffman, T., Ruffman, C., Hill, S., Turunc, G., Park, N., Du, K., Hayhurst, J., Kang, J., Regenbrecht, B. S. H., Philipp, M. C., Hunter, J. A. (2020). Rwa and sdoc: The measurement of right-wing authoritarianism and social dominance orientation in childhood. *Social Development*, 29(4), 1194-1214. <https://doi.org/10.1111/sode.12438>
- Sadock, B. J., Sadock, V. A., & Ruiz, P. (2017). *Compêndio de psiquiatria: Ciência do comportamento e psiquiatria clínica* (11ª ed.). Artmed.
- Sathes, M. M., Simor, C., Longi, M. R., Rangel, M. P., & Cenci, C. M. B. (2020). A familiar systemic diagnosis protocol development. *Pensando Famílias*, 24(2), 193-208.
- Schmitt, M. T., & Wirth, J. H. (2009). Evidence that gender differences in social dominance orientation result from gendered self-stereotyping and group-interested responses to patriarchy. *Psychology of Women Quarterly*, 33(4), 429–436. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2009.01520.x>
- Seelman, K. L., & Walls, N. E. (2010). Person—organization incongruence as a predictor of right-wing authoritarianism, social dominance orientation, and heterosexism. *Journal of Social Work Education*, 46(1), 103–122. <https://doi.org/10.5175/JSWE.2010.200800082>
- Shaughnessy, J. J., Zechmeister, E. B., & Zechmeister, J. S. (2015). *Research methods in psychology* (10th ed.). McGraw-Hill.

- Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. Cambridge University Press.
- Sidanius, J., Cotterill, S., Sheehy-Skeffington, J., Kteily, N., & Carvacho, H. (2017). Social dominance theory: Explorations in the psychology of oppression. In C. G. Sibley & F. K. Barlow (Eds.), *The Cambridge handbook of the psychology of prejudice* (pp. 149–187). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316161579.008>
- Sidanius, J., Cotterill, S., Sheehy-Skeffington, J., Kteily, N., & Carvacho, H. (2017). Social dominance theory: Explorations in the psychology of oppression. In C. G. Sibley & F. K. Barlow (Eds.), *The Cambridge handbook of the psychology of prejudice* (pp. 149–187). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316161579.008>
- Sidanius, J., Kteily, N., Sheehy-Skeffington, J., Ho A. K., Sibley, C., & Duriez, B. (2013). You're inferior and not worth our concern: The interface between empathy and social dominance orientation. *Journal of Personality*, 81(3), 313–323. <https://doi.org/10.1111/jopy.12008>
- Sidanius, J., Pratto, F., & Rabinowitz, J. L. (1994). Gender, ethnic status, and ideological asymmetry: A social dominance interpretation. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 25(2), 194–216. <https://doi.org/10.1177/0022022194252003>
- Sidanius, J., Sinclair, S., & Pratto, F. (2006). Social dominance orientation, gender, and increasing educational exposure¹. *Journal of Applied Social Psychology*, 36(7), 1640–1653. <https://doi.org/10.1111/j.0021-9029.2006.00074.x>
- Simanjuntak, F. M. P. (2023). The use of AntConc to investigate the pattern of corpus representation in Joko Widodo's presidential speech. *Majalah Ilmiah Methoda*, 13(2), 155–161. <https://doi.org/10.46880/methoda.vol13no2.pp155-161>
- Simmons, A. L., & Parks-Yancy, R. (2012). Were they joking? Depends on social dominance orientation. *Journal of Behavioral and Applied Management*, 13(3), 213–227. <https://doi.org/10.21818/001c.17900>
- Smith, E. L. (2021). Anthony, L. (project dir.), *AntConc* (Version 3.5.8); Scott, M. (project dir.), *WordSmith Tools* (Version 8). *Renaissance and Reformation*, 44(1), 200–214. <https://doi.org/10.33137/rr.v44i1.37062>

- Soenens, B., Wuyts, D., Vansteenkiste, M., Mageau, G. A., & Brenning, K. (2015). Raising trophy kids: The role of mothers' contingent self-esteem in maternal promotion of extrinsic goals. *Journal of Adolescence*, 42, 40-49. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2015.04.001>
- Sousa, M. M., & Sarmiento, T. (2010). Escola - família – comunidade: Uma relação para o sucesso educativo. *Gestão e Desenvolvimento*, 17-18(2009-2010), 141-156.
- Su, Y., Luo, Q., Tan, S., & Qu, C. (2021). The neural signature of social dominance discrimination by means of fast periodic visual stimulation. *Neuroscience*, 459, 39-49. <https://doi.org/10.1016/j.neuroscience.2021.01.032>
- Tagar, M. R., Hetherington, C., Shulman, D., & Koenig, M. (2017). On the path to social dominance? Individual differences in sensitivity to intergroup fairness violations in early childhood. *Personality and Individual Differences*, 113, 246-250. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2017.03.020>
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (2004). The Social Identity Theory of Intergroup Behavior. In J. T. Jost & J. Sidanius (Eds.), *Political psychology: Key readings* (pp. 276–293). Psychology Press. <https://doi.org/10.4324/9780203505984-16>
- Teisl, M., Rogosch, F. A., Oshri, A., & Cicchetti, D. (2012). Differential expression of social dominance as a function of age and maltreatment experience. *Developmental Psychology*, 48(2), 575–588. <https://doi.org/10.1037/a0024888>
- Terrizzi, B. F., Brey, E., Shutts, K., & Beier, J. S. (2019). Children's developing judgments about the physical manifestations of power. *Developmental Psychology*, 55(4), 793–808. <https://doi.org/10.1037/dev0000657>
- Tesi, A., Di Santo, D., & Aiello, A. (2023). The pathway between social dominance orientation and drop out from hierarchy-attenuating contexts: The role of moral foundations and person-environment misfit. *Behavioral Sciences* (2076-328X), 13(9), 712. <https://b-on.ual.pt:2238/10.3390/bs13090712>
- Thomas, A. J., Thomsen, L., Lukowski, A. F., Abramyan, M., & Sarnecka, B. W. (2018). Toddlers prefer those who win but not when they win by force. *Nature Human Behaviour*, 2(9), 662-669. <https://doi.org/10.1038/s41562-018-0415-3>

- Thomsen, L. (2020). The developmental origins of social hierarchy: How infants and young children mentally represent and respond to power and status. *Current Opinion in Psychology*, 33, 201-208. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2019.07.044>
- Thomsen, L., Frankenhuys, W. E., Ingold-Smith, M., & Carey, S. (2011). Big and mighty: Preverbal infants mentally represent social dominance. *Science*, 331(6016), 477–480. <https://doi.org/10.1126/science.1199198>
- Thomsen, L., Green, E. G. T., & Sidanius, J. (2008). We will hunt them down: How social dominance orientation and right-wing authoritarianism fuel ethnic persecution of immigrants in fundamentally different ways. *Journal of Experimental Social Psychology*, 44(6), 1455–1464. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2008.06.011>
- Todorov, A., & Oh, D. (2021). The structure and perceptual basis of social judgments from faces. In *Advances in experimental social psychology* (Vol. 63, pp. 189-245). Academic Press.
- Todorov, A., Mende-Siedlecki, P., & Dotsch, R. (2013). Social judgments from faces. *Current Opinion in Neurobiology*, 23(3), 373-380. <https://doi.org/10.1016/j.conb.2012.12.010>
- Todorov, A., Pakrashi, M., & Oosterhof, N. N. (2009). Evaluating faces on trustworthiness after minimal time exposure. *Social Cognition*, 27(6), 813-833. <https://doi.org/10.1521/soco.2009.27.6.813>
- Van Assche, J., Dhont, K., Van Hiel, A., & Roets, A. (2018). Ethnic diversity and support for populist parties: The “right” road through political cynicism and lack of trust. *Social Psychology*, 49(3), 182–189. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000340>
- Van Hiel, A., & Mervielde, I. (2002). Explaining conservative beliefs and political preferences: A comparison of social dominance orientation and authoritarianism. *Journal of Applied Social Psychology*, 32(5), 965–976. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2002.tb00250.x>
- Van Hiel, A., & Mervielde, I. (2005). Authoritarianism and social dominance orientation: Relationships with various forms of racism. *Journal of Applied Social Psychology*, 35(11), 2323–2344. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2005.tb02105.x>
- van Zomeren, M., Spears, R., & Leach, C. W. (2008). Exploring psychological mechanisms of collective action: Does relevance of group identity influence how people cope with

- collective disadvantage? *The British Journal of Social Psychology*, 47(Pt 2), 353-372.
<https://doi.org/10.1348/014466607X231091>
- Vargas-Salfate, S., Paez, D., Liu, J. H., Pratto, F., & Gil de Zúniga, H. (2018). A comparison of social dominance theory and system justification: The role of social status in 19 nations. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 44(7), 1060–1076.
<https://doi.org/10.1177/0146167218757455>
- Vicente, H. T. & Sousa, L. (2010). Funções na família multigeracional: Contributo para a caracterização funcional do sistema familiar multigeracional. *Psychologica*, 53, 157-181.
- Walsh, F. (2016). Family resilience: A developmental systems framework. *European Journal of Developmental Psychology*, 13(3), 313–324. <https://doi.org/10.1080/17405629.2016.1154035>
- Whitley, B. E. (1999). Right-wing authoritarianism, social dominance orientation, and prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77(1), 126–134. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.77.1.126>
- Whitley, B. E., Jr., & Lee, S. E. (2000). The relationship of authoritarianism and related constructs to attitudes toward homosexuality. *Journal of Applied Social Psychology*, 30(1), 144–170. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2000.tb02309.x>
- Wood, B. L., & Miller, B. D. (2005). Families, health and illness: The search for mechanisms within a systems paradigm. In W. M. Pinsof & J. L. Lebow (Eds.), *Family Psychology: The art of the science* (pp. 493-520). Oxford University Press.
- World Medical Association. (2013). *World medical association declaration of helsinki: Ethical principles for medical research involving human subjects*. *Jama*, 310(20), 2191-2194.
<https://doi.org/10.1001/jama.2013.281053>
- Zeng, T., C., Cheng, J. T., & Henrich, J. (2022). Dominance in humans. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 377(1845), 20200451.
<https://doi.org/10.1098/rstb.2020.0451>
- Zih, D., El Biadi, H., & Chatri, F. (2022). Comparing lancesbox and antconc in the extraction of passives and nominals: Towards objectivity in critical discourse analysis. *International*

Journal of Information Science and Technology, 6(2), 40–47.
<http://dx.doi.org/10.57675/IMIST.PRSM/ijist-v6i2.181>

Ziv, T., & Sommerville, J. A. (2017). Developmental differences in infants' fairness expectations from 6 to 15 months of age. *Child Development*, 88(6), 1930-1951.
<https://doi.org/10.1111/cdev.12674>

Zubielevitch, E., Cheung, G. W., Sibley, C. G., Sengupta, N., & Osborne, D. (2022). People and the place: Social dominance orientation is reciprocally associated with hierarchy-enhancing occupations over time. *Journal of Management*, 48(5), 1243-1269. <https://b-on.ual.pt:2238/10.1177/01492063211004993>

Zubielevitch, E., Osborne, D., Milojev, P., & Sibley, C. G. (2023). Social dominance orientation and right-wing authoritarianism across the adult lifespan: An examination of aging and cohort effects. *Journal of Personality and Social Psychology*, 124(3), 544–566. <https://doi.org/10.1037/pspi0000400>

Anexos

Anexo A – Consentimento Informado

Nº _____

Sit. exp. _____



Centro de Investigação em Psicologia
Universidade Autónoma de Lisboa
Rua de Santa Marta 56 – 1169-023 Lisboa

Responsável do Projeto: Mónica Taveira Pires Tel : +351 213 177 679 E-mail: mpires@autonomia.pt

Consentimento Informado

A ser preenchido pelo responsável legal – Encarregado de educação

Concordo que, eu, _____, o meu filho, _____ possamos participar no estudo sobre os estilos parentais e a preferência pela dominância social em idade pré-escolar «Multi-challenged families: Parenting styles, stimuli preference and social dominance orientation in early childhood» do Centro de Investigação em Psicologia CIP, depois de ter lido as seguintes informações e de ter esclarecido todas as dúvidas:

- 1) As informações e vídeos recolhidos durante estes estudos permanecem estritamente confidenciais e são utilizados de forma anónima apenas para fins de investigação científica.
- 2) A participação é voluntária e os participantes são livres de interromper a sessão em qualquer momento e solicitar a eliminação da informação fornecida por mim ou pelo menor por quem sou responsável.
- 3) Tenha em atenção que esta investigação é um estudo de grupo e apenas os resultados médios são discutidos.
- 4) Os dados são anónimos, confidenciais, servindo apenas o propósito do estudo sendo eliminados após análise num só momento.
- 5) No final do estudo, os participantes poderão pedir e ter acesso a informação mais específica sobre os objetivos, resultados e conclusões do estudo.
- 6) A participação no estudo, ou a recusa e participar, não trará consequências negativas ou qualquer prejuízo.
- 7) Pode esclarecer eventuais dúvidas com o responsável do projeto.

Local: _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do Encarregado de Educação:

Responsável do estudo
Prof.ª Doutora Mónica Taveira Pires
mpires@autonomia.pt

Responsável pelo tratamento de dados
C.E.U. Cooperativa de Ensino
Universitário
privacidade@autonomia.pt

Anexo B – Questionário Sociodemográfico

Nº _____

Sit. exp. _____

Questionário Sociodemográfico

1. Dados relativos aos pais:

Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____

Há quanto tempo está em Portugal? _____

Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino Idade: _____

Escolaridade:

- ☐ 1o Ciclo (4º ano)
- ☐ 2o Ciclo (6o ano)
- ☐ 3o Ciclo (9º ano)
- ☐ Ensino secundário (12º ano)
- ☐ Bacharelato / Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

Estado civil:

- ☐ Casado(a)
- ☐ União de facto
- ☐ Separado(a)/divorciado(a)
- ☐ Viúvo(a)
- ☐ Solteiro(a)

Profissão: _____

Se separado como foi o processo?

- ☐ Por mútuo acordo
- ☐ Por litígio

Qual o regime de responsabilidades parentais do menor em vigor?

- ☐ Residência partilhada/alternada
- ☐ Exclusiva

2. Dados relativos à criança:

Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____

Há quanto tempo está em Portugal? _____

Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino. Idade: _____ anos _____ meses

Tem irmãos? ☐ Não ☐ Sim. Se sim, quantos? _____ Tem animais domésticos? ☐ Não ☐ Sim

Frequenta:

- ☐ Creche - sala dos ____ anos
- ☐ Jardim de Infância - sala dos ____ anos
- ☐ Ama
- ☐ Nenhum, está em casa com familiares

Quantos dias por semana?

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5

Em que data começou a frequentar a creche ou jardim de infância? ____ / ____ / ____

Escalão de Ação Social Escolar de que o filho(a) beneficia (valores de referência do agregado familiar anual)

- ☐ A / 1º Escalão – até 3.071,87€
- ☐ B / 2º Escalão – Entre 3.071,87€ e 6.143,34€
- ☐ C / 3º Escalão – Entre 6.143,34€ e 9.215,01€
- ☐ Nenhum

Recebe outro subsídio? ☐ Não ☐ Sim Se sim, qual: _____